

**UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UNC
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS PRODUTIVOS - PPGSP

DEISE LOURDES GODOI CARDOSO

**GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO SUPORTE AO APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS
PRODUTIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

LAGES/SC

2024

DEISE LOURDES GODOI CARDOSO

**GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO SUPORTE AO APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS
PRODUTIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação de Mestrado, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Sistemas Produtivos – PPGSP em forma associativa entre UNIPLAC, UNC, UNESC e UNIVILLE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre(a) em Sistemas Produtivos.

Orientador(a): Prof.(a) Dra. Cristina Keiko Yamaguchi

Coorientador(a): Prof.(a) Dra. Mari Aurora Favero Reis

LAGES/SC

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha Catalográfica

G588g

Godoi, Deise Lourdes

Gestão do conhecimento como suporte ao aprimoramento dos sistemas produtivos da agricultura familiar / Deise Lourdes Godoi ; orientadora Cristina Keiko Yamaguchi ; coorientadora Mari Aurora Favero Reis. – 2024.

144 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Sistemas Produtivos) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas Produtivos em forma associativa entre a Universidade do Planalto Catarinense ; Universidade do Contestado ; Universidade do Extremo Sul Catarinense ; Universidade da Região de Joinville. Lages, SC, 2024.

1. Agricultura familiar. 2. Gestão do conhecimento. 3. Sustentabilidade. I. Yamaguchi, Cristina Keiko (orientadora). II. Reis, Mari Aurora Favero (coorientadora). III. Universidade do Planalto Catarinense. IV. Universidade do Contestado. V. Universidade do Extremo Sul Catarinense VI. Universidade da Região de Joinville. VII. Programa de Pós-Graduação em Sistemas Produtivos. VIII. Título.

CDD 658.5

FOLHA DE APROVAÇÃO
DEISE LOURDES GODOI CARDOSO

**GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO SUPORTE AO APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS
PRODUTIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sistemas Produtivos – PPGSP, Linha de Pesquisa Linha 1 - Gestão e Conhecimento em Sistemas Produtivos, em forma associativa entre a Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, a Universidade do Contestado – UNC, a Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC e a Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Sistemas Produtivos**.


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **CRISTINA KEIKO YAMAGUCHI**
Data: 20/06/2024 18:54:12-0300
Verifique em <https://validar.s.gov.br>

Profa. Dra. Cristina Keiko Yamaguchi (UNIPLAC)
Presidente da Banca / Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **MARI AURORA FAVERO REIS**
Data: 19/06/2024 21:06:52-0300
Verifique em <https://validar.s.gov.br>

Profa. Dra. Mari Aurora Favero Reis (UNC)
Coorientadora

Documento assinado digitalmente
 **EDIS MAFRA LAPOLLI**
Data: 20/06/2024 18:03:39-0300
CPF: ***.889.609-**
Verifique as assinaturas em <https://uufsc.br>

Profa. Dra. Edis Mafra Lapolli (PPGEGC-UFSC)
Membro externo da banca

Documento assinado digitalmente
 **OSCAR RUBEM KLEGUES MONTEDO**
Data: 19/06/2024 05:07:39-0300
Verifique em <https://validar.s.gov.br>

Prof. Dr. Oscar Rubem Klegues Montedo (UNESC)
Membro interno da banca

Lages, SC, 26 de abril de 2024

DEDICATÓRIA

Este trabalho é a minha dedicação a vocês, minha família, que sempre acreditaram em mim. Aos meus pais Martim Joel e Maria Nadir, que me deram asas para voar. Aos meus irmãos, Denise, Cristiano e Delise. Ao meu marido Sandro, que é meu porto seguro. Aos meus filhos Kelvin e Kemily, que são o verdadeiro motivo de minha inspiração e motivação diária. Sem vocês, eu não seria a pessoa que sou hoje.

Para o meu coração, que nunca desistiu.

Para a minha mente, que nunca parou de buscar.

Para as minhas mãos, que nunca deixaram de escrever.

AGRADECIMENTOS

À Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, a Universidade do Contestado – UNC, a Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC e a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, que me oportunizaram a participação e aquisição de conhecimento no Programa de Pós-graduação em Sistemas produtivos;

À Coordenação de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela contribuição e investimentos na formação de recursos de alto nível por meio da pesquisa científica e estímulo na consolidação da pós-graduação no País;

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

A Deus pelo dom da vida, pela saúde e por poder desfrutar dessa experiência incrível.

Aos agricultores familiares por compartilharem comigo suas histórias, lutas, conquistas, dificuldades e acima de tudo sus sonhos.

A minha coorientadora que abraçou comigo meu projeto e se apaixonou comigo em cada etapa que passamos.

A minha orientadora, minha inspiradora e minha referência como professora e como ser humano, por ter acreditado em meu potencial, por apoiar as minhas escolhas, por me direcionar nos momentos de indecisão, por sua dedicação e auxílio na concretização deste trabalho.

A minha família pelo apoio, incentivo e pela compreensão de minha ausência em muitos momentos, na concretização deste projeto.

RESUMO

CARDOSO, Deise Lourdes Godoi. **GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO SUPORTE AO APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**, 2024, 144 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas Produtivos). Programa de Pós-graduação em Sistemas Produtivos – PPGSP em forma associativa entre a Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, da Universidade do Contestado – UNC, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC e da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Lages, (2024).

Contextualização: A pesquisa explora as estratégias utilizadas pelas famílias na gestão do conhecimento dos produtos da agricultura familiar na Serra Catarinense. A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção de alimentos. O estudo ajuda a identificar a contribuição do setor para a sustentabilidade local. Contribui para a compreensão de como as famílias pertencentes à agricultura familiar estão se adaptando aos desafios e na busca de estratégias para aumentar a resiliência, os principais desafios e oportunidades para o setor, como melhorias na qualidade dos produtos, certificação, comercialização e diversificação da produção. **Objetivo:** O estudo busca analisar ferramentas e práticas de gestão do conhecimento que podem contribuir para a melhoria dos sistemas de produção da agricultura familiar na Serra Catarinense. **Metodologia:** A pesquisa qualitativa aplicada foi realizada com entrevistas semiestruturadas em oito propriedades pertencentes à agricultura familiar. As famílias estão em propriedades legais e possuem certificação de Queijo Artesanal Serrano. Os dados foram transcritos e posteriormente analisados por meio do software QDA Miner Lite, por meio de categorização e análise descritiva. **Resultados:** A pesquisa identificou que a produção do Queijo Serrano Artesanal é uma atividade importante para a agricultura familiar da região, com potencial para gerar renda e contribuir para o desenvolvimento local. Contudo, os produtores enfrentam desafios como falta de infraestrutura, gestão de propriedades, burocracia para certificação de produtos e dificuldade de acesso a novos mercados. A pesquisa caracterizou o perfil sociodemográfico dos produtores artesanais de queijo Serrano, pertencentes à agricultura familiar. A maioria dos produtores que participaram do estudo tem entre 40 e 50 anos, possui ensino fundamental completo e são mulheres casadas. A vivência do trabalho rural é uma tradição familiar que passa de pai para filho, de geração em geração e o trabalho foi se aperfeiçoando ao longo do tempo. Os resultados mostram que a mecanização é um fator importante para os produtores entrevistados, com contribuições significativas para a produção. Segundo relatos dos entrevistados, é preciso melhorar para permanecer no mercado e cumprir a legislação vigente. Os resultados mostram que tanto o compartilhamento quanto o armazenamento do conhecimento nas propriedades não acontecem de forma estruturada e não são vistos como forma de gestão pelos produtores, embora o conhecimento seja transmitido ou compartilhado entre gerações. De acordo com os dados coletados nas entrevistas, observa-se que os produtores se preocupam com o aspecto cultural da forma como fazem as coisas, o que pode ser uma barreira para a implementação de tecnologias nas propriedades. Os entrevistados afirmam ainda que o queijo serrano artesanal é considerado a principal fonte de renda da família; originou-se da tradição familiar e cultural e da necessidade de agregar valor à produção já existente na propriedade; ou para cobrir despesas mensais. Portanto, a agricultura familiar desempenha um papel vital nessas comunidades, pois proporciona sustentabilidade econômica e preserva práticas culturais. **Considerações finais:** O estudo indica que agregar valor ao Queijo Artesanal Serrano, por meio da certificação, diversificação da produção e valorização da

história e cultura local é fundamental para a sustentabilidade da atividade. As ações de apoio público, como o investimento em infraestruturas, a formação e o acesso aos mercados, são essenciais para o desenvolvimento do setor. As propriedades não utilizam nem praticam qualquer forma de gestão do conhecimento e na maioria das vezes o conhecimento é transmitido de geração em geração através do conhecimento tácito, de que a preservação da história e da tradição são pontos fundamentais para as famílias, e uma das preocupações está relacionada com a sucessão de obras realizadas nas propriedades.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Gestão do conhecimento, Sustentabilidade, Queijo Artesanal Serrano.

ABSTRACT

CARDOSO, Deise Lourdes Godoi. **GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO SUPORTE AO APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**, 2024, 144 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas Produtivos). Programa de Pós-graduação em Sistemas Produtivos – PPGSP em forma associativa entre a Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, da Universidade do Contestado – UNC, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC e da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Lages, (2024).

Contextualization: The research explores the strategies used by families in knowledge management for family farming products in Serra Catarinense. Family farming plays a fundamental role in food production. The study helps to identify the sector's contribution to local sustainability. It contributes to understanding how families belonging to family farming are adapting to challenges and in the search for strategies to increase resilience, the main challenges and opportunities for the sector, such as improvements in product quality, certification, marketing, and the diversification of production. **Objective:** The study seeks to analyze knowledge management tools and practices that can contribute to improving family farming production systems in Serra Catarinense. **Methodology:** The applied, qualitative research was carried out with semi-structured interviews on eight properties belonging to family farming. The families are on legal properties and have Serrano Artisanal Cheese certification. The data were transcribed and then analyzed using the QDA Miner Lite software, through categorization and descriptive analysis. **Results:** The research identified that the production of Artesanal Serrano Cheese is an important activity for family farming in the region, with the potential to generate income and contribute to local development. However, producers face challenges such as a lack of infrastructure, property management, bureaucracy for product certification, and difficulty in accessing new markets. The research characterized the sociodemographic profile of artisanal Serrano cheese producers, belonging to family farming. The majority of producers who participated in the study are between 40 and 50 years old, have completed primary education, and are married women. The experience of rural work is a family tradition that passes from father to son, from generation to generation and the work has been perfected over time. The results show that mechanization is an important factor for the producers interviewed, with significant contributions to production. According to reports from those interviewed, it is necessary to improve to remain in the market and comply with current legislation. The results show that both the sharing and storage of knowledge on properties do not happen in a structured way and are not seen as a form of management by producers, although knowledge is transmitted or shared between generations. According to the data collected in the interviews, it is observed that producers are concerned with the cultural aspect of the way they do things, which can be a barrier to the implementation of technologies on properties. Respondents also state that artisanal Serrano cheese is considered the family's main source of income; it originated from family and cultural tradition and the need to add value to the production already existing on the property; or to cover monthly expenses. Therefore, family farming plays a vital role in these communities, as it provides economic sustainability and preserves cultural practices. **Final considerations:** The study indicates that adding value to Serrano Artisanal Cheese, through certification, diversification of production, and appreciation of local history and culture is fundamental to the sustainability of the activity. Public support actions, such as investment in infrastructure, training, and access to markets, are essential

for the development of the sector. The properties do not use or practice any form of knowledge management and in most cases, knowledge is transmitted from generation to generation through tacit knowledge, that the preservation of history and tradition are fundamental points for families, and one of the concerns is related to the succession of work carried out on the properties.

Keywords: Family Farming, Knowledge management, Sustainability, Serrano Artisanal Cheese

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Descrição da caracterização interdisciplinar.....	25
Figura 2 Estrutura do referencial teórico.....	27
Figura 3 Espiral do conhecimento.....	32
Figura 4 Ciclo da criação do conhecimento organizacional.....	33
Figura 5 Aplicabilidades práticas da utilização do ciclo do conhecimento organizacional.....	36
Figura 6 Conectividades entre gestão.....	37
Figura 7 Critérios para se enquadrar na agricultura familiar.....	39
Figura 8 Programas de incentivo a agricultura familiar existentes no Brasil.....	41
Figura 9 Linhas de crédito do Pronaf.....	43
Figura 10 Envolvimento da agricultura familiar nas ODS.....	47
Figura 11 Repasses de valores por dia letivo e por aluno.....	48
Figura 12 Modalidades do Selo Nacional da Agricultura Familiar.....	49
Figura 13 Mapa de Santa Catarina por regiões.....	53
Figura 14 Signos distintivos específicos.....	56
Figura 15 Fluxo metodológico da pesquisa.....	67
Figura 16 Municípios da região da Amures.....	68
Figura 17 Processo de análise de dados.....	71
Figura 18 Comparativo da idade dos participantes.....	75
Figura 19 Escolaridade dos participantes.....	76
Figura 20 Gênero dos entrevistados.....	76
Figura 21 Local das propriedades dos entrevistados.....	77
Figura 22 Perfil ocupacional dos participantes da pesquisa.....	77
Figura 23 Tela do <i>QDA Miner</i> - Categorização dos dados.....	78
Figura 24 Frequência dos códigos da categorização da análise.....	79
Figura 25 Direito do produtor com a propriedade.....	80
Figura 26 Tamanho da propriedade por hectare de área.....	81
Figura 27 Pessoas que residem na propriedade e comparação das pessoas envolvidas na produção.....	82

Figura 28 Relato da experiência dos produtores em relação a aprendizagem do trabalho rural	86
Figura 29 Comparativo de propriedade atendidas e não atendidas por programas governamentais.....	89
Figura 30 Explicação quanto ao conhecimento trazidos para a produção.....	91
Figura 31 Relatos quanto ao armazenamento do conhecimento.....	93
Figura 32 Instituições que promovem cursos e capacitações.....	95
Figura 33 Relato das entrevistas quanto ao interesse para iniciar a produção.....	96
Figura 34 Percepção em relação a novas culturas de produção.....	97
Figura 35 Contribuições da tecnologia para a produção.....	99
Figura 36 Mudanças na forma de produzir.....	100
Figura 37 Selos e certificações.....	102
Figura 38 Nuvem de palavras de destaque dos achados da pesquisa.....	106
Figura 39 Percepções da análise das entrevistas.....	106
Figura 40 Estrutura das propriedades quanto ao conhecimento conforme análise da entrevista.....	108
Figura 41 Espiral do conhecimento nas propriedades rurais pertencentes a agricultura familiar.....	112
Figura 42 Tratamento do conhecimento nas propriedades conforme achados na pesquisa	113
Figura 43 Sugestão de ferramentas e práticas da gestão do conhecimento.....	114
Figura 44 Critérios para auxiliar na implantação das ferramentas de gestão do conhecimento	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APROSERRA	Associação dos Produtores Rurais da Serra Catarinense
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGU	Controladoria Geral da União
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CISAMA	Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CTC – ES	Conselho Técnico-Científico da Educação Superior
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GC	Gestão do Conhecimento
GD	Gestão Documental
GI	Gestão da Informação
IBRATER	Instituto Brasileiro do Leite
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IG	Indicação Geográfica
IGDO	Indicação Geográfica Denominação de Origem
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ODS	Objetivo do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNHR	Programa Nacional de Extensão Rural
PPGSP	Programa de Pós-Graduação em Sistemas Produtivos

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QAS	Queijo Artesanal Serrano
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAF	Selo Nacional da Agricultura Familiar
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIE	Serviço de Inspeção Estadual
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento
TCU	Tribunal de Contas da União
UNC	Universidade do Contestado
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 PROBLEMA.....	18
1.2 OBJETIVOS.....	19
1.2.1 Objetivo geral.....	19
1.2.2 Objetivos específicos.....	19
1.3 JUSTIFICATIVA.....	20
1.3.1 Inserção social esperada.....	21
1.4 CARACTERIZAÇÃO INTERDISCIPLINAR E ADERÊNCIA AO PROGRAMA.....	23
1.5 ESTRUTURA GERAL DO DOCUMENTO.....	26
2 PANORAMA TEÓRICO.....	27
2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	27
2.2 CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	31
2.3 FERRAMENTAS E PRÁTICAS DA GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	34
2.4 AGRICULTURA FAMILIAR.....	38
2.5 PROGRAMAS EM QUE ESTÁ INSERIDA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	41
2.6 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	42
2.7 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA).....	45
2.8 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).....	46
2.9 PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	48
2.10 AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA.....	50
2.11 AGRICULTURA FAMILIAR NA SERRA CATARINENSE.....	52
2.11.1 Produtos produzidos na Serra Catarinense.....	53
2.11.2 A indicação Geográfica do Queijo Artesanal Serrano – IG QAS.....	54
2.11.3 Signos distintivos e selos brasileiros.....	56
2.11.4 Legislação do Queijo Artesanal Serrano.....	57
2.12 RESUMO DO REFERENCIAL TEÓRICO.....	60
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	65
3.1 ABORDAGEM, OBJETIVOS, PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	65

3.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	67
3.2.1 Descrição do local e população em estudo.....	67
3.2.2 Amostra.....	68
3.2.3 Etapas da pesquisa.....	69
3.3 PROCESSO DE COLETA DE DADOS.....	70
3.4 PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS.....	70
3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	71
3.5.1 Critérios de inclusão dos participantes.....	72
3.5.2 Critérios de exclusão dos participantes.....	72
3.5.3 Procedimentos de contato com os participantes e coleta de dados.....	73
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	74
4.1. ACHADOS CIENTÍFICOS.....	74
4.1.1 Perfil sociodemográfico dos participantes da entrevista.....	74
4.1.3 Estrutura da propriedade.....	80
4.1.4 Aspectos relacionados ao conhecimento das famílias.....	86
4.1.4 Produção do Queijo Artesanal Serrano.....	101
4.1.5 Síntese do Resultado da Pesquisa.....	105
4.2 APLICABILIDADE DO ESTUDO.....	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	122
APÊNDICES.....	133
APÊNDICES 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.....	133
APÊNDICES 2 – Roteiro da Entrevista.....	135
Apêndice 3 – Termo de Autorização de Imagem e Som e Documentos.....	137
ANEXOS.....	138
ANEXOS 1 – Parecer Consubstanciado do CEP.....	138
ANEXOS 2 – Imagens de Selos e Certificações.....	142
ANEXOS 3 – Imagens do sistema produtivo do Queijo Artesanal Serrano.....	143

1 INTRODUÇÃO

Mudanças sociais, tecnológicas e econômicas contribuem para que as organizações estejam preparadas para se adaptar, uma ferramenta importante é a estratégia voltada para a gestão do conhecimento. Nesse processo, “a essência da estratégia está no desenvolvimento da capacidade organizacional de adquirir, criar, acumular e explorar o domínio do conhecimento” (Nonaka & Takeuchi, 1997, p. 265). E, com essas mudanças na conjuntura mundial, evidencia-se a importância do conhecimento no contexto das organizações considerado uma das maiores riquezas (Binotto et al., 2013).

O compartilhamento do conhecimento nos pequenos negócios, em especial no contexto rural, deve ser visto como um diferencial para alavancar o desenvolvimento de organizações e agregação no valor de produtos e serviços, que seja de modo relevante e como um fator de destaque nos estudos, e esses relacionados à necessidade de se buscar inovações e alternativas de desenvolvimento de maneira geral (Tagliapietra et al., 2021).

Por conseguinte, a agricultura é um setor de significativa contribuição para a economia de um país e a importância da agricultura familiar para a economia brasileira é inegável. Com a aprovação da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, foi realizado o censo agropecuário que destacou a participação desse segmento na produção dos alimentos básicos da população brasileira. O Censo apontou que 77% dos estabelecimentos são considerados como agricultura familiar, e o setor emprega mais de 10 milhões de pessoas o que representa 67% das pessoas ocupadas no meio rural (Brasil, 2010).

Os setores produtivos enfrentam significativas mudanças, especialmente nas características da produção como: qualidade dos produtos, distribuição, consumo, tecnologias, tamanho e estrutura dos negócios, localização geográfica e processamento, esses fatores não deixam de influenciar a produção da agricultura familiar (Binotto et al., 2013).

No tocante, os empreendedores rurais da agricultura familiar, precisam constantemente buscar por atualizações e inovações para se manterem competitivos no mercado. “As disparidades tecnológicas existentes na agricultura não são recentes. Já na década de 1970 a heterogeneidade tecnológica entre estabelecimentos agropecuários era vista com preocupação” (P. M. de Souza et al., 2019, p. 596).

Leva-se em consideração que os agricultores rurais são vistos como elos da cadeia produtiva e, nesse contexto, são esperados por posturas gerenciais qualificadas, com conhecimentos atualizados, habilidades e competências. Existe, a necessidade de aprofundar o conhecimento e transformar o conhecimento tácito em explícito, o qual pode ser demonstrado por meio de técnicas, normas incorporadas aos processos, produtos e serviços (Binotto et al., 2013; Tagliapietra et al., 2021).

Neste segmento, é inegável a importância dos saberes, das crenças e dos conhecimentos que os agricultores apresentam, mas requer compreensão e estudos. Outrossim, faz-se necessário a estrutura de forma estratégica, bem como utilizadas em outras propriedades alocadas por famílias pertencentes à agricultura familiar (J. G. Moraes & Pires, 2019; Zidora et al., 2022).

Deste modo, as famílias podem ser vistas como empreendedoras, que necessitam de capacitação para a adoção e utilização de novas tecnologias e técnicas de gestão do conhecimento, com a expertise para gerar capacidades competitivas, como em outros setores produtivos, inovar e buscar por diferenciais para agregar valor e buscar a satisfação dos clientes (J. G. Moraes & Pires, 2019; Zidora et al., 2022).

Pelo exposto, o presente estudo tem o propósito de atentar para o mercado promissor para a agricultura familiar, entretanto, necessita de valorização, principalmente na Serra Catarinense, local este que possui um grande número de propriedades que pertencem à agricultura familiar.–

1.1 PROBLEMA

A economia da Região da Serra de Santa Catarina está diretamente relacionada à agricultura, com forte participação da agricultura familiar. Nas últimas décadas, a identificação deste setor passou a ser fundamental para o desenvolvimento rural (Elias et al., 2019). Neste segmento, muitos são os desafios enfrentados, conforme relatado por pesquisas anteriores, como: as alterações climáticas constantes (Machili, 2020), a elevação dos custos com energia para produção (G. P. dos Santos et al., 2019), armazenamento, transporte e os elevados custos dos insumos agrícolas para o manejo do cultivo (L. F. T. Oliveira & Silva, 2012).

A agricultura familiar conquistou o reconhecimento de sua real importância, com o

potencial de promover o desenvolvimento rural dinâmico, com a finalidade de orientar cuidados com a sustentabilidade (R. M. A. da Silva & Nunes, 2021).

Recentemente a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a década da agricultura familiar (2019-2028), que reconhece a importância deste segmento para a segurança alimentar global, no enfrentamento às desigualdades sociais e da pobreza, na conservação da biodiversidade e no enfrentamento de problemas migratórios (Brasil, 2015).

Os pesquisadores têm se preocupado com o motivo pelo qual os agricultores não incorporam novos conhecimentos em seus processos de produção, o que consiste em tornar o setor cada vez mais macroeconômico adverso (M. D. de Moraes & Sant'Ana, 2015).

Segundo Tagliapietra et al. (2021), na agricultura familiar o conhecimento esteve sob o domínio das pessoas, o que reforça a necessidade da gestão do conhecimento, para manter a memória estratégica dos empreendimentos rurais, seja informatizada ou não. Neste contexto, a presente dissertação se propõe a responder a seguinte pergunta de pesquisa: **Como as ferramentas e práticas da gestão do conhecimento podem contribuir para o aprimoramento dos sistemas produtivos da agricultura familiar na Serra Catarinense?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar ferramentas e práticas da gestão do conhecimento que podem contribuir para o aprimoramento dos sistemas produtivos da agricultura familiar na Serra Catarinense.

1.2.2 Objetivos específicos

- Relatar o desenvolvimento dos processos produtivos das famílias nas propriedades rurais na Serra Catarinense;
- Demonstrar a importância e os desafios abordados na legislação dos produtos rurais artesanais;
- Identificar as boas práticas para melhorar o processo produtivo nas propriedades rurais;

- Descrever as ferramentas da gestão do conhecimento que contribuem para o aprimoramento dos sistemas produtivos nas propriedades rurais da agricultura familiar.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com um alto índice de empregabilidade do setor, é perceptível que a agricultura familiar participa ativamente para o desenvolvimento social e econômico do país e da região a qual está inserida (Fernandez & Filho, 2019).

A agricultura familiar, se destaca em diversos estados da federação brasileira, e no Estado de Santa Catarina o setor é responsável por um quarto de todo o PIB catarinense em 2020 (Epagri/Cepa, 2021).

Além de contribuir para o crescimento econômico, o Estado se destaca pela diversificação da produção, da modernidade adotada, pautada em alta tecnologia, na sustentabilidade e no social. Conseqüentemente, boa parte da renda do setor fica com as famílias agricultoras que, assim, podem investir e permanecer no campo (Epagri/Cepa, 2021).

Em razão de sua extensão territorial, a Serra Catarinense contempla diversas propriedades rurais pertencentes à agricultura familiar. Essas por sua vez, desenvolvem uma diversidade de atividades e são a principal fonte de recursos, a fim de manter o sustento e as necessidades básicas das famílias. Diante da diversidade encontrada as famílias precisam se reinventar, serem proativas, capazes de se adaptarem, difundirem e diversificarem as suas habilidades e conhecimentos (Diniz et al., 2020).

Posto isto, considera o cenário atual com um mercado bastante competitivo e cercado de riscos e incertezas, diante dos acontecimentos atuais como: período pandêmico; variação climática e conflitos internacionais; a dificuldade de acesso aos insumos pela oscilação e variação cambial, que afetam diretamente os custos, a exportação; e demais, fatores que afetam a agricultura familiar. Para Schneider et al. (2020, p. 169) “o cenário global de crise e desaceleração da economia terá efeitos sobre o Brasil”.

Nesse ínterim, a agricultura familiar bem como outros grandes setores, enfrentam

desafios e, apesar disso, é um setor que está disposto a adaptabilidade, de tal modo que mesmo diante das dificuldades, encontra-se em crescimento.

O estudo desse sistema produtivo é importante para a comunidade científica, diante da escassez de recursos monetários, no conhecimento de estratégias e planejamentos adequados, as quais minimizam os riscos e aumentam as possibilidades de competitividade no mercado (Carbonera et al., 2020; Castro et al., 2021; Matte & Machado, 2017).

Além das incertezas relatadas, os empreendedores rurais são afetados diretamente pelas mudanças tecnológicas, o que é visto pelos agricultores rurais como adverso e perde-se as oportunidades de crescimento para o seu negócio por meio da utilização das inovações tecnológicas (Vieira Filho & Silveira, 2012). Outrossim, perante as dificuldades e dos obstáculos enfrentados pelo setor, é possível apontar a alta competitividade com as opções de mercado de produtos industrializados.

Em consideração às dificuldades enfrentadas, o modelo tradicional de gestão é bastante utilizado pelos agricultores rurais na agricultura familiar. Faz-se necessário a aquisição de novas informações e conhecimentos, a fim de reduzir medos e incertezas das constantes variabilidades de todos os setores produtivos, e contribuir para a inserção de inovações nos negócios e conseqüentemente, obter o êxito nos resultados (Medeiros et al., 2020).

É importante ressaltar que os empreendedores rurais necessitam estar atentos às mudanças que ocorrem, a fim de aprimorar seus conhecimentos com foco no resultado dos negócios. E, conseqüentemente, buscar ferramentas para auxiliar na criação e distribuição das riquezas, bem como no desenvolvimento socioeconômico (Flaviano et al., 2019).

Desse modo é possível promover a valorização do setor produtivo e ações globais em combate a fome e a pobreza, que possam valorizar a cultura local e fomentar o setor, em conformidade com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

1.3.1 Inserção social esperada

A linha de pesquisa apresenta um componente de investigação voltado à gestão e transferência do conhecimento nas pequenas propriedades rurais da agricultura familiar da Serra Catarinense, segmento este com grande importância para a sociedade como um todo.

De acordo com De Lima (2015, p. 9), “O grande mérito da pesquisa científica, além de

contrapor o senso comum, formular teorias, identificar correlação entre causas e efeitos, buscam respostas para problemas que afetam a relação do homem com o seu meio”.

Neste sentido, a pesquisa se apresenta com princípio e foco compreender a forma como o conhecimento é gerido, dentro das propriedades rurais da agricultura familiar na Serra Catarinense. Identificar as estratégias que são utilizadas e quais podem ser empregadas no intuito de melhorar os processos produtivos e conseqüentemente os resultados.

Diante do exposto, o estudo tem como principal propósito auxiliar em diferentes contextos da agricultura familiar, visto que a mesma dispõe de um compromisso acadêmico e institucional de elevada relevância social (De Lima, 2015). Dessa forma, com o estudo realizado espera-se contribuir para a sociedade, de forma cultural e econômica.

Como a agricultura familiar está presente em vida cotidiana da população, pois, é responsável pela alimentação diária de um número expressivo da população e os produtos da agricultura familiar ficam na sua maioria no seu local de origem (Pasqualotto et al., 2019), com a agricultura familiar melhor estruturada, adaptada às mudanças de mercado e preparada para as adversidades, pode manter um nível de produtividade que contribui significativamente para a qualidade de vida das pessoas em diversos aspectos (Peterson, 2009; Tagliapietra et al., 2021).

A agricultura familiar é a principal produtora de alimentos frescos, orgânicos e de alta qualidade, que são ricos em nutrientes e o consumo destes produtos pode melhorar a saúde e o bem estar da população (Schneider, 2009).

Destaca-se ainda, o fortalecimento da economia local, pois os agricultores vendem seus produtos diretamente aos consumidores locais, com geração de emprego, renda e estimula o desenvolvimento local (Resende & Mafra, 2016).

Outro fator importante e positivo está ligado ao fortalecimento da cultura local, muitas vezes a agricultura familiar está enraizada em tradições e práticas culturais locais e preserva a identidade do local ao qual está inserida, o que ajuda a fortalecer a comunidade e melhorar o senso de pertencimento (Tagliapietra et al., 2021).

Além disso, a agricultura familiar muitas vezes adota práticas agrícolas ecologicamente corretas, como a preservação do solo e redução os impactos ambientais. E, o ambiente saudável contribui com a qualidade de vida das pessoas que vivem naquela

região (Delgado & Bergamasso, 2017).

O estudo poderá trazer benefícios para a sociedade, desde melhorias na saúde, qualidade de vida, avanços no uso de tecnologias, estratégias competitivas e na economia. Pois, nas regiões onde a agricultura familiar tem forte participação, o propósito de vida das pessoas é outro, centrado na relação com a terra, a natureza e a comunidade (Dos Santos Facco et al., 2021).

Em suma, o estudo tem o potencial de gerar contribuições significativas para a sociedade, ao promover o conhecimento e a valorização da agricultura familiar.

No próximo tópico será abordado a caracterização interdisciplinar da pesquisa, onde determina-se os campos do conhecimento, os quais auxiliarão no desígnio de alcançar o objetivo proposto.

1.4 CARACTERIZAÇÃO INTERDISCIPLINAR E ADERÊNCIA AO PROGRAMA

O reconhecimento da presente pesquisa ao Programa de Pós-graduação em Sistemas Produtivos – PPGSP, em forma associativa entre: Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, Universidade do Contestado - UNC, Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC e Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, abrange em primeiro momento a Linha de Pesquisa 1 - Gestão e Conhecimento em Sistemas Produtivos. Esta linha tem por objetivo investigar os sistemas produtivos, por meio de conhecimentos científicos e/ou tecnológicos em distintos contextos, visto que, a pesquisa tem como propósito avaliar as estratégias de gestão, e compartilhar o conhecimento nos sistemas produtivos das propriedades rurais da agricultura familiar na Serra Catarinense.

O Programa de Pós-graduação em Sistemas Produtivos (PPGSP), foi aprovado em 2020 na 198ª reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da CAPES (UNIPLAC, 2021). O programa está inserido na área de avaliação interdisciplinar, especialidade Engenharia/Tecnologia/Gestão (CAPES, 2020a).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) publicou a tabela de áreas do conhecimento, organizada em quatro níveis: Grande área; Área de avaliação; Subárea; e Especialidade (CAPES, 2020b).

É considerada uma pesquisa interdisciplinar, pois envolve a Área do conhecimento Interdisciplinar, que se enquadra na Câmara III - Engenharias, Gestão e Inovação da

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES (2019).

Nesse sentido, a interdisciplinaridade pode ser vista como a quebra de paradigmas em relação ao saber e ao conhecimento, pois ultrapassa os limites da área do conhecimento disciplinar. “Portanto, é fundamental o diálogo da Área Interdisciplinar, com as demais Áreas, induzindo a fortalecer as interconexões no próprio interior da Área Inter” (CAPES, 2019).

Pretende-se abordar o tema e estabelecer os benefícios que possam ser adquiridos por meio do mesmo.

Pretende-se ainda que as propriedades rurais desenvolvam formas estratégicas com o uso de ferramentas apropriadas, absorver do conhecimento de sua gestão, para contribuir na tomada de decisão, do mesmo modo que possa contribuir para a vantagem competitiva.

A interdisciplinaridade faz com que o pesquisador associe as diferentes áreas do conhecimento, o que possibilita as contribuições e potencializar os resultados encontrados (Raynaut, 2014).

Portanto quando se leva em consideração esses aspectos, a interdisciplinaridade contribui para a pesquisa pela troca e colaboração que irá acontecer entre as áreas do conhecimento, com um único objetivo, o de se produzir um novo conhecimento (Carneiro, 1994).

Por isso, há a perspectiva de criar novos temas de pesquisa, oriundas dos resultados encontrados e que possam contribuir para a ciência e a sociedade. Na área da agricultura, a abordagem de teorias e leis que regem a agricultura familiar, os projetos governamentais que a mesma está inserida e as perspectivas de mercado.

É de suma importância a interdisciplinaridade para as pesquisas, para gerar ciência e levar em consideração diferentes aspectos. Ao ser caracterizada como uma área do conhecimento, ou como forma de se obter conhecimento a interdisciplinaridade pode ser vista como uma forma de agregar conhecimento, pois de forma natural e em conjunto pode ser aplicada em diversas áreas disciplinares (Jr. & Fernandes, 2021).

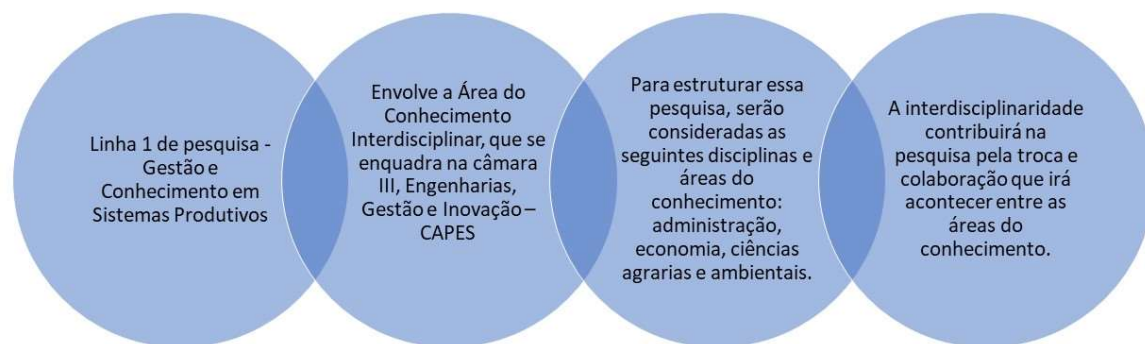
Dessa forma, diante da complexibilidade e da relevância do tema, a interdisciplinaridade favorece a pesquisa e busca o diálogo constantes entre disciplinas de áreas de conhecimento diferentes, por meio de saberes disciplinares e não disciplinares (CAPES, 2019).

Nesse contexto, para estruturar essa pesquisa, serão consideradas as seguintes disciplinas e áreas de conhecimento: administração, economia, ciências agrárias e ambientais. A gestão do conhecimento envolve o processo de criar, compartilhar, gerenciar o conhecimento dentro das organizações, os conceitos e estratégias da administração facilitam para resultados positivos do processo adotado, por meio de ferramentas e adequar a realidade de cada organização (Takeuchi & Nonaka, 2008).

Envolve a disciplina de economia, pois o estudo pretende identificar as ferramentas de gestão do conhecimento utilizadas pelas famílias pertencentes a agricultura familiar, e posteriormente sugerir as práticas e ferramentas que melhor se adequem para o setor. No contexto, a perspectiva é buscar melhores resultados que influencia na economia local e na economia do país, pois a agricultura familiar é um dos setores que fomentam o crescimento econômico do país (Brasil, 2022b).

Figura 1

Descrição da caracterização interdisciplinar



Produzir um novo conhecimento.

A agricultura familiar contribui para a geração de renda e emprego, além de preocupar-se com a sustentabilidade. As famílias priorizam práticas tradicionais de cultivo e de baixo impacto ambiental, o que pode ser considerado os conhecimentos das disciplinas relacionadas aos cuidados ambientais. Na visão de Ferreira et al. (2022, p. 19), “é possível construir sistemas agrícolas mais sustentáveis, equilibrando-se a utilização do capital natural

e viabilizando-se uma alternativa de produção agrícola mais sustentável”.

Ao desenvolver padrões mais sustentáveis e uma preocupação ambiental, é necessário compreender o engajamento das ciências agrárias para o crescimento do setor (Peterson, 2009).

Diante do exposto, pode-se observar que para, “o desenvolvimento das competências necessárias, requer a conjugação de diferentes saberes disciplinares” (Fazenda, 2008, p. 23), ainda que a interdisciplinaridade esteja presente no estudo, conforme apresenta a Figura 1, que detalha a caracterização interdisciplinar do estudo.

1.5 ESTRUTURA GERAL DO DOCUMENTO

Esta dissertação está organizada em 5 capítulos. O capítulo 1 apresenta a introdução da pesquisa, descreve o contexto, bem como os desafios para a realização da pesquisa, detalha os objetivos e por fim apresenta a justificativa e a relevância para a realização da pesquisa a aderência ao programa e a indicação de interdisciplinaridade.

Na sequência, no capítulo 2, de forma detalhada, apresenta-se o referencial teórico, nos temas relevantes a serem estudados, incluindo-se as seções: (1) Gestão do Conhecimento; (2) Criação do Conhecimento; (3) Ferramentas e Práticas da Gestão do Conhecimento; (3) Agricultura Familiar; (4) Programas de fortalecimento da agricultura familiar; (5) Produção da agricultura familiar; (6) Agricultura familiar na serra catarinense.

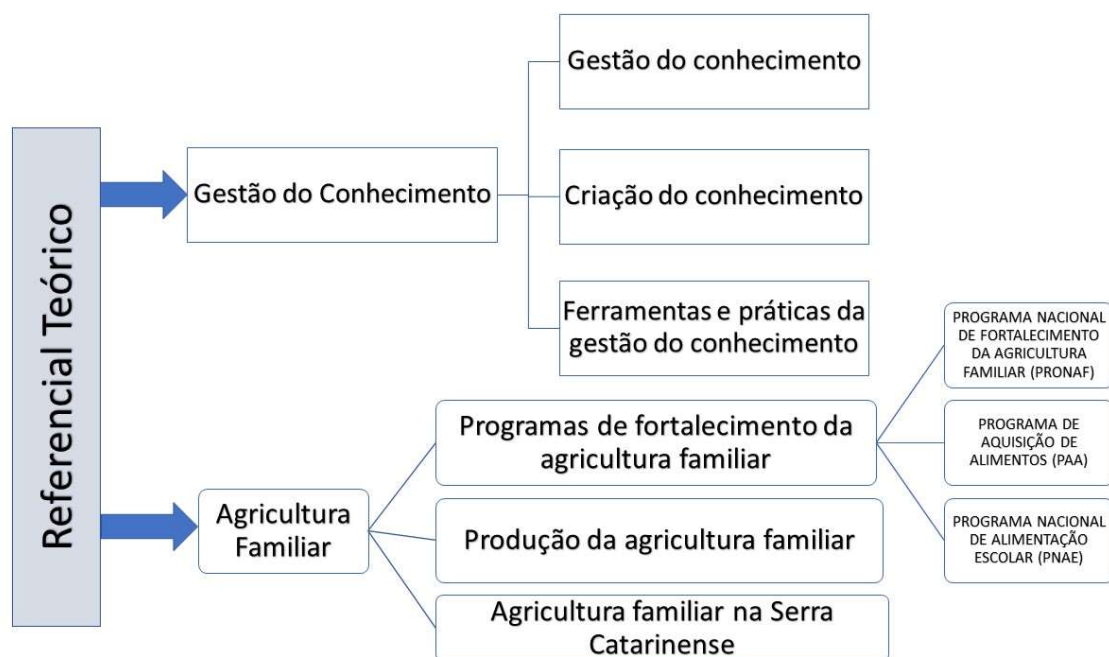
O capítulo 3 descreve a metodologia da pesquisa, detalhamento de todas as fases e etapas e a classificação da mesma.

Seguindo para o capítulo 4, o qual descreve o resultado da pesquisa em conformidade com os achados e em conformidade com o referencial abordado no capítulo 2; por fim, o capítulo 5 apresenta as considerações finais, limitações da pesquisa e indicações de trabalhos futuros.

2 PANORAMA TEÓRICO

Esta seção apresenta o referencial teórico, com o qual se pretende analisar a percepção dos autores com os achados da pesquisa. O referencial está estruturado conforme apresenta a estrutura do referencial teórico figura 2, onde tem como temas principais a gestão do conhecimento e agricultura familiar.

Figura 2
Estrutura do referencial teórico



Soma-se a esses temas, a criação do conhecimento, compartilhamento do conhecimento, ferramentas e práticas da gestão do conhecimento, definições e conceitos sobre agricultura familiar e programas que a agricultura familiar está inserida.

2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO

A gestão do conhecimento é uma abordagem de gerenciamento que se concentra em criar, compartilhar, usar e gerenciar o conhecimento e informações dentro de uma organização. Ela se baseia na ideia de que o conhecimento é um recurso valioso que pode ser usado para melhorar a eficiência e a eficácia da organização, aumentar sua capacidade de inovação e melhorar a tomada de decisão (C. P. Machado & Tatto, 2019).

Nesse contexto, “Cada vez mais, para criar e estabilizar posição de vantagem competitiva sustentável, as melhores organizações investem na aplicação de conceitos como aprendizagem, conhecimento e competência” (Shinyashiki et al., 2003, p. 500).

Historicamente, a gestão do conhecimento, surgiu como campo de estudos em 1975, como forma de gerir o conhecimento e como parte dos profissionais da indústria, busca-se desenvolver o propósito de conhecer e explorar o capital humano por meio de seu intelecto. Inicialmente, a gestão do conhecimento teve uma forte interação com outras disciplinas e atrai contribuições para o seu entendimento (H. P. V. Machado & Elias, 2020).

A gestão do conhecimento tem como finalidade identificar e analisar os conhecimentos disponíveis dentro de uma organização e identificar os que são favoráveis para o seu desenvolvimento; desta forma, torna-se essencial para toda e qualquer organização (Tenório et al., 2020).

“Os sistemas de gerenciamento de conhecimento auxiliam na administração e na organização de forma eficiente, com otimização de recursos e tempo, baseado no conhecimento da organização” (Barral et al., 2019, p. 172).

Deste modo, é importante pontuar que a gestão do conhecimento objetiva melhorar os processos internos, e necessitam ser aprimorados por meio de gerenciamento eficiente dos processos de conhecimento inerentes, que deverão ser utilizados estrategicamente e com eficiência nas organizações (Alvares et al., 2021).

De acordo com Garcia e Coltre (2017), o conhecimento está na cabeça de cada indivíduo e que a gestão do conhecimento contribui, ora para a organização ora para o trabalhador, seja na produtividade ou para a evolução dos modelos gerenciais.

Uma das principais funções da gestão do conhecimento é criar uma cultura de aprendizado e compartilhamento de conhecimento dentro da organização, o que envolve incentivar os funcionários a compartilharem suas experiências, ideias e conhecimentos, bem como promover o aprendizado contínuo e desenvolver habilidades e competências (Mendonça, 2017; Perrotti & Vasconcellos, 2005; Sveiby, 2008).

Segundo Machado e Tatto (2019), existem atividades complexas nas organizações e a gestão do conhecimento possui a finalidade de reduzir essas complexidades, dando suporte à análise de falhas evitar que os mesmos erros e problemas ocorram amiúde, aumentar a confiabilidade das organizações e prepará-las para enfrentar a concorrência.

Assim, a gestão do conhecimento é uma ferramenta estratégica utilizada para

capturar, estruturar e aperfeiçoar os processos internos das organizações, para que com as competências fortalecidas, as informações possam ser disseminadas para aumentar a vantagem competitiva (Barral et al., 2019).

Sobretudo, é importante que a gestão do conhecimento detecte o potencial de sua equipe, por meio de suas competências, habilidades e atitudes. Portanto para que esse processo ocorra, as organizações devem proporcionar um ambiente agradável e favorável ao compartilhamento e criação do conhecimento (Tenório et al., 2020).

Ressalta-se que por meio da gestão do conhecimento as organizações podem incentivar e buscar novas ideias e soluções, estimular o trabalho em equipe, e assim organizar o processo, com uso do próprio conhecimento gerado para visualizar as oportunidades de evolução (Alvares et al., 2021).

Consequentemente, faz-se necessário compreender o indivíduo e o ambiente no qual está inserido, como se pode refletir: “um olhar mais atento para as pessoas de forma a compreender as suas emoções nas práticas organizacionais e na internalização do conhecimento” (Tenório et al., 2020, p. 108). Portanto, nessa reflexão a gestão do conhecimento busca compreender o capital humano das organizações, alinhar o seu comportamento, a cultura e valores da organização, o engajamento das pessoas e os resultados, é importante que estejam em sintonia com as tecnologias e a inovação (Moresi & Mendes, 2010).

Da mesma forma, Barral et al. (2019) esclarecem em seus estudos que o conhecimento é do indivíduo e que o próprio indivíduo deve transferir esse conhecimento a outrem, e que cabe às organizações realizarem essa gestão para que o capital intelectual permaneça na organização, por meio do compartilhamento do conhecimento e geração de resultados competitivos.

O conhecimento é considerado fundamental para o sucesso das organizações, é um patrimônio essencial e estratégico, que necessita de uma gestão eficiente para criar estratégias para armazenar e disseminar o conhecimento (Barral et al., 2019; Garcia & Coltre, 2017; Moresi & Mendes, 2010).

De acordo com Moresi e Mendes (2010), é necessário que a informação passe daquele que a detém para o profissional que necessitar dela; é preciso ainda compreender que o conhecimento é dinâmico. Torna-se imprescindível criar estratégias para que os

indivíduos sintam-se confiantes e tenham um bom convívio para estimular a transferência do conhecimento na organização (Barral et al., 2019).

Além disso, a gestão do conhecimento envolve a criação de sistemas e processos para capturar, armazenar e compartilhar o conhecimento de uma organização, por meio da identificação de especialistas em determinadas áreas, com a criação de redes de conhecimento, com o intuito de compartilhar ideias e solucionar problemas, com a troca de informação eficiente (Freire et al., 2012; Sveiby, 2008).

Em resumo, a gestão do conhecimento é uma abordagem importante para qualquer organização que busca maximizar seu potencial e melhorar o seu desempenho ao adotar uma boa gestão do conhecimento as organizações tornam-se mais eficientes, inovadoras e bem-sucedidas (H. P. V. Machado & Elias, 2020).

Destaca-se ainda, que a gestão do conhecimento precisa ser realizada e estruturada no ambiente interno das organizações e que possam ser aprimorados conforme a necessidade da organização, exploração do capital humano e o capital estrutural, alinhando a gestão do conhecimento e a gestão da informação como estratégia organizacional (Alvares et al., 2021).

A gestão do conhecimento é importante porque o conhecimento é um ativo valioso que pode ser usado para melhorar a qualidade dos produtos e serviços, otimizar processos e consequentemente aumentar a produtividade, assim como, permite que as organizações identifiquem os conhecimentos essenciais e os compartilhem de maneira estruturada e sistêmica (Diniz et al., 2020).

Na sociedade atual, o conhecimento se tornou o principal recurso produtivo. Destaca-se a ênfase da geração de valor, com uma transição do foco em capital, terra e trabalho, para a importância da informação e do conhecimento. Nesse cenário, a gestão do conhecimento desempenha um papel fundamental como elemento condutor e facilitador desse processo (Neto et al., 2012).

Os primeiros estudos sobre gestão do conhecimento foram abordados pelos autores Nonaka e Takeuchi (1997), com a obra: “Criação de Conhecimento na Empresa”, que objetivou acompanhar o processo de criação de conhecimento dentro das organizações, distingue-se o conceito de dados, informação e o que é conhecimento.

Os autores afirmam que embora o conceito de informação seja usado com

frequência como termos intercambiáveis, existe uma nítida distinção entre informação e conhecimento (Nonaka & Takeuchi, 1997). A partir dessa distinção e necessidade de aprofundar os estudos para entender essa diferenciação, a seção a seguir aborda como ocorre a criação do conhecimento.

2.2 CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO

Enquanto no tópico anterior foi abordado o conceito de gestão do conhecimento e a sua importância para as organizações, nesse tópico será abordado como o conhecimento é criado para que a gestão do conhecimento seja estruturada de forma eficaz e que traga resultado para as organizações. É fundamental que elas tenham foco na criação do conhecimento (Mendonça, 2017). Para Nonaka e Takeuchi (1997, p. 79) “criação do conhecimento organizacional é uma interação contínua e dinâmica entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito”.

Na visão de Barral et al. (2019), as organizações podem gerenciar o seu capital intelectual, estruturar e organizar a forma como esse conhecimento é transmitido entre as pessoas na própria organização. Logo, a informação compartilhada, é uma das premissas da gestão do conhecimento (Alvares et al., 2021).

O compartilhamento do conhecimento não depende das áreas envolvidas, mas é fundamental um olhar mais atento para com as pessoas, para suas emoções e as formas com que irão expressar os seus conhecimentos ou até mesmo a forma de compreendê-los (Tenório et al., 2020).

De forma industriosa e estruturada, as organizações devem encontrar a configuração adequada para realizar a gestão do conhecimento, pois é vital que o conhecimento compartilhado chegue ao indivíduo que o necessita (Moresi & Mendes, 2010).

A gestão do conhecimento visa organizar, gerir e aprimorar o conhecimento, por meio da integração e experiência das pessoas, no intuito de melhorar a eficácia do processo na qual os indivíduos têm papel fundamental e exercem influência sobre a transferência de informação. Desse modo estimular e participar ativamente da criação do conhecimento com possibilidade dos sistemas gerenciais auxiliar na administração e na organização (Barral et al., 2019).

Um ambiente favorável pode contribuir para a criação de conhecimento e novas

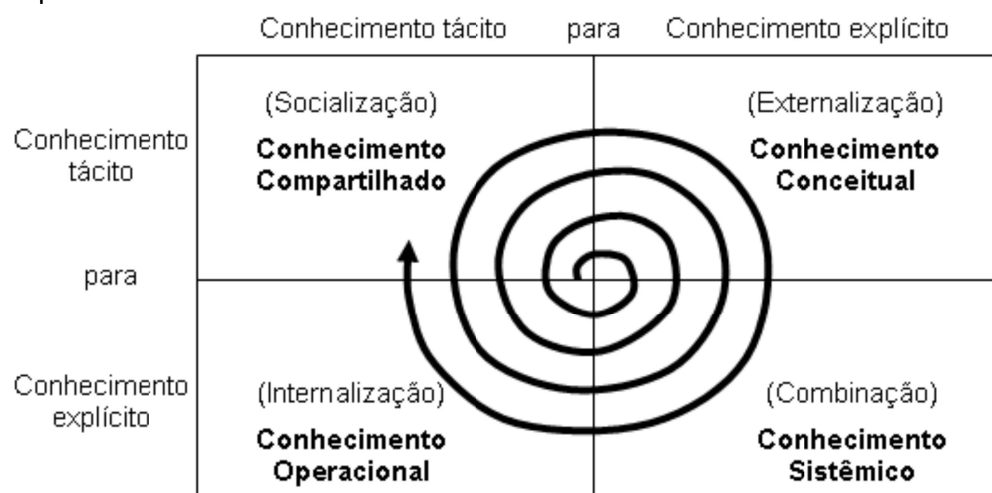
experiências, nas organizações o conhecimento ocorre por meio da interação entre os indivíduos, e na transferência do conhecimento tácito em explícito que pode ocorrer individualmente ou coletivamente, e para que isso ocorra é necessário que exista um processo de transformação do conhecimento (Tenório et al., 2020).

Destarte, o conhecimento tácito é pessoal, que compreende a *expertise*, as habilidades pessoais a criatividade, o qual é o mais difícil de ser formalizado e transmitido para outras pessoas, é aquele conhecimento imperceptível, que o indivíduo o detém mas não o percebe com facilidade (Moresi & Mendes, 2010).

Esse processo envolve quatro fases de conversão do conhecimento: socialização, externalização, internalização e combinação, essas fases fazem parte do modelo SECI, criado por Nonaka e Takeuchi (1997), o qual propõe uma aprendizagem mútua.

Faz-se necessário criar ou utilizar de ferramentas que permitam a disseminação do conhecimento, que é primordial num processo de conversão que são induzidos por diversas formas, Nonaka e Takeuchi (1997) explicam essa dinâmica. De acordo com a figura 3, espiral do conhecimento é um dos modelos de gestão mais aplicados pelas organizações, com o intuito de absorver e transferir o conhecimento adquirido, além de administrar de forma mais eficaz a criação do conhecimento, existente no ambiente interno da organização.

Figura 3
Espiral do conhecimento



Fonte: Adaptado de (Nonaka & Takeuchi, 1997, pp. 80–81)

Segundo Moresi e Mendes (2010) a conversão do conhecimento, de tácito para

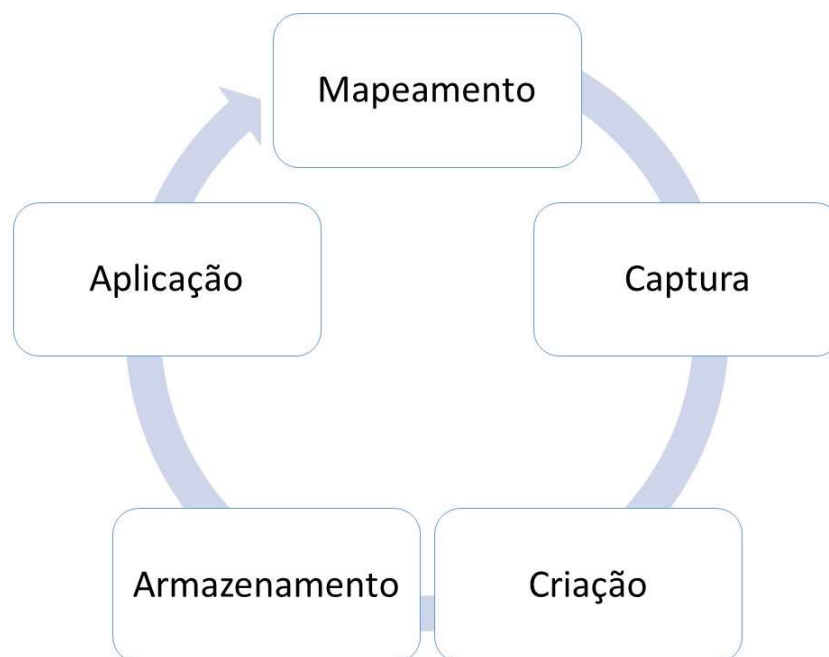
explícito é um diferencial competitivo, considerados ainda os pontos críticos, e estão diretamente ligados às questões comportamentais e de comunicação interna das organizações. Caso esses pontos não estejam alinhados à gestão do conhecimento, não se torna eficiente e eficaz.

A criação do conhecimento organizacional é estruturada por etapas, conforme apresenta a figura 4, ciclo da criação do conhecimento organizacional.

Criar e compartilhar o conhecimento é um processo contínuo que envolve investir em aprendizado, colaboração, inovação, pesquisa e *networking*. Pois, segundo Kaveny (2013), “as empresas que proporcionam um ambiente favorável para a criação, uso e compartilhamento do conhecimento tácito e explícito terão mais sucesso na obtenção da vantagem competitiva frente aos concorrentes”.

Figura 4

Ciclo da criação do conhecimento organizacional



E para que o processo de criação do conhecimento, vislumbrado pela organização seja estruturado e tenha êxito nos propósitos é necessário a utilização de ferramentas e práticas adequadas, que será abordado no próximo item.

2.3 FERRAMENTAS E PRÁTICAS DA GESTÃO DO CONHECIMENTO

A gestão do conhecimento é o processo de identificação, criação, armazenamento, compartilhamento e aplicação do conhecimento dentro de uma organização e, ainda, envolve o uso de técnicas, ferramentas e estratégias para gerenciar o conhecimento, de forma a melhorar sua eficiência, inovação e as tomadas de decisão (Nonaka & Takeuchi, 1997).

Desta forma, a gestão do conhecimento é uma abordagem estratégica, para gerenciar o conhecimento em uma organização e adquirir importância no ambiente de negócios altamente competitivo e em constante mudança. De acordo com Vasconcelos et al. (2012, p. 237) “as organizações modernas estão se deparando com ambientes extremamente dinâmicos que provocam alterações radicais no modo de gerenciamento”.

Existem várias etapas envolvidas na gestão do conhecimento e as organizações estão atribuindo a devida importância às atividades, motivadas pelo conhecimento, o que implica em maior engajamento e aprendizagem para executar tarefas novas e antigas com maior eficácia e eficiência, além de gerar novos conhecimentos e aplicá-los na prática (Vasconcelos et al., 2012).

Existem várias etapas envolvidas na gestão do conhecimento, desde a identificação dos conhecimentos essenciais, a criação de uma cultura de compartilhamento e colaboração, o desenvolvimento de uma infraestrutura para gerenciar o conhecimento e a implementação de indicadores para medir e avaliar o impacto da gestão do conhecimento na organização (Alvares et al., 2021).

Na opinião de Kaveny (2013, p. 48), “a promoção de uma cultura voltada a manutenção da confiança e da fé recíproca na intenção, comportamento de todos os membros da organização, pode levar as organizações a obtenção de resultados melhores em relação à gestão do conhecimento”.

Segundo Marschner et al. (2016), o objetivo da gestão do conhecimento é organizar estrategicamente os conhecimentos do capital humano da organização e o conhecimento externo, que por meio da prática são a base para o sucesso do negócio.

A gestão do conhecimento é a maneira como a organização irá gerenciar o seu capital intelectual, ou seja, trata-se da identificação, avaliação, compartilhamento e aplicação do conhecimento que a organização possui e que está principalmente nos

colaboradores que a integram, seja da capacidade técnica ou na experiência que adquiriu na organização com o passar do tempo (Amante & Petri, 2017).

Para que as organizações estejam preparadas para as transformações econômicas e sociais, que ocorreram após o processo de globalização, que de fato estabeleceram mudanças, por meio de novas abordagens que estão relacionadas à criação, as estratégias de uso da retenção do conhecimento (Feliciano et al., 2015), precisam adotar e criar técnicas e utilizar de ferramentas adequadas.

Para uma gestão eficaz do conhecimento é necessário utilizar um conjunto de ferramentas que permitem ampliar seu alcance e acelerar sua disseminação (Alves & Campos, 2021).

Diante do exposto, a utilização de ferramentas se faz necessário, seja na utilização de sistemas de gerenciamento de documentos, *intranets* entre outros que são frequentemente utilizados para apoiar a gestão do conhecimento, como no planejamento e estratégia da organização (Sousa et al., 2018).

Ainda, existem diversos modelos conceituais e/ou aplicados que descrevem uma variedade de processos ou etapas, apesar de não existir um consenso claro sobre qual é o melhor modelo a ser adotado e há diferenças distintas sobre como criar um ambiente propício para a apropriação, construção, compartilhamento e utilização de ferramentas da gestão do conhecimento (C. D. Santos & Valentim, 2021).

Embora não exista um modelo único ou ainda uma padronização das práticas e das ferramentas a serem utilizadas nas organizações na implementação da gestão do conhecimento, existem práticas e ferramentas que são comumente mencionadas e até mesmo recomendadas por estudos e livros que abordam a temática (Guimarães et al., 2009).

Para que as ferramentas e práticas possam favorecer uma boa gestão do conhecimento, a organização deve seguir o ciclo da criação do conhecimento organizacional e aplicá-los de forma prática como apresenta a figura 5, aplicabilidades práticas da utilização do ciclo do conhecimento organizacional.

Figura 5

Aplicabilidades práticas da utilização do ciclo do conhecimento organizacional

Ciclo	Práticas	Resultado esperado
Mapear	Habilidades e competências de cada colaborador	Identificar experiências, conhecimentos adquiridos e aspirações profissionais.
	Mentores	Identificar entre os colaboradores quem se destaca para que a troca de conhecimento possa ser realizada entre os próprios.
Capturar	Geração de Ideias	Capturar e deixar livre a participação para a geração de ideias que possam agregar na geração de conhecimento.
	Repositórios de informações	Pode ser estruturado através de documentos, memorandos, manuais, onde a informação estará disponível a outras pessoas que a necessitem.
Criar	Conectividade entre as pessoas	O relacionamento entre eles, a empatia leva à confiança que leva ao compartilhamento natural do conhecimento.
	Ambiente propício	A existência de uma área de convivência é essencial para proporcionar às pessoas um espaço neutro onde possam se reunir e compartilhar ideias.
Armazenar	Utilize da Tecnologia	Utilizar as ferramentas de tecnologia, para de forma ágil, com sistemas de integração internos e externos.
Aplicar	Geração de ideias	As ideias capturadas devem ser avaliadas e postas em práticas, importante ainda que sejam realizados os <i>feedbacks</i> a respeito de cada geração de ideias.
	Treinamentos e aperfeiçoamentos	Investir em treinamentos e aperfeiçoamentos faz com que a gestão do conhecimento se torne cada vez mais fortalecida.

Fonte: Adaptado de (Nonaka & Takeuchi, 1997)

Essas são algumas das práticas que alinhadas às ferramentas podem contribuir para uma boa gestão do conhecimento. A figura 6 conectividade entre gestão, aponta a integração de outras gestões e que são mais utilizadas pelas organizações e que podem favorecer para a criação de ferramentas estratégicas da gestão do conhecimento, que na concepção de J. C. dos Santos e Valentim (2021, p. 2), “ferramentas estratégicas que potencializam a apropriação, geração, disseminação, uso e reuso de informação como diferencial competitivo”.

Figura 6
Conectividades entre gestão

Gestão	Sigla	Alinhamento	Práticas e ferramentas
Gestão documental	GD	São práticas e processos utilizados para gerenciar documentos, o que envolve a organização, armazenamento, preservação, acesso, recuperação e descarte adequado dos documentos da organização.	Arquivo adequado de documentos por ordem de prioridade e tempo; Criação de Manuais e Procedimentos operacionais padrão;
Gestão da Informação	GI	É o que envolve a coleta, organização, armazenamento, análise, disseminação e utilização estratégica das informações relevantes para a tomada de decisões.	<i>Intranet</i> ; Sistema integrado; Correio eletrônico; bancos de dados;

Fonte: Adaptado de (J. C. dos Santos & Valentim, 2021)

Por meio do alinhamento de gestões que se criam as práticas da gestão do conhecimento, entre elas a literatura destaca: - lições aprendidas; - boas práticas; - comunidades presenciais; - memória com especialista e - palestras internas, pois todas essas práticas levam a memória organizacional (J. C. dos Santos & Valentim, 2021).

Memória organizacional, a qual reside na habilidade do indivíduo em recordar suas experiências, construir informações e conhecimentos a partir delas. Nesse sentido, cabe ao indivíduo estruturar e organizar os processos de memória, de modo a possibilitar sua socialização e utilização como apoio à competitividade (J. C. dos Santos & Valentim, 2021).

A memória organizacional é uma das ferramentas e práticas da gestão do conhecimento que possibilita que a organização aprenda com o passado, evite repetições de

erros, promova a inovação e a adaptabilidade às mudanças (Jorge & Faléco, 2016; Morais & Costa Neto, 2020; Vasconcelos et al., 2012)

A gestão adequada da memória organizacional envolve a identificação, captura, armazenamento, organização e acesso às informações relevantes, bem como a cultura de aprendizado e compartilhamento de conhecimento (Vasconcelos et al., 2012).

A agricultura familiar desempenha um papel crucial no cenário econômico brasileiro, no próximo tópico, será abordado as características, desafios e potencialidades do setor.

2.4 AGRICULTURA FAMILIAR

Sabe-se que desde os primeiros tempos a agricultura é presente na história da humanidade, por subsistência, e por pequenas escalas de produção, transformou-se no Brasil ainda mais forte e acentuada. Portanto com a chegada de imigrantes vindos de diferentes partes do mundo, passou a dispor um processo de produção mais rigoroso, e também como meio de sobrevivência, e única forma de renda por muitas famílias, com uma diversidade produtiva e que alia a produção de sustento a uma produção destinada ao mercado (Goulart et al., 2021; Picoletto, 2014).

O conceito de agricultura familiar é recente; antes esse conceito não era bem claro e se falava em pequeno agricultor, esse termo era utilizado para descrever aqueles que tinham poucas terras e que produziam juntamente com suas famílias, foram chamados também de colonos, camponeses, e diversas outras definições, as quais estavam vinculadas ao número de empregados e ao tamanho da propriedade, assim como a vinculação com produtos ou mercados (N. B. da Cruz et al., 2021).

No Brasil a agricultura familiar é regida pela Lei n.º 11.326, de 24 de junho de 2006, a qual reconheceu como profissão, a referida Lei definiu limites da exploração da atividade rural realizada nas pequenas propriedades rurais, conforme o “Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (LEI Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, 2006).

Para que seja caracterizada como agricultura familiar, toda a produção realizada na propriedade precisa utilizar a mão de obra dos integrantes da família, desde a gestão da propriedade, até os pequenos trabalhos realizados dentro da mesma, e ainda como

característica a propriedade não pode ser maior que quatro módulos fiscais. Outro fator importante para ser caracterizado agricultura familiar de acordo com a Lei, é que parte da renda precisa ser gerada pela propriedade, (LEI N° 11.326, de 24 de Julho de 2006, 2006).

Em 14 de outubro de 2011, o Governo Federal aprovou a Lei n.º 12.512, e institui o programa de apoio à conservação ambiental e o programa de fomento às atividades produtivas rurais; altera as leis n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, alteração essa que traz outros regramentos e enquadramentos para a agricultura familiar (Lei N° 12.512, de 14 de Outubro de 2011, 2011).

A figura 7, critérios para se enquadrar na agricultura familiar, apresenta o Art. 3º da Lei 11326/2006, que estabelece regras de enquadramento, “Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos” (LEI N° 11.326, de 24 de Julho de 2006, 2006).

Figura 7

Critérios para se enquadrar na agricultura familiar

I	não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
II	utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
III	tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
IV	dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
§ 2º São também beneficiários desta Lei:	
I	silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
II	aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m ³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
III	extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;
IV	pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V	povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º ; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)
VI	integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

Fonte: (LEI Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, 2006)

A população brasileira tem como fonte principal de produção de alimentos a agricultura familiar, resultado de uma força de trabalho realizada em pequenas propriedades rurais e que tem como força de trabalho principal os membros de uma família (Brasil, 2022b). Na visão de Hoffmann (2015):

“o conceito de agricultura familiar é bem mais abrangente do que o da Lei no 11.326: foi considerado familiar todo estabelecimento no qual pelo menos metade da mão de obra utilizada fosse familiar, sem restrições relativas à sua área total ou à origem da renda familiar.”

A percepção sobre a agricultura familiar evoluiu e mudou significativamente no Brasil, antes era considerado um setor social e que poderia desaparecer, passou a ser vista e valorizada, por políticas específicas e projetos passaram a ser desenvolvidos (Picolotto, 2014).

Nesse sentido, a evolução da agricultura familiar tem contribuído para o desenvolvimento econômico, social e, mesmo dentro de muitas limitações, as propriedades possuem um elevado potencial de crescimento e de agregar valor ao setor (Carbonera et al., 2020).

A agricultura familiar é responsável por 80% do fornecimento mundial de alimentos, no Brasil cerca de 70% da comida que chega às mesas é proveniente da agricultura familiar, o que representa 77% dos estabelecimentos agrícolas do Brasil, de acordo com o último censo agrícola (IBGE, 2017).

Outro fato importante é que o setor emprega 10 milhões de pessoas, o que representa 67% da força de trabalho em atividades agropecuárias, desta forma, pode-se perceber a importância que a mesma tem para o desenvolvimento do país. Constatase ainda, que 38% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil é de responsabilidade da agricultura familiar (IBGE, 2017).

Além disso, outro fator importante é que este setor adota práticas sustentáveis, seja pela diversidade de cultivo, ou ainda pelo uso consciente do solo e dos demais recursos naturais, preservação da cultura local bem como dos patrimônios. Ainda por meio da prática de cultivo orgânico, que possibilita aos consumidores, acessos a alimentos com um maior grau de nutrientes e mais frescos, o que faz proporcionar qualidade de vida (Medeiros et al., 2020).

A agricultura familiar brasileira tem um papel de destaque mundial, é um dos setores chave de abastecimento de alimentos quanto ao plano de alimentação nacional; dessa maneira, contribui para compor a cesta básica do país, pois é de suma importância econômica para gerar emprego e fazer com que as famílias permaneçam no campo (N. B. da Cruz et al., 2021).

Dada a importância e abrangência para a economia na conscientização da alimentação adequada para o combate à fome e às desigualdades sociais e para a sustentabilidade ambiental o qual protege o planeta e garante a capacidade produtiva, a agricultura familiar enfrenta vários outros desafios (Fonjong & Gyapong, 2021).

2.5 PROGRAMAS EM QUE ESTÁ INSERIDA A AGRICULTURA FAMILIAR

Todo este reconhecimento e a valorização do setor fez com que as políticas governamentais criassem os programas de incentivo à agricultura familiar e as políticas públicas para o setor. Para Zahaikevitch et al. (2022, p. 2), “as políticas públicas são de vital importância para os agricultores familiares, pois oferecem o suporte necessário para consolidar grupos de produtores, manter suas atividades no meio rural e diversificar a produção.”

A agricultura familiar desde que reconhecida pela Lei 11.326 em 2006, vem sendo inserida em alguns programas governamentais, a figura 8, programas de incentivo a agricultura familiar existentes no Brasil, apresenta todos os programas existentes.

Figura 8

Programas de incentivo a agricultura familiar existentes no Brasil

Programa	Lei em que está inserido	Principal objetivo
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996	O objetivo de propiciar atendimento diferenciado para os pequenos produtores rurais.

(Pronaf)		
Programa Nacional de Crédito Fundiário “Terra Brasil”	PORTARIA Nº 51, DE 21 DE JANEIRO DE 2021	Oferece condições para que os agricultores sem acesso à terra ou com pouca terra possam comprar imóvel rural por meio de um financiamento de crédito rural.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Lei nº 10.696/2003	Tem como intuito fomentar a agricultura familiar e o acesso à alimentação de qualidade.
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)	Lei 12.188/2010	Tem como propósito a promoção do desenvolvimento rural sustentável, o auxílio a atividades econômicas voltadas para as potencialidades locais, a construção de cadeias produtivas sustentáveis e apoiadas em conhecimentos científicos.
Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Portaria Interministerial nº 172, de 10/05/2016	Suas finalidades principais são diminuir o déficit habitacional no campo e propiciar moradia digna a agricultores familiares e trabalhadores rurais.
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Lei 11.947/2009	O objetivo é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Fonte: (Brasil, 2022b)

Entre esses programas se destacam: Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

2.6 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Considerando o desenvolvimento local, e uma maior qualidade de vida, em 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com o

objetivo de auxiliar as famílias e desenvolver um atendimento específico, e assim, fortalecer as atividades desenvolvidas pelos agricultores, incentivar e possibilitar a modernização do sistema produtivo, agregar valor e proporcionar um melhor resultado (Brasil, 2022b).

A formação desse programa contribui com avanços para o setor, isso faz com que “a criação do Pronaf pode ser considerada um dos eventos de maior importância na esfera das políticas públicas para o meio rural, com o foco nos agricultores familiares” (Resende & Mafra, 2016, p. 275).

Além disso, dentro do programa existem os subprogramas que são destinados ao investimento e às linhas de custeio, que são relacionados à atividade agrícola ou pecuária desenvolvidas. Conforme apresenta a figura 9 linhas de crédito do Pronaf, essas linhas de crédito tem a finalidade de atender as famílias cada uma dentro de suas especificidades.

Figura 9
Linhas de crédito do Pronaf

Linha de Crédito	Finalidade
Pronaf Custeio	Com a finalidade de financiar as despesas normais referentes a um ciclo produtivo;
Pronaf Mais Alimentos (Investimento)	Com a finalidade de promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando a elevação da renda da família produtora rural;
Pronaf Microcrédito Produtivo Rural (Grupo B)	Destinado ao público da agricultura familiar menos estruturado, possibilita financiar investimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, bem custeio, exceto agrícola;
Pronaf “A”	Operação de investimento, destinado ao público da reforma agrária e beneficiários do crédito fundiário;
Pronaf “A/C”	Operações de custeio, destinado ao público da reforma agrária e beneficiários do crédito fundiário;
Pronaf Agroindústria	Com o objetivo de prover recursos para atividades que agreguem renda à produção e aos serviços desenvolvidos pelos beneficiários do Pronaf;
Pronaf Industrialização (antigo Custeio Agroindústria)	Financia custeio do beneficiamento e industrialização da produção, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço entregues para venda, financiamento da

	armazenagem, conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado e a aquisição de insumos pela cooperativa de produção de agricultores familiares para fornecimento aos cooperados.
Pronaf ABC+ Floresta	Financia atividades referentes à implantação e manejo de sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento da legislação ambiental; enriquecimento de águas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécie florestal, nativa do bioma;
Pronaf ABC + Semiárido	Investimento em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agros ecossistemas e destinados à implantação, ampliação, recuperação ou modernização de infraestrutura produtiva, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários;
Pronaf ABC + Agroecologia	Fornecimento dos sistemas de base agroecológica ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;
Pronaf ABC + Bioeconomia	Possibilita financiar empreendimentos com diversas finalidades: implantar e/ou recuperar: pequenos aproveitamentos hidro energéticos e tecnologias de energia renovável; sistemas produtivos de exploração extrativista e de produtos da socio biodiversidade ecologicamente sustentável, entre outros;
Pronaf Mulher	Atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora, conforme projeto técnico ou proposta simplificada;
Pronaf Jovem	Investimento para jovens maiores de 16 (dezesesseis) anos e com até 29 (vinte e nove) anos, integrantes de unidades de agricultores familiares;
Pronaf Cotas-Partes	Financiamento da integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural ou aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro;
Pronaf Produtivo Orientado	Possibilita o acesso ao crédito rural educativo, a incorporação da inovação tecnológica e o financiamento do pagamento dos serviços de

	assistência técnica e extensão rural.
--	---------------------------------------

Fonte: (Brasil, 2022b)

Portanto, dentro deste programa o incentivo existe por meio das linhas de crédito com especificidades e regras para os agricultores, visa-se o crescimento e o desenvolvimento do setor. Como aponta Rodrigues (2019, p. 31) “O aumento do poder de compra por parte dos produtores por meio do crédito possibilitaria a eles a realização de investimentos e a combinação de novos fatores de produção que, por conseguinte, iriam gerar aumento do produto e do emprego.”

Para que as famílias possam utilizar essas formas de financiamento, faz-se necessário apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que esteja ativa ou o documento que comprove o cadastro ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (CAF-Pronaf) e, conseqüentemente, atenda a todos os critérios estabelecidos na Lei 113626/2006 (Resende & Mafra, 2016).

2.7 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O programa de aquisição de alimentos (PAA), é uma ação governamental inserida nas políticas públicas de segurança alimentar, nutricional e no fortalecimento da agricultura familiar. Instituído pelo art. 19 da Lei Federal n.º 10.696, de 2 de junho de 2003, do programa Fome Zero, que foi alterada pela Lei n.º 12.512 de outubro de 2011, regulamentada por diversos decretos, o Decreto nº 7.775 de 4 de julho de 2012 é o que está em vigor (Brasil, 2022c).

Por meio do programa os agricultores familiares têm a possibilidade de vender sua produção para órgãos governamentais, sendo esses os protagonistas desse fornecimento; além disso, o programa incentiva o desenvolvimento rural, o combate à pobreza e a redução das desigualdades sociais, pois contribui para a geração de renda (Salgado et al., 2022).

Por conseguinte, de acordo com a Lei o PAA, pode contribuir para a manutenção dos estoques públicos, fortalecer circuitos locais e regionais e as redes de comercialização, valorizar a biodiversidade e a produção orgânica; além disso, incentivar os hábitos alimentares saudáveis, estimular o associativismo e o cooperativismo (LEI NO 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017, 2017).

Assim, por incentivo do PAA que as famílias agricultoras têm a possibilidade de

vender para as instituições públicas, sem a necessidade de licitação, com preços justos e de acordo com a precificação de mercado, esses produtos por certo podem atender entre outros setores as universidades, hospitais, presídios (Salgado et al., 2022).

Os recursos do programa são advindos do Ministério da Cidadania e vem sendo executado em estados e municípios, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), são ações para a inclusão produtiva das famílias mais pobres. Toda a gestão do programa é feita por meio dos municípios, os quais são responsáveis pelo cadastro das entidades abastecidas pelos produtos, assim como os agricultores que irão fornecer os produtos, a adesão ao programa é realizada através de edital (Brasil, 2022c).

2.8 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Um outro programa de incentivo e importante para a agricultura familiar é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regido pela Lei 11.947/2009, o qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar.

Nesse segmento, referente ao montante dos valores repassados pelos estados e municípios, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é necessário 30% (trinta por cento) para ser utilizado na compra direta da agricultura familiar, ou de organizações diretamente ligadas a esse setor, priorizar os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO, 2009).

De acordo com Dias et al. (2020), o PNAE tem como propósito, “estimular simultaneamente a produção de alimentos e a sustentabilidade local, assim como ampliar a oferta de alimentos *in natura* e saudáveis nas escolas”. Além desse propósito, o programa auxilia na variação da alimentação, com segurança alimentar e respeitar a cultura local, suas tradições e os hábitos alimentares saudáveis; além disso, proporciona a diversidade de alimentos sazonais, produzidos em âmbito local pela agricultura familiar (Feitosa et al., 2022).

Nesse contexto, pode-se afirmar que a agricultura familiar participa ativamente no combate à fome; outrossim, o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS 2), que tem como propósito acabar com a fome, e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluir as crianças, a alimentos seguros,

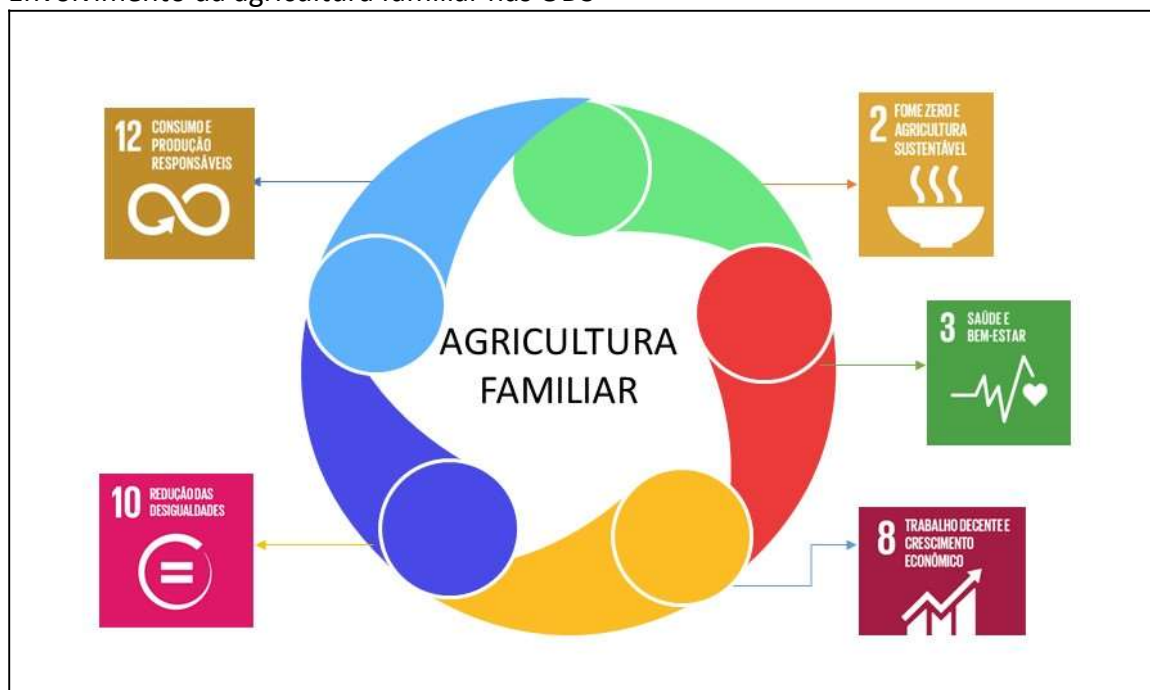
nutritivos e suficientes durante todo o ano (Brasil, 2015).

Outro destaque importante deste programa, refere-se à diversidade em que se expressa a agricultura familiar no Brasil, assim como, os aspectos econômicos, o setor está diretamente ligado a questões sociais, políticas públicas e culturais além de participar ativamente do que diz respeito a segurança alimentar e nutricional do país (Carbonera et al., 2020; Feitosa et al., 2022).

De modo geral, o incentivo à agricultura familiar contribui para a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais, para o fortalecimento do abastecimento alimentar e o aquecimento da economia local (Brasil, 2015; Buralli et al., 2021; R. M. A. da Silva & Nunes, 2021).

Por conseguinte, pode-se identificar que a agricultura familiar está presente em 5 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil, conforme apresenta a figura 10, envolvimento da agricultura familiar nas ODS, com uma rogativa global à ação com a finalidade que a Agenda 2030 possa ser cumprida no Brasil.

Figura 10
Envolvimento da agricultura familiar nas ODS



Leva-se em consideração a vital importância da agricultura familiar que se concentra na segurança alimentar nacional, que tem como finalidade proteger e priorizar os mercados

internos, consolidar grupos de agricultores, e assim, manter as atividades locais e gerar renda ao mesmo tempo, com um foco social e que visam reduzir as desigualdades sociais e erradicar a pobreza (Dias et al., 2020).

A exemplo do PAA, o PNAE não necessita de processo licitatório, portanto pode ser realizado por meio de Chamada Pública. Nesse sentido, quem acompanha e fiscaliza os repasses e o andamento do programa é a própria sociedade, por intermédio de Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (Brasil, 2022d).

No tocante, existe uma tabela de valores repassados pelo programa, definido por dia letivo, para cada aluno e por modalidade de ensino. A figura 11 repasses de valores por dia letivo e por aluno, apresenta os valores repassados de acordo com cada modalidade.

Figura 11

Repasses de valores por dia letivo e por aluno

Modalidade cursada	Valor
Creches	R\$ 1,07
Pré-escola	R\$ 0,53
Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,64
Ensino fundamental e médio	R\$ 0,36
Educação de jovens e adultos	R\$ 0,32
Ensino integral	R\$ 1,07
Programa de Fomento às escolas de ensino médio em tempo integral	R\$ 2,00
Alunos que frequentam o atendimento educacional especializado no contraturno	R\$ 0,53

Fonte: (Brasil, 2022d)

Segundo estudos de Dias et al. (2020), “o atendimento aos critérios mínimos estabelecidos na legislação sobre a utilização de recursos para a agricultura familiar está inversamente relacionado aos indicadores socioeconômicos e demográficos dos municípios metropolitanos”.

O programa entre outras finalidades concede um amparo no combate à fome, desigualdade social e a evasão escolar, considerado o maior programa de Segurança Alimentar e Nutricional do mundo, o qual atende estudantes de todas as idades (E. O. Souza et al., 2022).

2.9 PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O empreendimento familiar tem uma relação muito próxima com a terra, a sua capacidade de produzir e a diversificação de produtos, que é equilibrada entre a produção destinada à subsistência da família e os vendidos ao mercado (Medeiros et al., 2020).

A agricultura familiar possui um grande diferencial quando se trata de produção, entretanto em desconformidade das grandes propriedades, pois geralmente se concentram em uma monocultura, os empreendimentos familiares produzem diversos produtos, em menor quantidade, o que gera um impacto positivo na qualidade dos produtos, com manejo do solo orgânico, com redução dos impactos ambientais (Delgado & Bergamasso, 2017).

Destaca-se, a produção de verduras, hortaliças, legumes, ovos, leite, cereais e carnes, além de outros produtos de acordo com a região.

Para contribuir com a identificação dos produtos oriundos da agricultura familiar, o Governo Federal criou o Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF), esta ferramenta contribui para a identificação e potencializa a exposição e a comercialização dos produtos da agricultura familiar (Brasil, 2022b).

Em princípio, O SENAF além de identificar, fornece as características dos produtos, ele tem como finalidade o fortalecimento das identidades social e produtiva, dos diversos segmentos da agricultura familiar. A identificação é realizada por meio de uma imagem específica, um código QR e um número de série, nesses dados é possível encontrar uma numeração própria, o estado ao qual pertence, data do ano de emissão do selo (Brasil, 2022b).

O selo tem validade de dois anos e pode ser solicitado de forma individual ou por intermédio de cooperativas, para solicitar o agricultor deve estar cadastrado no Pronaf. A figura 12 modalidades do selo nacional da agricultura familiar.

Figura 12
Modalidades do Selo Nacional da Agricultura Familiar

Selo	Finalidade
I - SENAF	Do agricultor familiar ou das formas de organização de agricultores familiares.
II – SENAF Mulher	Da mulher agricultora familiar ou das formas de organização de agricultores familiares, desde que o quadro social seja constituído mais da metade de

	mulheres agricultoras familiares.
III – SENAF Juventude	Do agricultor familiar de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos de idade ou das formas de organização de agricultores familiares, desde que o quadro social seja constituído mais da metade de jovens agricultores familiares desta faixa etária.
IV – SENAF Quilombola	Do quilombola agricultor familiar ou das formas de organização de agricultores familiares, desde que o quadro social seja constituído mais da metade de quilombolas agricultores familiares.
V – SENAF Indígena	Do indígena agricultor familiar ou das formas de organização de agricultores familiares, desde que o quadro social seja constituído mais da metade por indígenas agricultores familiares.
VI – SENAF Sócio biodiversidade	Concedido exclusivamente aos produtos de que trata a Portaria Interministerial nº 284, de 30 de maio de 2018, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Desenvolvimento Social, ou de outro normativo que vier a substituí-la.
VII – SENAF Empresas	Da pessoa jurídica adquirente dos produtos de agricultores familiares ou das formas de organização dos agricultores familiares.

Fonte: (Brasil, 2022b)

Para solicitar o selo ou até mesmo a renovação do mesmo, todo o processo é realizado de forma *on-line* por meio do portal vitrine da agricultura familiar. A plataforma fornece todo o *status* e a tramitação da solicitação, que pode ser feita por: - Agricultores familiares – pessoas físicas que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); - Cooperativas ou associações de agricultores familiares – Com Declaração de Aptidão ao Pronaf Jurídica (DAP Jurídica) e Empresas – Pessoa jurídica adquirente dos produtos de agricultores familiares ou das formas de organização dos agricultores (Brasil, 2022b).

2.10 AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina, localizado na região Sul do Brasil, tem a agricultura familiar que se destaca como setor é responsável por 58% da área, 92% dos estabelecimentos e 68% da renda total do estado (IBGE, 2017).

De acordo com o Censo Agro (2017), o Estado Catarinense possui 183.066 estabelecimentos, com 6.448.785 hectares, e 501.811 pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários.

O Estado possui um pequeno território; outrossim, é o principal produtor de aves e suínos do Brasil e o quarto em produção de uva, cevada e leite (Zanin et al., 2020). É também o maior produtor de cebola, o segundo maior produtor de tabaco, palmito, pera, pêssago, alho e arroz, com um índice elevado de produção. O Valor Bruto da Produção (VBP) chegou a R\$ 55,8 bilhões em 2021, o que contribui em 70% das exportações estaduais.

Na visão de Elias et al. (2019), “o incentivo às compras de alimentos de agricultores de produção familiar, como forma de garantir mercados, foi concebido para estimular e fortalecer a agricultura familiar brasileira.”

Nesse sentido, que foram criadas leis estaduais de incentivo a agricultura familiar, como a recente Lei n.º 18.355 de 17 de março de 2022, que determina regras sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, pelos órgãos e entidades públicas do estado de Santa Catarina (LEI Nº 18.355, DE 17 DE MARÇO DE 2022, 2022).

A referida Lei estabelece que no mínimo 30% (trinta por cento) do total dos recursos financeiros de órgãos públicos, devem ser estendidos a obtenção de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, do pescador artesanal ou por meio das organizações sociais ligadas ao setor, com atenção especial às comunidades tradicionais indígenas e quilombolas (LEI Nº 18.355, DE 17 DE MARÇO DE 2022, 2022).

Além disso, o Estado lançou a Década da Agricultura Familiar (2019-2028), com foco na valorização do setor produtivo, essa ação foi idealizada em virtude da ação global contra a fome e a pobreza, nos Objetivos dos Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, liderado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) (Santa Catarina, 2022).

O Estado possui fatores importantes que favorecem a produção agrícola, entre elas está a diversidade climática existente no Estado, que contribui para a diversidade de produção. Essa variação pode ser observada entre temperaturas negativas, presentes na Serra, que chegam à temperatura negativas no inverno, e altas temperaturas no verão presentes no litoral. Outro fator importante que o Estado tem a seu favor é a estrutura fundiária, a etnia, os solos e a topografia.

O Estado detém outro rico e importante patrimônio, que estão presentes nas diversas comunidades de imigrantes que o colonizaram, de origem europeia – alemã, portugueses, italianos e asiáticos e que tem consigo uma capacidade empreendedora

predominante.

O secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, de Santa Catarina, Altair Silva, enfatiza (Santa Catarina, 2022).

“Em Santa Catarina, a agricultura familiar é sinônimo de riqueza, geração de emprego e renda. Esta é a base do nosso agronegócio e a mola propulsora de nossa economia. O catarinense tem um dom de trabalhar com a terra e, aliado à inovação e à tecnologia, nós damos saltos de produtividade e de qualidade da produção. E isso precisa ser valorizado por todos.”

Inegavelmente o Estado de Santa Catarina contribui para o crescimento econômico do país, por meio do fomento da agricultura familiar, que é responsável pelo maior número de abastecimento de alimentos às famílias do estado e auxilia de forma generosa para as exportações existentes (Santa Catarina, 2022).

Ademais, Santa Catarina é o menor estado em território da região Sul do país e está dividido em oito principais regiões: litoral, Nordeste, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Serra Catarinense, Sul, Meio-Oeste e Oeste, o estado surpreende ainda pela sua diversidade geográfica, climática e humana na diversidade cultural.

2.11 AGRICULTURA FAMILIAR NA SERRA CATARINENSE

A Serra Catarinense possui um patrimônio cultural, torna-se privilegiado pelas suas paisagens e pelo relevo montanhoso, além de seu clima, é a região mais centralizada geograficamente do Estado de Santa Catarina (Ribeiro & Mondo, 2019). Como pode ser observado no mapa de Santa Catarina, por regiões figura 13, a Serra Catarinense é formada pelos municípios de Anita Garibaldi; Bocaina do sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Capão Alto; Campo Belo do Sul; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Lages; Otacílio Costa; Painel; Palmeira; Rio Rufino; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici e Urupema (AMURES, 2022).

Com base nos dados do censo realizado pelo IBGE (2010), a região Serrana possui uma população de 406.741 habitantes, o que representa 6,5% da população do estado, a região possui uma área de 22.322 Km², a segunda maior região em extensão territorial, com densidade demográfica de 18 habitantes por quilômetro quadrado.

As atividades da região estão diretamente ligadas a pecuária e agroindústria, com

uma significativa participação da agricultura familiar a exemplo de todo o Estado, com foco turístico, “ambiente natural, paisagens, o afastamento ou isolamento dos centros urbanos podem, de fato, serem grandes atrativos” (Ribeiro & Mondo, 2019, p. 41).

Figura 13
Mapa de Santa Catarina por regiões



Fonte: (Mapas, 2021)

A agricultura de Santa Catarina é referência para outras regiões do país, seja por seus resultados econômicos, ou ainda pela estrutura fundiária e social, ou até mesmo pela organização dos agricultores, a Serra Catarinense contribui em muitos aspectos para os índices do estado (F. T. da Cruz, 2020; Fossá, 2022), assim como do país.

2.11.1 Produtos produzidos na Serra Catarinense

A Serra Catarinense destaca-se pela diversidade de produtos agrícolas, que contribuem para a economia e a cultura da região, com destaque para o queijo artesanal serrano, o qual é um produto típico da região, produzido com leite cru de vaca, de forma artesanal (Vieira & Dortzbach, 2017).

A produção de queijo serrano é uma atividade importante para a economia da Serra Catarinense, pois gera emprego e renda para a população rural (Menezes et al., 2010; M. Pereira et al., 2018).

A produção do queijo artesanal serrano é feita em pequenas propriedades rurais, pertencentes à agricultura familiar. Toda a produção é feita de forma artesanal, segue um processo tradicional que envolve a coagulação do leite, a formação da massa, e a maturação (Menezes et al., 2010).

O queijo serrano é um produto de alta qualidade, com sabor e aroma característicos. O queijo é produzido em diferentes tipos, conforme o tempo de maturação e o tipo de leite utilizado. A produção de queijo artesanal serrano é uma atividade importante para a preservação da cultura e da identidade da Serra Catarinense, pois o queijo faz fortes ligações com a história e a cultura das famílias locais (Ceolin et al., 2020; Maffessoni et al., 2017).

O queijo artesanal serrano foi reconhecido como patrimônio cultural do Santa Catarina pela Fundação Catarinense de Cultura, por meio do Decreto Lei 2.504 de 2004, que institui as formas de registro de bens culturais imateriais.

O queijo artesanal serrano é um produto que tem um grande potencial de crescimento, inclusive de exportação para diversos países, e as famílias que o produzem têm condições favoráveis para a sua produção. “Na Serra Catarinense as práticas e os saberes relacionados à produção do queijo artesanal ultrapassa séculos e perpassa gerações, conferindo a condição de um produto típico da região, apreciado e valorizado além dos limites da sua área de fabricação” (Córdova & Schlickmann, 2015, p. 104).

Todo o processo de fabricação do queijo serrano que é artesanal, que já tem um valor agregado muito alto ganha ainda mais valorização pela Indicação Geográfica, que é um instrumento de valorização de produtos. A Indicação geográfica confere a produtos um diferencial competitivo, fato que torna o produto mais atraentes para os consumidores, pois transmite confiança ao produto adquirido, tanto na qualidade como nas características únicas que o produto possui (Córdova & Schlickmann, 2015).

2.11.2 A indicação Geográfica do Queijo Artesanal Serrano – IG QAS

No Brasil existem diversas indicações geográficas registradas e abrange uma ampla variedade de produtos, como alimentos, bebidas, artesanato e serviços, as indicações geográficas são uma forma de agregar valor aos produtos, fato que os torna mais exclusivos e diferenciados (Yamaguchi et al., 2023).

Os produtos que possuem a indicação geográfica são beneficiados e possuem uma valorização em diversos aspectos, como o aumento do preço do produto, a ampliação do mercado consumidor, quanto a imagem do produto, com a geração de emprego e renda como descrito por (Dallabrida et al., 2020):

“Os produtos identificados por uma IG geralmente são o resultado de processos e conhecimentos tradicionais levados adiante por uma comunidade em uma determinada região, de geração em geração. Da mesma, forma, alguns produtos identificados por uma IG podem incorporar elementos característicos do patrimônio artístico tradicional desenvolvido em uma determinada região, conhecidos como “expressões culturais tradicionais”.

Ao se tratar da indicação geográfica do queijo serrano dos campos de cima da serra, o qual é um produto tradicional e produzido de forma artesanal com a utilização de produtos locais, a indicação pode ajudar a garantir a qualidade e a autenticidade do queijo artesanal, tornando o produto mais atraente para os consumidores (M. Pereira et al., 2018).

A indicação do queijo serrano foi registrada em 2020, pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), a indicação geográfica é um instrumento de proteção legal que identifica produtos ou serviços como originários de uma determinada região, com características específicas de seu local de origem, como o clima, o solo, os recursos naturais ou as técnicas de produção (Certificado de Registro de Indicação Geográfica - BR 412017000006-3, 2020).

A Indicação geográfica do queijo serrano é válida para os municípios de São Joaquim, Bom jardim da Serra, Urubici, Urupema, Painel, Correia Pinto, Otacílio Costa, Rio Rufino, Lages, Capão Alto, Cerro Negro, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Anita Garibaldi, Bocaina do Sul e Palmeira cidades estas do estado de Santa Catarina, e para os municípios de São José dos Ausentes, Cambará do Sul, Vacaria, Bom Jesus, São Francisco de Paula, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Esmeralda, Pinhal da Serra, André da Rocha, Lagoa Vermelha e Capão Bonito do Sul, cidades do Estado do Rio Grande do Sul (Vieira & Dortzbach, 2017).

A concessão da Indicação Geográfica do queijo serrano, é um dos maiores reconhecimentos da qualidade e da tradição do produto. E com a valorização do produto,

promover o desenvolvimento da região e preservar a cultura e a tradição local (Yamaguchi et al., 2023).

Quando não há um vínculo direto entre o produto e sua origem geográfica, é possível utilizar outros signos para destacar seus atributos diferenciais, que são chamados de signos distintivos específicos (Dallabrida et al., 2020).

2.11.3 Signos distintivos e selos brasileiros

Os signos distintivos específicos são elementos que podem ser usados para identificar um produto ou serviço, e que o diferenciam de outros produtos ou serviços similares. Esses signos podem ser visuais, sonoros, olfativos, gustativos ou táteis (Dallabrida et al., 2020). Alguns exemplos de signos distintivos específicos incluem determinadas especificidades conforme apresenta a figura 14, signos distintivos específicos, podem ser usados de forma isolada ou combinada para criar uma identidade para um produto ou serviço.

O reconhecimento da qualidade do produto como marca coletiva ou indicação geográfica agrega valor ao produto e ser uma alternativa para os pequenos produtores se inserirem no mercado, e a utilização dos signos e distintivos específicos pode auxiliar na competitividade de mercado (Bruch et al., 2015).

Figura 14
Signos distintivos específicos

Signos	Incluem
Marcas	São signos distintivos visuais que identificam produtos ou serviços da uma empresa.
Nomes	São signos distintivos verbais que identificam produtos ou serviços de uma empresa.
Logotipos	São signos distintivos visuais que representam uma empresa ou uma marca
Slogans	São signos distintivos verbais que sintetizam a mensagem de uma empresa ou marca.
Design	É o conjunto de características visuais de um produto ou serviço, que o diferenciam de outros produtos ou serviços similares.
Qualidade	É a característica de um produto ou serviço que o torna superior a outros produtos ou serviços similares.
Preço	É o valor de um produto ou serviço, que pode ser um fator de diferenciação.

Fonte: Adaptada de (Dallabrida et al., 2020)

Os selos significativos do queijo artesanal serrano são aqueles que garantem a qualidade e a autenticidade do produto. Esses selos são concedidos por órgãos governamentais ou entidades certificadoras independentes (Dallabrida, 2023; Dallabrida et al., 2020).

O queijo artesanal serrano pode ser certificado pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM). O SIF é um órgão federal que certifica produtos de origem animal, enquanto o SIM é um órgão municipal que certifica produtos de origem animal e vegetal (Dallabrida et al., 2020).

Além dos selos de inspeção, o queijo artesanal serrano também pode ser certificado por entidades certificadoras independentes, como o Instituto Brasileiro do Leite (IBRATER) ou o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). Essas entidades certificam produtos que atendem a determinados padrões de qualidade e produção (Dallabrida et al., 2020).

Os produtores do queijo artesanal serrano podem aderir ao selo arte, o qual é definido pelo governo federal através da portaria nº 9918/19, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que garante que o produto é artesanal, que emprega mão de obra familiar e que leva em conta o saber fazer, a tradição e a geografia local.

O selo para o queijo artesanal serrano é importante para garantir que o consumidor adquira um produto de qualidade e seguro para o consumo (Dallabrida, 2023; Dallabrida et al., 2020).

Porém existem alguns tributos de verificação para que o queijo artesanal serrano receba o selo de qualidade, entre as principais estão a matéria-prima, processo de fabricação e critérios sensoriais (Dallabrida et al., 2020).

2.11.4 Legislação do Queijo Artesanal Serrano

Alimentos de origem animal possuem selos de inspeção e controle de qualidade, a inspeção inicia-se desde o processo de produção até que o alimento chegue à mesa do consumidor (Dallabrida et al., 2020).

O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) é um serviço público que tem como finalidade observar as normas sanitárias a fim de garantir a qualidade dos produtos, zelando pela saúde pública (LEI Nº 17.003, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016, 2019).

Desta forma o SIM fiscaliza e realiza o registro sanitário dos estabelecimentos que produzem os produtos de origem animal, para que a fiscalização aconteça são coletadas amostras de água de abastecimento, matérias primas, ingredientes e produtos para as análises (Pachoud & Coy, 2018).

Neste sentido, aplicar as sanções administrativas e ações legais a fim de cumprir com a legislação vigente.

O órgão ainda é responsável por realizar ações a fim de conscientizar a população da importância de se consumir produtos com procedência e ainda de combater a clandestinidade.

A Lei n.º 17.003, de 1º de setembro de 2016, dispõe sobre as regras de produção e comercialização do queijo artesanal serrano no estado de Santa Catarina.

Dentre as normas destaca-se as exigências quanto ao processo de produção, que segundo a Lei em seu artigo 2º estabelece:

“A produção do queijo artesanal serrano, visando à segurança da qualidade e inocuidade do produto, deve seguir as seguintes condições: I – produção do queijo com leite proveniente de rebanho sadio, que não apresente sinais clínicos de doenças infectocontagiosas e cujos testes oficiais de zoonoses, tais como brucelose e tuberculose, apresentem resultados negativos; e II – atendimento das condições de higiene recomendadas pelo órgão de controle sanitário competente”.

As normas de produção prevista na (LEI Nº 18.355, DE 17 DE MARÇO DE 2022, 2022) estabelecem as formas de produção para que o queijo fabricado seja considerado o tradicional queijo artesanal serrano, para isto o processo deve seguir algumas fases: I – ordenha; II – filtração do leite; III – coagulação; IV – corte da coalha; V – salga; VI – dessoragem; VII – enformagem; VIII – prensagem Manual; IX – cura; X – embalagem e XI – transporte.

Neste sentido, ao cumprir as exigências previstas no Art. 3º a produção deve ser iniciada em até 120 (cento e vinte) minutos após o começo da ordenha, o leite utilizado não pode ser pasteurizado e a cura deve ser realizada em temperatura ambiente sobre prateleira de madeira araucária aplainada e sem pintura.

Além das regras de produção, a Lei refere-se às normas de regularização das queijarias, as quais devem dispor de ambientes: I área de recepção do leite; II área de fabricação; e III área de maturação, e ainda, cumprir as exigências sanitárias.

Dentre as exigências estabelecidas estão relacionadas as inspeções e controles de doenças nos animais, as boas práticas de ordenha e fabricação, além dos controles de pragas, controle de potabilidade da água utilizada. E, para o controle dessas exigências, a queijaria deverá registrar as informações, recomendações e visitas técnicas em livro que permitirá controlar a quantidade e qualidade da produção (Barbosa, 2023).

Para a fabricação do queijo artesanal serrano todo o leite deve ser oriundo da propriedade, fica proibida a fabricação do queijo com a aquisição de leite de outras propriedades (Arruda & Schlickmann, 2012).

O Art. 16º refere-se às embalagens que podem ser utilizados na comercialização do queijo artesanal serrano, as quais devem ser produzidas por empresas credenciadas junto ao Ministério da Saúde e o rótulo deverá conter todas as informações preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, inclusive deve conter a indicação que o produto é artesanal, o nome de seu tipo, o número de inscrição do Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e o nome do Município de origem.

Todas as regras e exigências previstas na Lei serão fiscalizadas periodicamente pelo órgão de controle sanitário, desta forma, regularmente deverão acontecer exames laboratoriais para atestar a qualidade do produto final (Barbosa, 2023).

O DECRETO nº 11.099, de 21 de junho de 2022 Regulamenta o Art. 10-A da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 13.860, de 18 de julho de 2019, que dispõe sobre a elaboração e a comercialização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal (Brasil, 2022a).

Para que o queijo artesanal serrano possua o Selo Arte deve seguir as regras estabelecidas na Lei, e ao conquistar o selo arte, a propriedade agrega valor ao seu produto além de facilitar o reconhecimento e poder comercializar de forma interestadual (Brasil, 2022a).

O selo arte é uma garantia de qualidade e segurança para o consumidor, visto que os produtos certificados com o selo arte são produzidos de forma artesanal, respeitando as características e métodos artesanais. Com matérias-primas de qualidade, com técnicas e

processos que preservam os sabores e as propriedades originais (Benincá et al., 2020; Martinelli & Anjos, 2023).

Produtos certificados com o selo arte são fiscalizados pelos órgãos competentes, o que garante a segurança alimentar dos produtos e as boas práticas de fabricação (MAPA, 2020).

Para os produtores é uma importante ferramenta para promover o desenvolvimento da economia local, para valorizar a cultura e a tradição brasileira, desta forma o selo arte auxilia no aumento das vendas, acesso a novos mercados e o reconhecimento do trabalho, na opinião de Martinelli e Anjos (2023, p. 99) “as políticas do selo Arte possibilita a expansão dos negócios, estimulando o desenvolvimento de suas produções”.

Para que os produtores do queijo artesanal serrano tenham a certificação do selo arte devem cumprir as exigências previstas em Lei. A matéria-prima de origem animal e os processos de produção devem acontecer predominantemente de forma manual. As boas práticas de fabricação que devem garantir a produção de alimento seguro ao consumidor além de contemplar sistemas de produção sustentável.

2.12 RESUMO DO REFERENCIAL TEÓRICO

A presente revisão teórica iniciou por entender os conceitos sobre a Gestão do Conhecimento (GC), uma abordagem estratégica que visa identificar, criar, armazenar, compartilhar e aplicar o conhecimento dentro de uma organização, e ainda, que o conhecimento é considerado um ativo valioso que pode ser usado para auxiliar na melhoria dos processos, na inovação e nas tomadas de decisões.

Quanto a criação do conhecimento é um processo contínuo que envolve investir em aprendizado, colaboração, inovação, pesquisa e *networking*, e para que todo esse processo seja estruturado e tenha êxito nos propósitos é necessário a utilização de ferramentas e práticas adequadas, dentro do nível da maturidade do conhecimento de cada organização.

As ferramentas e práticas da GC podem ser divididas em duas categorias: a prática está voltada para as ações que as organizações podem realizar para promover a gestão do conhecimento, como mapeamento de habilidades e competências, mentoria, geração de ideias, criação de ambientes propícios para o compartilhamento, armazenamento e aplicação do conhecimento.

A gestão do conhecimento é uma abordagem complexa e que requer o envolvimento de todos os níveis hierárquicos da organização, e para que se atinja o objetivo, é importante que as organizações criem uma cultura de aprendizado e compartilhamento de conhecimento, bem como invistam em treinamento e desenvolvimento de seus colaboradores.

Com a implantação da GC as organizações podem usufruir de algumas vantagens, como: - melhora a eficiência e a eficácia dos processos organizacionais, pois permite que as organizações identifiquem e eliminem as ineficiências, bem como aproveitem as melhores práticas; - promove a inovação, a GC estimula a geração de novas ideias e soluções, pois permite que os colaboradores compartilhem e colaborem entre si; - Aumenta a competitividade, ajuda a organização a se diferenciar de seus concorrentes, pois permite que a organização possa utilizar de seu conhecimento de forma mais rápida e eficaz.

Também foram explorados os conceitos e regulamentos sobre a agricultura familiar, a fim de contextualizar que a agricultura familiar é um setor muito importante para a economia e para a sociedade brasileira. Ela é responsável por cerca de 70% da produção de alimentos no país, e ainda, gera emprego e renda para milhões de pessoas.

Dada a importância do setor, o governo brasileiro tem implementado uma série de políticas públicas para incentivar a agricultura familiar. Entre elas, destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), esses programas de incentivo procuram auxiliar as famílias.

O Pronaf é um programa de crédito rural, que oferece linhas de crédito para investimento e custeio, com juros mais baixos do que os praticados no mercado.

O PAA é um programa de compra de alimentos da agricultura familiar para atender as demandas de instituições públicas, como hospitais, escolas e presídios, o qual garante compra de alimentos de qualidade, produzidos de forma sustentável, e promove a renda para os agricultores familiares.

O PNAE, programa de alimentação escolar que destina 30% dos recursos para a compra de alimentos da agricultura familiar, garante o acesso a alimentos saudáveis e frescos para os estudantes da rede pública de ensino.

A implantação desses programas tem contribuído para o crescimento da agricultura familiar no Brasil, ajuda a aumentar a produção de alimentos, gerar emprego e renda para os agricultores familiares e a promover a segurança alimentar e nutricional.

No entanto, ainda existem desafios a serem superados, entre eles está a desigualdade no acesso aos recursos. Para as famílias que estão localizadas mais distantes dos centros urbanos tem dificuldades em acessar os programas governamentais.

Entre os desafios enfrentados na agricultura familiar, está a necessidade de melhorar a infraestrutura e a logística para a comercialização dos produtos desenvolvidos pelas famílias e são importantes para que elas possam alcançar mercados mais distantes e obter preços mais justos para os seus produtos.

Apesar dos desafios, a agricultura familiar é um setor promissor para o Brasil, com o apoio do governo e da sociedade, o setor tem o potencial de contribuir ainda mais para o desenvolvimento econômico e social do país.

No Estado de Santa Catarina, a agricultura familiar é responsável por uma parcela significativa na economia, ocupa 58% da área, possui 92% dos estabelecimentos e 68% da renda total do estado. Apesar de o estado possuir um pequeno território, outrossim, é o principal produtor de aves e suínos do Brasil e o quarto em produção de uva, cevada e leite.

Da mesma forma, a presença da agricultura familiar na serra catarinense é responsável por 30% da produção total da região. Tem como principal atividade agrícola da região a pecuária e a agroindústria.

O setor é importante para a economia da região, pois gera emprego e renda, contribui para o abastecimento de alimentos e a forte preservação do meio ambiente.

Igualmente ao setor nacional a agricultura familiar da Serra Catarinense, enfrenta desafios com a falta de infraestrutura, a dificuldade de acesso a mercados e a concorrência com a agricultura empresarial.

Para superar esses desafios, é importante que o governo e a sociedade, apoie a agricultura familiar, por meio de políticas públicas e de ações de fortalecimento do setor.

Dentre os produtos produzidos pela agricultura familiar na serra catarinense tem destaque o queijo artesanal serrano, o qual é um produto típico da região de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, produzido com leite cru de vaca, de forma artesanal. A produção do

queijo artesanal serrano é uma atividade importante da região, pois gera emprego e renda à população rural.

O queijo artesanal serrano é um produto de alta qualidade, com sabor e aroma característicos, a sua produção é uma atividade importante para a preservação da cultura e da identidade da Serra Catarinense, pois o queijo faz fortes ligações com a história e a cultura das famílias locais.

O queijo artesanal serrano foi reconhecido como patrimônio cultural de Santa Catarina pela Fundação Catarinense de Cultura, é um produto que tem um grande potencial de crescimento, inclusive de exportação para diversos países.

Desta forma, a Indicação Geográfica do Queijo Artesanal Serrano (IG QAS) é um instrumento de proteção legal que identifica produtos ou serviços de uma determinada região, com características específicas de seu local de origem, como o clima, o solo, os recursos naturais ou as técnicas de produção. A IG QAS é válida para os municípios de São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Urubici, Urupema, Painel, Correia Pinto, Otacílio Costa, Rio Rufino, Lages, Capão Alto, Cerro Negro, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Anita Garibaldi, Bocaina do Sul e Palmeira cidades estas do estado de Santa Catarina, além das cidades do estado do Rio Grande do Sul.

Os produtores do queijo artesanal serrano podem aderir ao selo arte, o qual é definido pelo governo federal através da portaria n.º 9918/19, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que garante que o produto é artesanal, que emprega mão de obra familiar e que leva em conta o saber fazer, a tradição e a geografia local.

A certificação para que os produtores possam comercializar os seus produtos é uma importante ferramenta, O SIM selo de inspeção municipal é a primeira certificação que os produtores devem solicitar para que possam comercializar os seus produtos.

O SIM segue regulamentação de acordo com cada município e deve seguir as exigências mínimas como boas práticas de fabricação e higiene, determinações essas que visam a qualidade do produto e a garantia que o consumidor irá adquirir um produto de qualidade, mesmo que produzido de forma artesanal.

A certificação do selo arte pode ser solicitada pelos produtores do queijo artesanal serrano e para isso devem cumprir as exigências previstas em Lei. A matéria-prima de origem animal e os processos de produção devem acontecer predominantemente de forma

manual. As boas práticas de fabricação que devem garantir a produção de alimento seguro ao consumidor além de contemplar sistemas de produção sustentável.

Além disso, o selo arte é uma garantia de qualidade e segurança para o consumidor, na medida que os produtos certificados com o selo arte são preparados de forma artesanal e fiscalizados pelos órgãos competentes, o que garante a segurança alimentar dos produtos e as boas práticas de fabricação.

Para os produtores é uma importante ferramenta para promover o desenvolvimento da economia local, para valorizar a cultura e a tradição brasileira. Estas características contribuem para o aumento das vendas, acesso a novos mercados e o reconhecimento do trabalho.

O queijo artesanal serrano é um dos principais produtos produzidos pela agricultura familiar na serra catarinense, pois a produção é uma das principais fontes de renda e da manutenção das famílias no setor produtivo.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A seção anterior apresentou a base teórica que fundamenta essa dissertação e sustenta os aspectos do fenômeno investigado, os quais são fundamentais e indispensáveis para a identificação, caracterização e análise do tema de pesquisa.

Esta seção aborda os procedimentos metodológicos, que nortearam a pesquisa, desde a coleta de dados até a sua análise, organizado da seguinte forma: abordagem da pesquisa; delimitação do estudo; processo de coleta de dados; processo de análise e interpretação de dados e procedimentos éticos da pesquisa.

3.1 ABORDAGEM, OBJETIVOS, PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para desenvolver o presente estudo e atender os seus objetivos. Com o intuito de atingir os objetivos foi seguido um processo metodológico o qual está descrito na figura 15, classificação metodológico da pesquisa.

A presente pesquisa, em relação à natureza, é aplicada, pois pretende-se que os seus resultados sejam aplicados nas pequenas propriedades rurais, que são ocupadas pela agricultura familiar. Pois, a pesquisa empregada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (E. L. da Silva & Menezes, 2005, p. 20).

Quanto aos objetivos, o estudo é definido como exploratório e descritivo. A pesquisa descritiva “expõe as características de uma determinada população ou fenômeno, demandando técnicas padronizadas de coleta de dados” (Provdanov & Freitas, 2014, p. 127). Esse tipo de pesquisa permite descrever as características de um grupo, ou ainda descobrir ou verificar relações entre as variáveis.

A pesquisa exploratória “visa a proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele” (Provdanov & Freitas, 2014, p. 127). Assim, os resultados obtidos com uma pesquisa exploratória, possibilita contribuir no sentido de identificar as diversas relações entre as variáveis estudadas.

Quanto a sua abordagem é de caráter qualitativa, pois permite que seja estudado com maior profundidade, o contexto de ocorrência de determinado fenômeno, além de

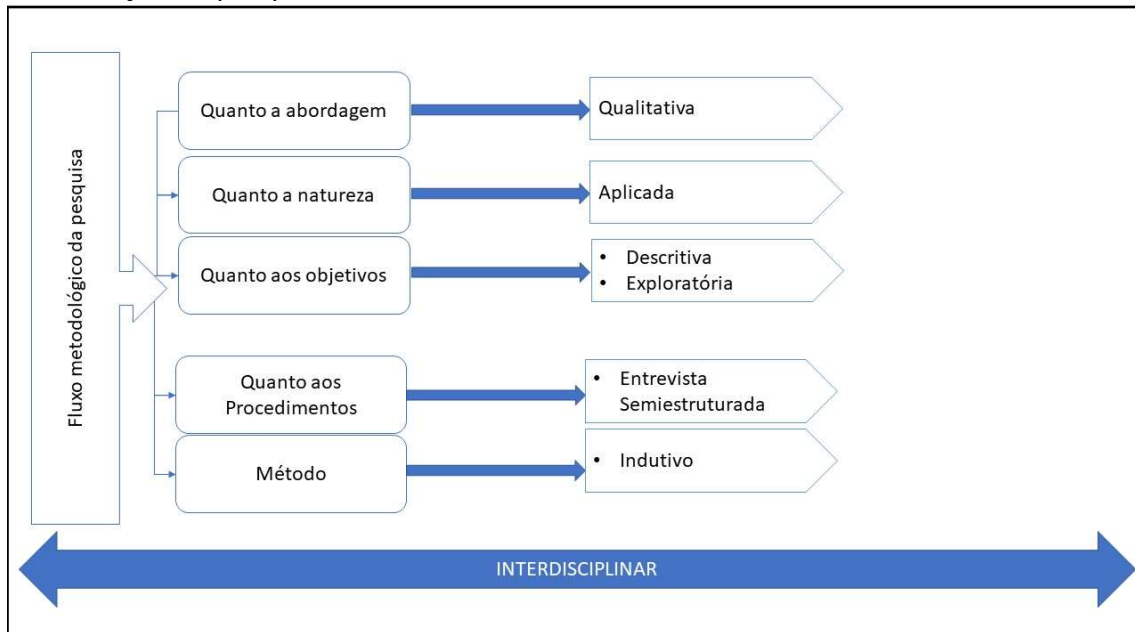
possibilitar a observação de vários aspectos de uma população (Oliveira, 2021).

Quanto ao método se estabelece o indutivo, a priori é aquele que “cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (conexão ascendente); método que considera o conhecimento como baseado na experiência; a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta e são elaboradas a partir de constatações particulares” (A. Pereira et al., 2018, p. 28).

A técnica de pesquisa adotada é a semiestruturada, pode ser considerada por muitas vezes uma conversa informal, a qual deixa o participante mais à vontade, as perguntas são utilizadas para que não se perca o foco da entrevista e para que o objetivo proposto seja atendido. Desse modo, Gil (1996) destaca que o entrevistador pode sempre que necessário voltar à questão principal, ao mesmo tempo que o entrevistado tem a liberdade de falar sobre o assunto relacionado, a mesma difere da estruturada exatamente pela flexibilidade que propõe, assim como as atitudes e compreensão do pesquisador.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevista individual, técnica utilizada na pesquisa qualitativa, que consiste em um diálogo entre o pesquisador e o entrevistado, tem por objetivo obter informações sobre o tema estudado a partir da perspectiva do entrevistado, além de possibilitar obter informações sobre opiniões, crenças, atitudes e experiências (Batista et al., 2017).

Figura 15
Classificação da pesquisa



3.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A Serra Catarinense possui uma população de aproximadamente 286.291 habitantes, que corresponde a 4,63% dos habitantes de Santa Catarina, conforme o censo/2010 do IBGE, que registra 6.178,603. A região é a mais rica do estado em biodiversidade vegetal e animal, ainda possui matas virgens e rios de águas cristalinas (AMURES, 2022).

Devido à abrangência da pesquisa, delimitou-se o escopo desse estudo, o qual foi realizado no segundo semestre de 2023, a qual abrangeu os municípios da Serra Catarinense, nas propriedades rurais pertencentes a agricultura familiar, abrangidas pela Lei nº 11.326/2006, e que produzem um dos principais produtos produzidos, o queijo artesanal serrano, com a intenção de coletar informações para a elaboração da pesquisa.

3.2.1 Descrição do local e população em estudo

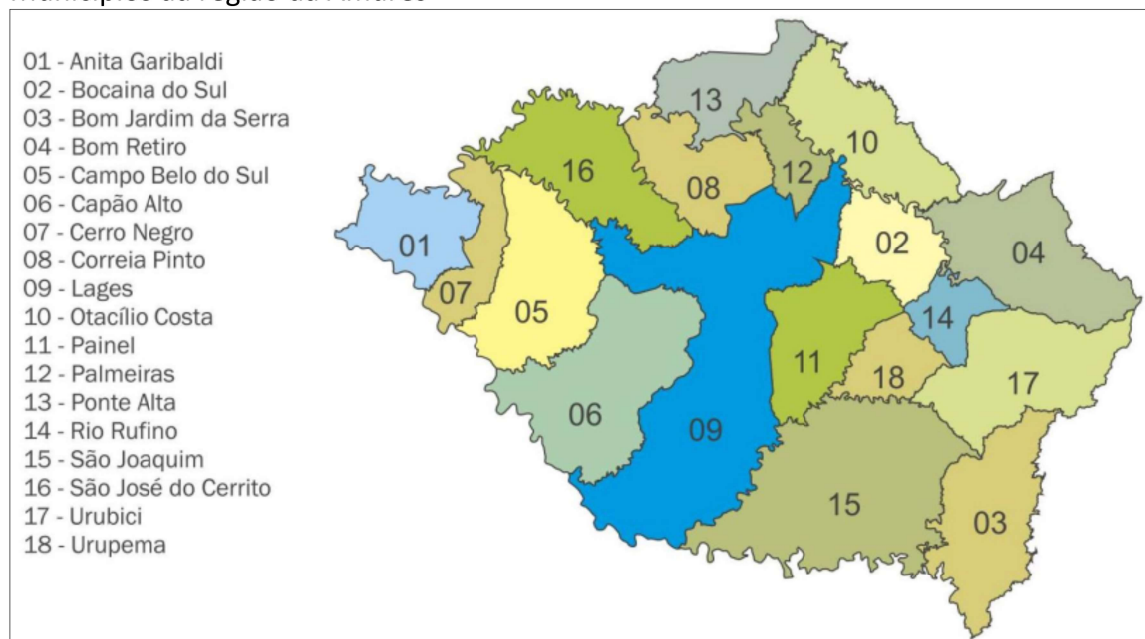
A região da Serra Catarinense é constituída por 18 municípios, sendo eles: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema, os quais ocupam uma área aproximada de 16.085,355 km², conforme apresenta a figura 16, municípios da região da Amures, que compreendem a Amures. A superfície é correspondente a 16,87% do território

Catarinenses o qual é de 95.730,690 km² (AMURES, 2022).

Segundo dados da Amures estima-se que em Santa Catarina existem 2.000 famílias que produzem o queijo, o qual faz parte da tradição e da renda das famílias, o queijo artesanal serrano (AMURES, 2017).

De acordo com Barbosa (2023), atualmente na região da AMURES existem 8 queijarias registradas com a fabricação de queijo artesanal serrano, e 1 queijaria registrada e certificada que produz o queijo colonial.

Figura 16
Municípios da região da Amures



Fonte: (Barbosa, 2023)

O mapa apresenta a localização geográfica dos 18 municípios que compõem a região da Amures, na Serra Catarinense.

3.2.2 Amostra

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, onde não existe uma concordância acerca da população, pois o objetivo é aprimorar o contexto do estudo, a amostra é não probabilística. A população se deu por acessibilidade, a qual é uma técnica de amostragem não probabilística e não aleatória usada para criar amostras de acordo com a aderência do participante, levando em consideração a disponibilidade do entrevistado em participar da pesquisa e fazer parte da população de estudo.

Para delimitar a amostra foram realizados contatos com os órgãos competentes pertencentes a agricultura familiar, como Secretária da Agricultura do Município de Lages, a EPAGRI e o CISAMA. Também houve a participação em feiras e eventos relacionados ao setor. Alguns contatos foram realizados com as famílias pertencentes a agricultura familiar. Os aspectos dificultadores foram: o receio destes trabalhadores em participar de pesquisas e entrevistas, a distância entre as comunidades rurais, e a limitação de tempo para a entrevista, uma vez que o trabalho excessivo no campo limita a participação dos agricultores em atividades desta natureza.

Desta forma, para delimitar a amostra foi utilizado como critério as famílias pertencentes a agricultura familiar e que estão devidamente cadastradas no programa do Queijo Artesanal Serrano, com produção ativa e que possuem algum dos critérios e/ou selos de certificação, que estão cadastrados no CISAMA.

Conforme mencionado, a amostra foi por acessibilidade, com o maior número de famílias da agricultura familiar ligadas a produção do queijo artesanal serrano e com certificação do seu produto e ainda que concordaram em participar da pesquisa. As entrevistas foram aplicadas individualmente com o principal responsável pela produção.

3.2.3 Etapas da pesquisa

Com o intuito de identificar o número de agricultores familiares da região serrana de Santa Catarina, procurou-se o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA, por ser órgão público e que tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua.

Além disso, o CISAMA é o responsável pelo programa de sanidade que visa coordenar os Serviços de Inspeção Municipal – SIM, e possui o cadastro de todos os produtores que possuem certificação.

Foi realizado o roteiro da entrevista, com questões semiestruturadas para fácil compreensão, que foi aplicada após agendamento prévio. Assim como a definição do local da realização das entrevistas e formalização do convite aos participantes da pesquisa, foi agendada a data, local e horário que aconteceria a entrevista.

Durante a coleta de dados, os entrevistados foram orientados sobre a temática da pesquisa, assim como receberam o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido, foram

orientados a ler os termos e preencher os dados solicitados.

Após a coleta de dados foram analisados e interpretados em conformidade com a literatura e com os dados encontrados durante a realização das entrevistas, ao finalizar a interpretação os dados serão divulgados aos participantes.

3.3 PROCESSO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas individuais, as entrevistas semiestruturadas, (apêndice 2), com 38 perguntas, distribuídas em 4 blocos, da seguinte forma: perfil do entrevistado; estrutura da propriedade; nível de conhecimento, e a produção do Queijo Artesanal Serrano. Antes de iniciar a pesquisa o entrevistado recebeu o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido, e orientados a ler os termos e preencher os dados solicitados.

O objetivo foi expresso de forma clara no momento de abertura dos trabalhos, sinalizando as questões centrais sobre as quais a discussão iria se concentrar. Em seguida aconteceu uma breve apresentação dos participantes.

Para a realizar as entrevistas foram utilizados equipamentos de áudio, gravador, assim como fotos e anotações para as análises.

Para a utilização de imagens dos participantes foi coletado um termo de consentimento de imagem.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 05/10/2023 a 20/10/2023, com oito produtores distribuídos entre as cidades da delimitação demográfica e que estavam enquadradas nos critérios de inclusão estabelecidos.

3.4 PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS

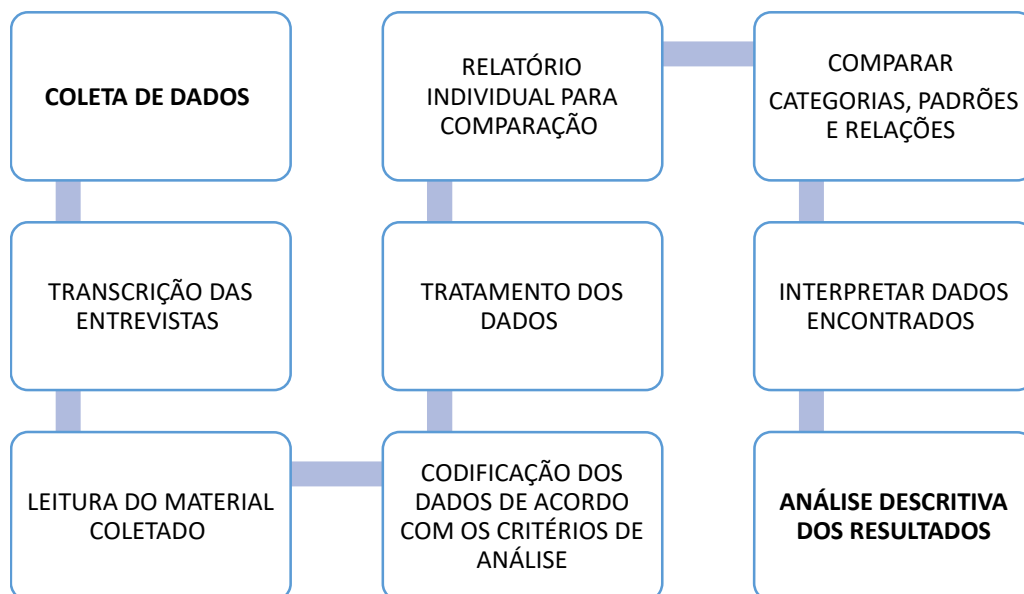
Como a pesquisa é de natureza qualitativa e gerou um grande número de volume de informações, as quais necessitaram ser compreendidas, por meio de um processo de identificação e organização, conforme apresenta a figura 17, processo de análise de dados e, após a coleta de dados, as gravações foram transcritas com o auxílio do aplicativo da *web Transcriptor*.

Para a compreender os dados e realizar a análise, as entrevistas foram observadas por meio do *software QDAMiner Lite*, o qual possibilita que se exerça um processo de

identificação de dimensões, categorias, padrões, relações expondo os resultados, assim interpretados e discutidos por meio de uma análise descritiva.

Essa abordagem metodológica robusta e sistematizada contribuiu para a qualidade e a profundidade da análise de dados, a fim de fortalecer a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

Figura 17
Processo de análise de dados



Uma vez concluída a etapa de coleta de dados, para a realização da análise dos dados foram elaborados tabelas, quadros e gráficos, a tabulação destes dados foi realizada por meio da ferramenta de *software Microsoft Excel*, também foram utilizadas figuras em formato de nuvem de palavras.

3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA

As atividades planejadas para a coleta e análise dos dados estão comprometidas com a integridade do ser humano na sua totalidade. Os procedimentos para a realização da pesquisa estão submetidos à informação e esclarecimento dos participantes, conforme o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento - TCLE que serão fornecidos aos participantes.

O estudo foi encaminhado na Plataforma Brasil e encaminhado ao Comitê de Ética

em Pesquisa da UNIPLAC, conforme preconiza a Resolução CNS 510/2016, em 28/03/2023 e aprovado em 19/05/2023, sob **Número do Parecer:** 6.069.691 (anexo 1)

Por meio do TCLE (apêndice 01), os participantes da pesquisa obtiveram o conhecimento formal e documental das condições de sua participação na pesquisa, o qual foi explícito que a devolução do termo preenchido e assinado à pesquisadora implica automaticamente no aceite dos termos previstos no TCLE.

Ainda foram orientados que a participação teria risco mínimo, podendo ocorrer mobilização emocional, e se estes ocorrerem serão solucionados/minimizados por meio do encaminhamento para atendimento psicológico ao Serviço – Escola do Curso de Psicologia no Centro de Ciências e da Saúde da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, de forma gratuita. Em virtude de as informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, foi garantido o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual recebeu uma cópia. Também foi esclarecido que mesmo após assinar este documento o participante tem o direito de pleitear indenização por reparação de danos que apresente nexos causal com a pesquisa.

Importante foi destacado ainda, que o estudo não receberá qualquer tipo de suporte financeiro e não apresenta, em qualquer de suas fases, conflito de interesse.

3.5.1 Critérios de inclusão dos participantes

Estão incluídos como participantes da pesquisa os integrantes das famílias da agricultura familiar, regidos pela Lei n.º 11.326/2006, a qual estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da agricultura familiar e Empreendimento Rural, produtores do queijo artesanal serrano e que o produto possui certificação, seja ela por Indicação Geográfica (IG), pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Que residem dentro do território demográfico estabelecido na pesquisa. Membros da família presentes no momento da entrevista, maiores de 18 anos, que poderá ser o proprietário ou outro membro, conforme aceite.

3.5.2 Critérios de exclusão dos participantes

Como critérios de exclusão foram consideradas as delimitações demográficas do estudo, as famílias que não se enquadram na Lei n.º 11.326/2006 e famílias que produzem o

queijo artesanal serrano, mas não se enquadrem em nenhum dos critérios de certificação. Estão excluídos da pesquisa menores de 18 anos, as pessoas que moram na propriedade e não possuem vínculo com a produção.

3.5.3 Procedimentos de contato com os participantes e coleta de dados

Os contatos foram realizados por ligações telefônicas e/ou ainda por meio de aplicativos de mensagens WhatsApp, após contato prévio onde foi explicado o propósito da pesquisa, seu objetivo, método, tempo estimado da entrevista, garantia de anonimato e confiabilidade dos dados e o direito de retirar-se da pesquisa a qualquer momento. Após os devidos acordos éticos, foi realizado o agendamento da visita para a realização da mesma.

O contato inicial com os participantes da pesquisa foi bem-sucedido, com uma alta taxa de respostas. As informações fornecidas aos participantes foram claras e completas e o TECLÉ foi eficaz em garantir o consentimento informado.

Logo em seguida após a realização da leitura do TECLÉ, os participantes assinaram o termo e a autorização do uso de som e imagem, o material coletado foi utilizado para a análise dos dados coletados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados analisados estão organizados em quatro partes: levantamento do perfil socioeconômico dos agricultores entrevistados; identificação do potencial da propriedade e de conhecimentos dos agricultores; análise do processo de criação do conhecimento a partir da interação dentro da propriedade, entre os agricultores familiares, dos programas de capacitação e treinamento; e relevância e aspectos das certificações do queijo artesanal serrano para as propriedades.

4.1. ACHADOS CIENTÍFICOS

Este estudo teve como objetivo analisar ferramentas e práticas da gestão do conhecimento que podem contribuir para o aprimoramento dos sistemas produtivos da agricultura familiar na serra catarinense. Para isso, foram coletados dados de uma amostra de 08 (oito) produtores de Queijo Artesanal Serrano da Serra Catarinense, que participaram da pesquisa que englobou perguntas relacionadas ao seu perfil sócio demográfico, estrutura da propriedade e questões relacionadas ao conhecimento tanto individual quanto da família.

4.1.1 Perfil sociodemográfico dos participantes da entrevista

Nesta primeira seção referente aos achados científicos, são apresentados os dados referentes às informações gerais a fim de identificar o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa.

A primeira pergunta refere-se à faixa etária dos participantes da pesquisa. Os resultados demonstraram certa diversificação nas respostas, com diversidade entre os perfis de idade dos participantes. Na figura 18, comparativo da idade dos participantes, apresenta-se um comparativo da idade dos participantes, todos têm acima de 40 anos e apenas um entrevistado tem acima de 60 anos.

Figura 18
Comparativo da idade dos participantes



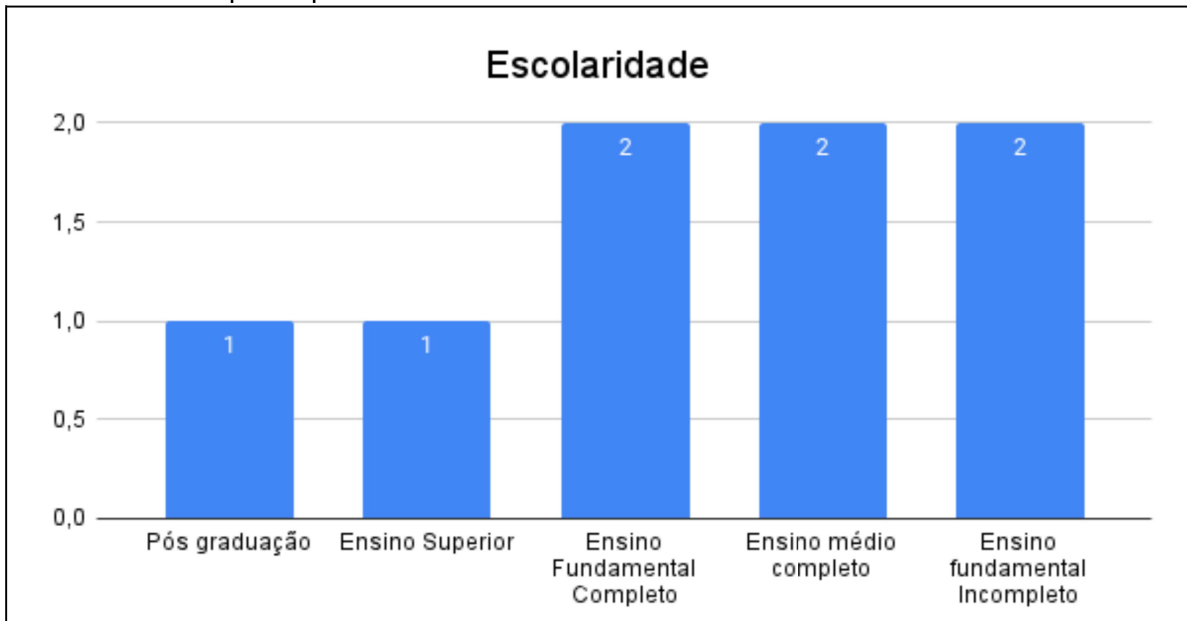
Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Observa-se que três participantes têm 57 anos (PQAS 1; 5; 6), as outras idades variam entre 42 anos (PQAS 3), 47 anos (PQAS 4), 52 anos (PQAS 8), 56 anos (PQAS 2) e 76 anos (PQAS 7), com uma média de idade de 55 anos.

A segunda pergunta refere-se à escolaridade dos participantes da pesquisa. Os resultados demonstraram certa diversificação nas respostas, houve diversidade entre os níveis de escolaridade dos participantes. Na figura 19, escolaridade dos participantes, apresenta-se um comparativo da escolaridade dos participantes.

Figura 19

Escolaridade dos participantes



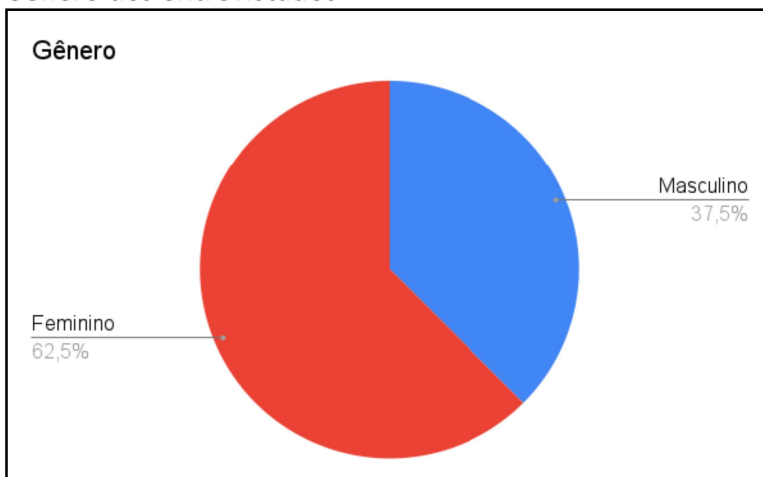
Fonte: Dados da pesquisa, 2023

O gráfico apresenta os níveis de escolaridade dos participantes, entre os pesquisados 2 possuem escolaridade de ensino fundamental incompleto, 2 possuem nível fundamental completo, 2 possuem nível médio completo e 2 têm ensino superior.

Os dados da pesquisa apontam ainda que dos 8 entrevistados 5 são do gênero feminino, o que representa 62,5%, e 3 do gênero masculino, o que representa 37,5%, conforme detalhado na figura 20, gênero dos entrevistados.

Figura 20

Gênero dos entrevistados



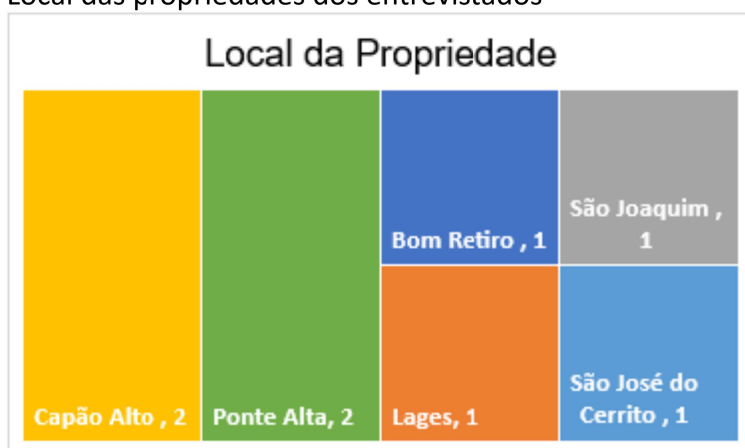
Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Constatou-se que o número de mulheres envolvidas na produção do Queijo Artesanal Serrano é significativamente maior que o de homens, porém todos os entrevistados são casados; desta forma, existe a participação dos seus companheiros quando se refere ao trabalho desenvolvido nas propriedades.

As propriedades estão localizadas na Serra Catarinense, conforme demonstrado na figura 21, local das propriedades dos entrevistados.

Figura 21

Local das propriedades dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Em relação ao perfil da atividade agrícola dos agricultores familiares, figura 22, perfil ocupacional dos participantes da pesquisa, constatou-se que a maioria depende da mão de obra familiar na condução de sua produção, porém os entrevistados são os principais responsáveis pela produção de sua propriedade. Quanto ao perfil ocupacional, quando perguntado sobre a sua relação com a propriedade, todos os entrevistados dizem ter ocupação direta com a produção; dos 8 entrevistados, apenas 2 descrevem não realizar outra atividade além da produção realizada na propriedade.

Figura 22

Perfil ocupacional dos participantes da pesquisa

Entrevistado	Principal ocupação
PQAS 1	Queijeiro
PQSA 2	Administradora/produtora
PQAS 3	Produtor/diretor de cooperativa de crédito
PQAS 4	Produtora
PQAS 5	Dona de Casa e produtora
PQAS 6	Aposentada e produtora

PQAS 7	Aposentado e produtor
PQAS 8	Dona de casa e produtora

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

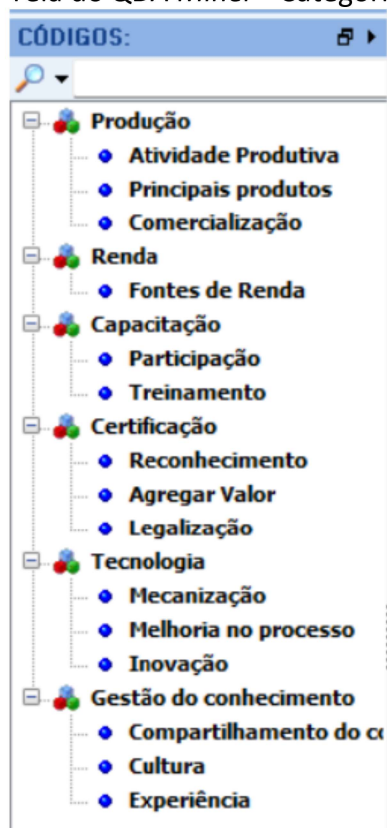
4.1.2 Categorização e análise

A partir dos dados obtidos nas entrevistas com os agricultores familiares, produtores do queijo artesanal serrano, relacionado à estrutura da propriedade e ainda o nível de conhecimento nas propriedades, os dados coletados foram categorizados com base nas investigações que emergiam na análise.

Para realizar a análise e a categorização dos dados, foi utilizado o software *QDA Miner*. O uso desta ferramenta auxiliou na categorização e refinamento dos dados, de tal maneira que se realizou uma análise de forma hierárquica dos dados. A figura 23, tela do *QDA Miner* – categorização dos dados, apresenta a categorização utilizada no *software* para posterior análise dos dados.

Figura 23

Tela do *QDA Miner* - Categorização dos dados



Fonte: Software *QDA Miner*, elaborado pela autora

O recurso de visualização gráfica proporciona uma melhor compreensão das categorias que se destacam nos dados. As categorias: Produção, Renda, Capacitação, Tecnologia e Gestão do conhecimento, foram criadas a partir das situações identificadas nos dados coletados. Dentro das categorias foram criados subtemas, com a intenção de aprofundar a análise. Desse modo, a análise dos dados inclui a interpretação dos aspectos identificados no fenômeno investigado.

A figura 24, frequência dos códigos da categorização da análise, descreve a frequência e a importância de cada categoria interpretada nas análises das categorizações, de acordo com o resultado da pesquisa.

Figura 24

Frequência dos códigos da categorização da análise

	Cuenta	% Códigos	Casos	% CASOS
Produção				
• Atividade Produtiva	22	7,1%	8	100,0%
• Principais produtos	20	6,4%	8	100,0%
• Comercialização	10	3,2%	8	100,0%
Renda				
• Fontes de Renda	19	6,1%	8	100,0%
Capacitação				
• Participação	24	7,7%	8	100,0%
• Treinamento	22	7,1%	8	100,0%
Certificação				
• Reconhecimento	21	6,7%	8	100,0%
• Agregar Valor	13	4,2%	8	100,0%
• Legalização	33	10,6%	8	100,0%
Tecnologia				
• Mecanização	10	3,2%	8	100,0%
• Melhoria no processo	17	5,4%	8	100,0%
• Inovação	10	3,2%	7	87,5%
Gestão do conhecimento				
• Compartilhamento do conhecimento	38	12,2%	8	100,0%
• Cultura	23	7,4%	8	100,0%
• Experiência	30	9,6%	8	100,0%

Fonte: Software *QDA Miner*, elaborado pela autora

Na posse dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas com os produtores de queijo artesanal serrano, realizou-se a interpretação de suas falas acerca do referencial teórico levantado, promovendo conexão entre eles, aflorando as categorias aqui

apresentadas. Desta forma, culminou no resultado exposto pela análise descritiva expressos a seguir.

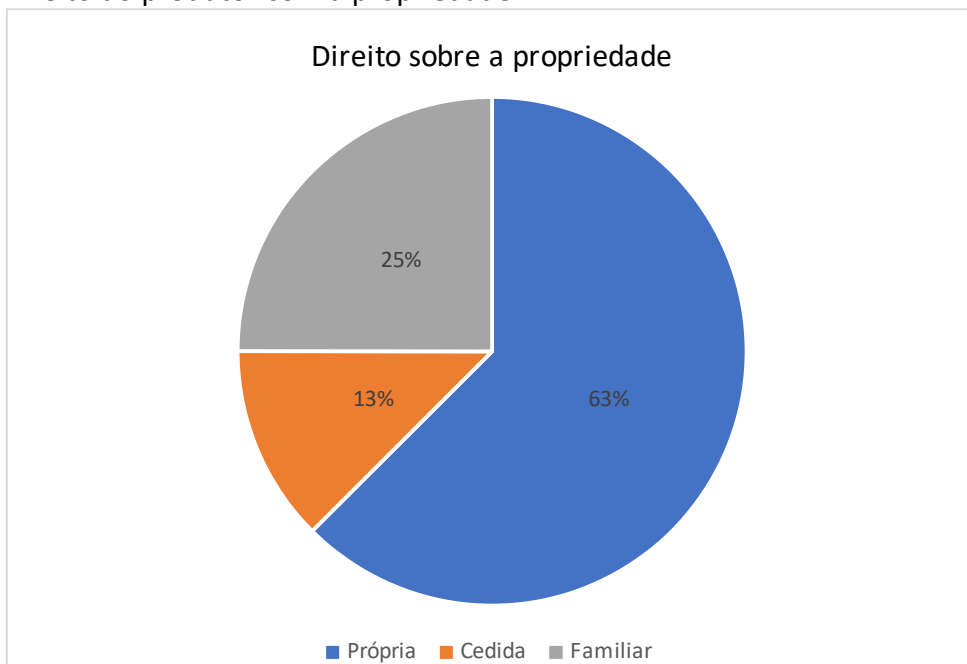
4.1.3 Estrutura da propriedade

A segunda etapa da pesquisa envolveu a entrevista com os produtores, que objetivou analisar a estrutura da propriedade, quanto ao tamanho, número de pessoas envolvidas na produção, direito do produtor com a propriedade, forma de comercialização dos produtos, principais produtos produzidos para comercialização e se existe produção para autoconsumo, além de procurar identificar a principal fonte de renda da família, e quanto a renda adquirida com a comercialização dos produtos produzidos pela propriedade contribuem para as despesas mensais da família.

A primeira pergunta, estava relacionada ao direito sobre a propriedade que a família possui. Conforme apresenta a figura 25, direito do produtor com a propriedade, 5 dos entrevistados são proprietários, o que corresponde a 62%, 2 dos entrevistados tem direito familiar, o que corresponde a 25% e apenas 1 dos entrevistados tem o direito da propriedade por ser cedida por alguém com direito de uso e desfruto, o que corresponde a 13%.

Figura 25

Direito do produtor com a propriedade



Fonte: Dados da pesquisa, 2023

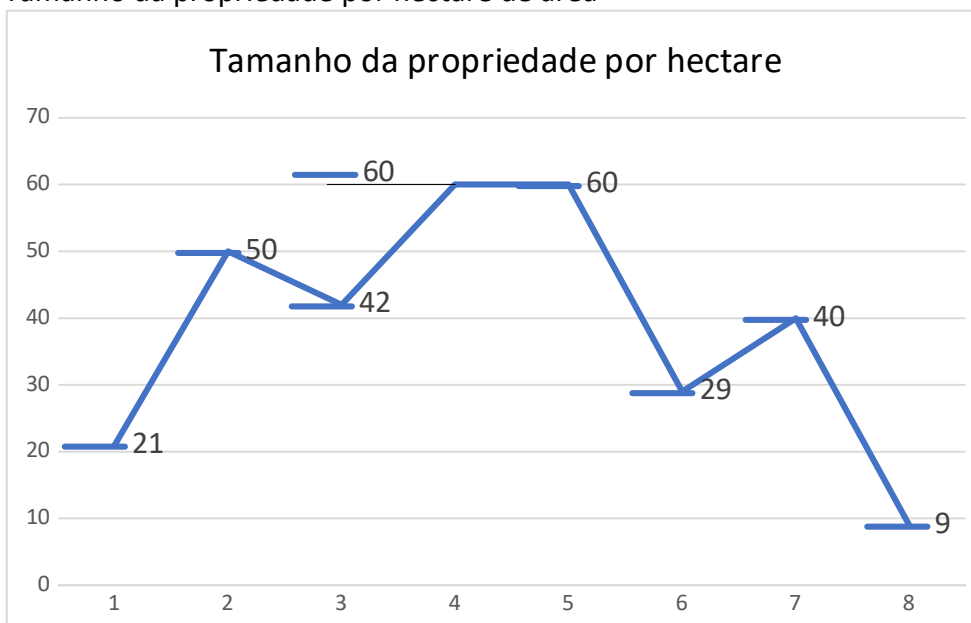
Os dados da entrevista demonstram que o direito da propriedade é em sua maioria de propriedade própria, pois mesmo que de direito familiar, as propriedades terão sucessão familiar. Quanto a propriedade de direito de concessão de uso, o entrevistado relata que PQAS 5 “moramos num assentamento do movimento dos sem-terra, então temos um contrato de concessão de uso, para sair a titulação da terra. Quando sair a titulação da terra, seremos o dono da terra, mas por enquanto estamos com concessão de uso”.

A próxima pergunta estava relacionada com o tamanho da propriedade, a figura 26, tamanho da propriedade por hectare de área, demonstra graficamente que o entrevistado PQAS 8 possui o menor tamanho da propriedade, dados esses que são em determinação do tipo de uso de direito por concessão. Em média as propriedades possuem 38,87 hectares de área.

Este resultado corrobora com os estudos de (Carbonera et al., 2020) sobre a prevalência da propriedade familiar na agricultura brasileira, sendo que, a maioria dos entrevistados possui a terra como propriedade própria, mesmo que com a expectativa de sucessão familiar.

Figura 26

Tamanho da propriedade por hectare de área



Fonte: Dados da pesquisa, 2023

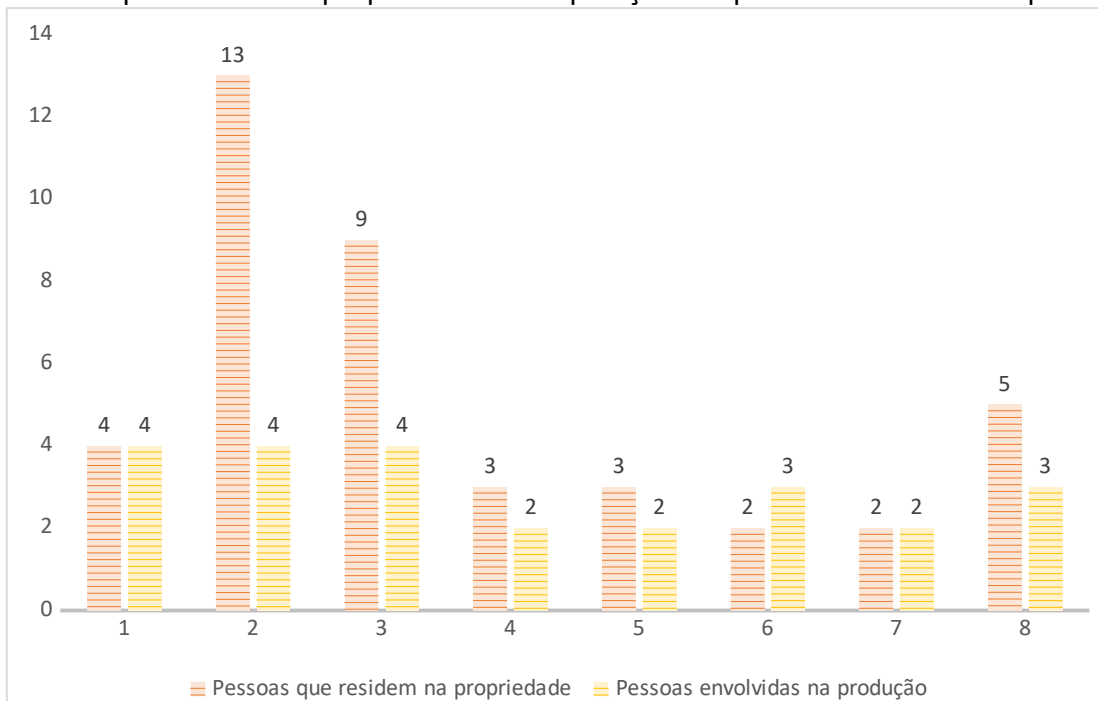
Os dados da pesquisa evidenciam as informações do Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), as propriedades da agricultura familiar no Brasil têm, em média, 20,6 hectares de área. No entanto, essa média esconde uma grande diversidade de tamanhos, com propriedades que variam de 0,1 hectare a mais de 1.000 hectares, variação essa constatada pela pesquisa.

A média de 38,87 hectares por propriedade se encontra dentro da faixa considerada como agricultura familiar pela legislação brasileira (LEI N° 11.326, de 24 de Julho de 2006, 2006). No entanto, a propriedade de PQAS 8 se destaca por ser menor que a média, o que pode ser explicado pelo tipo de direito de uso de terra (concessão). Essa situação ilustra a heterogeneidade presente dentro da agricultura familiar, com diferentes realidades e desafios (Carbonera et al., 2020).

A pesquisa buscou saber ainda, o número de pessoas que ocupam a propriedade e a comparação com o número de pessoas envolvidas na produção, conforme apresenta a figura 27, pessoas que residem na propriedade e comparação das pessoas envolvidas na produção, a qual descreve graficamente uma relação por propriedade dos entrevistados.

Figura 27

Pessoas que residem na propriedade e comparação das pessoas envolvidas na produção



Fonte: Dados da entrevista, 2023

Esse dado associado ao número de ocupantes da propriedade e a relação de pessoas ligadas diretamente à propriedade, revela que a responsabilidade da gestão está centralizada no proprietário da terra, e que, é conferido à mesma grande parte das incumbências relacionadas à produção.

Duas das propriedades entrevistadas, todas as pessoas que residem na propriedade estão envolvidas nas atividades de produção; com gerência direta dos proprietários ou dos responsáveis pela gestão da propriedade, e uma das propriedades entrevistadas têm as atividades desempenhadas por pessoas que não residem na propriedade, porém, o mesmo tem vínculo familiar. PQAS 6 “Hoje na propriedade, somos nós que trabalhamos diretamente, eu e meu esposo, mas meu filho que mora na praça ajuda a gente aqui no sítio, ele presta serviço aqui durante o dia”.

Os dados da pesquisa certificam a opinião de Picolotto (2014) sobre a centralização da gestão da propriedade familiar no proprietário da terra. Em todas as propriedades, a responsabilidade pelo trabalho recai sobre o proprietário, mesmo quando há outros membros da família ou trabalhadores envolvidos na produção.

O próximo item analisado foi às formas de comercialização do principal produto produzido na propriedade. Os relatos foram diferentes, porém, a maioria realiza a venda direta e para consumidor final.

PQAS 1 – “nossa venda é direta, para pessoas que vem até nossa propriedade realizar visitas, vendemos em feiras e exposições que participamos”.

PQAS 2 – “vendemos em supermercados por atacado e para o hotel”.

PQAS 3 – “Nosso produto é entregue diretamente para empresas, 60% de nosso produto vai para fora do estado, o restante é realizado a venda para consumidor final. Vendemos ainda, para empórios, feiras e exposições”.

PQAS 4 – “Nós realizamos a venda de nosso produto em supermercados de Lages, distribuimos em supermercados da região da Amures e alguma coisa vai pra fora”.

PQAS 5 – “mercados, no mercado público de Lages onde tem um quiosque que realiza a venda de produtos de origem de produtores da região”.

PQAS 6 – “Nossas vendas são realizadas diretamente ao consumidor e uma parte distribuimos no mercado público de Lages, o pessoal vem na propriedade comprar e tem parentes que ajudam na venda de nossos produtos”.

PQAS 7 – “é de diferentes formas, uma parte é vendida diretamente para o consumidor, outra distribuimos para venda no mercado público em Lages, para hotel, e vendemos nas feiras”.

PQAS 8 – “o pessoal conhece nosso produto, vem comprar aqui na propriedade, mas também distribuimos nos mercados, nas bancas de beira de estrada e no mercado público de Lages”.

Os dados encontrados evidenciam que a comercialização dos produtos é um desafio importante para os agricultores familiares. Eles precisam encontrar formas de vender os seus produtos, levando em consideração o preço justo, sem que isso comprometa sua renda ou a qualidade de seus produtos.

As entrevistas realizadas revelam um panorama que corrobora com as análises de Goulart (2021) sobre os desafios da comercialização na agricultura familiar. Os relatos dos agricultores evidenciam as dificuldades enfrentadas para encontrar mercados para seus produtos, obter preços justos e competir com grandes empresas. Essa situação complexa limita o desenvolvimento da agricultura familiar e impacta diretamente na renda dos agricultores.

Quando perguntados qual o principal produto produzido na propriedade, todos os entrevistados dizem ser o queijo artesanal serrano, porém outros produtos são cultivados, como frutas, verduras, hortaliças, produção animal:

PQAS 4 – “A única coisa que a gente produz aqui para comercializar é o queijo”

PQAS 6 – “Hoje é a principal atividade nossa da propriedade é o queijo, é o carro forte da nossa produção”.

Nessa perspectiva, evidencia-se que a produção do queijo possui vínculos culturais e históricos na região serrana. É uma atividade que está presente na vida de agricultores familiares há séculos, e que contribui para a geração de renda, sobrevivência e reprodução social dessas famílias, contribuindo para a diversificação da produção agrícola.

Assim como no estudo de Pachoud e Coy (2018), o queijo artesanal se destaca como o principal produto comercializado pelas famílias agricultoras da região serrana de Santa Catarina. Essa atividade possui fortes vínculos culturais e históricos, contribui para a geração

de renda e reprodução social das famílias, e se configura como uma alternativa para diversificar sua produção agrícola.

Quanto à produção para autoconsumo, em todas as propriedades existe a produção de carne, ovos, frutas, verduras, hortaliças e derivados do leite.

Diversos estudos corroboram com os achados da pesquisa sobre a produção para autoconsumo na agricultura familiar, evidenciando a importância dessa prática para a segurança alimentar, a sustentabilidade e a reprodução social das famílias agricultoras (Pachoud & Coy, 2018; Ribeiro & Mondo, 2019).

Ao serem perguntados sobre a principal fonte de renda da família, os entrevistados esclareceram que a comercialização dos produtos contribui de forma significativa para as despesas da família. PQAS 4 – “Hoje, 100% da nossa renda é do queijo, tudo que a gente bota dentro de casa hoje é através do queijo”.

Com o intuito de complementar a análise das respostas a esse quesito, leva-se em consideração os dados apresentados perfil ocupacional dos participantes da pesquisa na figura 22, perfil ocupacional dos participantes da pesquisa, sendo que existem respondentes que ocupam outras atividades de renda além da renda obtida na propriedade ou ainda recebem benefício de aposentadoria:

PQAS 7 – “grande parte da renda da família é da propriedade, posso dizer que 70%, porque eu e minha esposa somos aposentados do fundo rural, mas o que paga as contas mesmo é a minha produção, o trabalho e a venda dos queijos”.

Diante do cenário descrito, nota-se que as famílias envolvidas no estudo têm a venda de produtos como a atividade importante para a geração de renda das famílias, melhora a qualidade de vida e a garantir o sustento da família.

Desta maneira, os achados do estudo asseveram sobre a importância da comercialização da produção para a agricultura familiar, sendo que a venda de produtos agrícolas, especialmente o queijo artesanal serrano, contribui significativamente para a renda familiar. Ribeiro e Mondo (2019), apontam que a comercialização da produção é fundamental para a geração de renda, justamente em um contexto de mercado competitivo e globalizado.

4.1.4 Aspectos relacionados ao conhecimento das famílias

Nesta seção refere-se aos achados científicos referentes aos aspectos relacionados ao conhecimento das famílias, para identificar como adquiriram o conhecimento, como acontece o compartilhamento do conhecimento na propriedade e quais as perspectivas de futuro para os participantes da pesquisa. Ainda, objetivou-se conhecer o processo produtivo das propriedades, para análise das mudanças quanto às formas de produzir.

Em relação à estrutura e organização da propriedade, buscou-se analisar o envolvimento da família em programas governamentais, cooperativas, associações e organizações informais.

A primeira pergunta refere-se ao conhecimento e experiência com o trabalho rural. As respostas permitiram compreender as diferentes dimensões do trabalho realizado pelas famílias da agricultura familiar e produtores do queijo artesanal serrano, desde aspectos técnicos, econômicos até os sociais e culturais, como observa-se na figura 28, relato da experiência dos produtores em relação a aprendizagem do trabalho rural, pelos entrevistados.

Figura 28

Relato da experiência dos produtores em relação a aprendizagem do trabalho rural

Entrevistado	Experiência com o trabalho rural
PQAS 1	Todo o conhecimento que tenho hoje, veio de meus avós, de meus pais, dos meus irmãos mais velhos, sempre vivi no meio rural, saí para estudar e quando me aposentei resolvi voltar para resgatar as raízes e cultivar a cultura da minha família. Então tudo que sei é herança da minha família, o saber fazer foi adquirido com o tempo, mas sempre tive o exemplo de meus antepassados.
PQAS 2	Então, Nossa fazenda já é tradição, já vem de pai para filho de algumas gerações. Então, nós morávamos na cidade e aí nós resolvemos, optamos depois dos filhos criados e ir para o interior, o pai já passou para a gente. E aí a gente está viabilizando outras oportunidades empreendendo na propriedade para viabilizar a propriedade. Então a gente fez a queijaria para viabilizar financeiramente, né? A propriedade.
PQAS 3	Sim, o meu, meu avô paterno, que morava ali, então, sempre trabalhado com queijo. Na época, era o queijo a principal fonte de renda. Aí depois passou pro pai, é que daí trabalhou na lavoura com milho, feijão, batata. A gente plantou os pomares. Eu sempre trabalhei com queijo também, daí agora através da Epagri que incentivou a questão do queijo serrano, há 10 anos que a gente começou os trabalhos de agroindústria.
PQAS 4	A experiência que a propriedade foi do meu avô, ele tinha 12 filhos o

	caçula da casa, era meu pai, que acabou ficando na propriedade. Cuidando do meu avô e foi montado uma Granja de leite. E deu segmento. Eu nasci e cresci aqui, acabei indo embora para Lages para estudar e com o falecimento do meu pai, eu sendo filha única, a gente resolveu voltar para cá para dar continuidade e para que a propriedade se mantenha de pé.
PQAS 5	Nós nascemos na atividade rural, a gente sempre morou aqui. Meu pai, na verdade, sempre foi daqui, dessa comunidade. Minha mãe veio de Capão Alto, aí se casaram E meu pai sempre ficou na atividade rural e nós nos criamos aqui e estamos aqui até hoje. Meu marido também é daqui. Então a gente se criou aqui e aqui ficamos.
PQAS 6	A experiência nossa, ela já vem de berço. Meus pais trabalhavam na roça também, eram agricultores. Então a gente já vem com essa experiência lá de casa. A casa dos pais, então, tanto eu como o esposo, os pais dele também eram agricultores e sempre moraram no sítio, essa é a experiência.
PQAS 7	Eu nasci e me criei aqui. Minha esposa também é da região, então a gente sempre teve esse convívio com esse trabalho, os nossos antepassados já fabricavam, queijo. Na época, não era para comércio, mas era para o consumo caseiro. Mas a gente nasceu e se criou vendo, né, produzir queijo, do trabalho rural, da agricultura. Então a gente já tem uma experiência. Já vem de tradição de família.
PQAS8	Tanto eu como meu marido, a gente já vem de uma família de agricultores, a gente já se criou na agricultura, e aí quando nos casamos, continuamos na agricultura. Então a gente já vem desde criança. Tendo, adquirindo essa experiência de trabalhar na agricultura com vaca de leite, com os animais e o trabalho. Essa experiência a gente já tem, já traz de berço.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Observa-se que a experiência com o trabalho rural é tradição familiar que passa de pai para filho, de geração em geração e que o trabalho foi se aperfeiçoando com o tempo.

A pesquisa reforça os achados de Córdova e Schlickmann (2015) ao destacar a importância da tradição familiar na agricultura familiar. A transmissão intergeracional e o aperfeiçoamento do trabalho ao longo do tempo são elementos essenciais, para a identidade cultural, a reprodução social e a sustentabilidade da agricultura familiar.

Quando perguntados sobre programas governamentais e como eles contribuem para o aperfeiçoamento das atividades relacionadas à produção, os entrevistados relatam que já participaram de alguns programas e que possuem importante contribuição para o aperfeiçoamento dos trabalhos realizados.

Essas contribuições vão desde cursos de capacitações, como aquisição de maquinário e valores para investimento, redução nas tarifas de energia elétrica, nas construções dos

espaços para a produção do queijo, adequação às normas sanitárias e ainda acompanhamento e auxílio das análises da água, do leite e dos animais para estar de acordo com as exigências dos órgãos certificadores.

Como relata, o PQAS 4 “Sim, o projeto do SC rural cobriu 50% da queijaria, os outros 50% foram do nosso bolso. Para a construção de um galpão também teve um projeto chamado SC rural. A cobertura do galpão foi por meio do projeto jovem empreendedor rural que na época minha filha fez o curso e ganhou 10 mil R\$ da cobertura de galpão”.

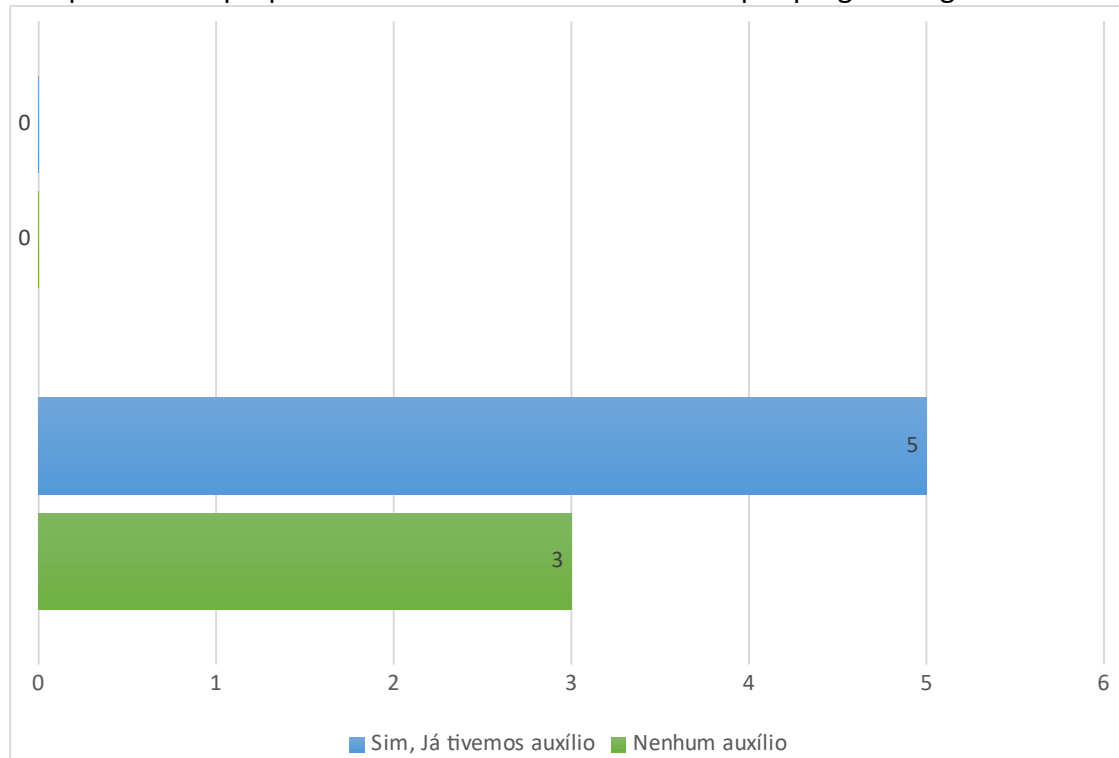
Nesta mesma linha, o PQAS 6 “Sim, a nossa propriedade já foi beneficiada nesse programa do governo federal. Que é o programa mais alimentar. Hoje temos um trator que facilita a preparação das tarefas. A minha sala de manipulação do queijo teve uma ajuda do governo do estado, que foi o projeto estruturante nas pequenas agroindústrias. A propriedade está sendo atendida com projetos de incentivo via Epagri, via cooperativa de crédito que promete investimentos”.

O PQAS 7 relata, “Não. A gente fez a queijaria com recurso próprio. Nem mesmo um financiamento do governo foi utilizado. Foi tudo economia, com a venda dos produtos, economizando e investindo na propriedade”.

A fim de tornar mais visível as propriedades atendidas por programas governamentais e as que não foram beneficiadas, a figura 29, comparativo de propriedade atendidas e não atendidas por programas governamentais, apresenta um comparativo das propriedades conforme o relato dos entrevistados.

Figura 29

Comparativo de propriedade atendidas e não atendidas por programas governamentais



Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Desta forma, é possível identificar que os programas de incentivo governamental são importantes para as famílias pertencentes à agricultura familiar; esses programas trazem melhorias para as propriedades e auxiliam na produção.

A pesquisa corrobora com a importância da Lei 11.326/2006 para o desenvolvimento da agricultura familiar. Os programas de incentivo governamental são essenciais para o progresso do setor, mas ainda há desafios para a efetivação da Lei. É necessário fortalecer a política nacional de agricultura familiar, ampliar o acesso aos programas de incentivo e investir em ações que promovam a sustentabilidade e a qualidade de vida das famílias agricultoras (LEI Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, 2006).

Para analisar as formas de produção, os entrevistados foram questionados a respeito das formas de produção, se existe algum tipo de mecanização na produção e quanto eles contribuem para a produção.

Os resultados mostram que a mecanização é fator importante para os produtores entrevistados, contribuindo de forma expressiva para que a produção aconteça. Alguns desses pontos importantes foram levantados pelos participantes da pesquisa.

A mecanização contribui para o aumento da produtividade, uma vez que as máquinas podem realizar tarefas que são realizadas manualmente, o que pode aumentar a eficiência da produção e permite que mais produtos sejam produzidos em menos tempo.

Ainda, a mecanização contribui para a melhoria do produto, com a utilização de máquinas para controlar com precisão parâmetros de produção, com padronização dos produtos. Neste sentido, a utilização de máquinas pode contribuir para reduzir custos, contribuindo ainda para a melhoria da segurança alimentar, evitando a contaminação cruzada e a contaminação, garantindo qualidade para os consumidores e estando de acordo com as exigências dos órgãos de fiscalização.

Os achados da pesquisa, apontam para os principais tipos de mecanização utilizados nas propriedades analisadas, sendo elas: - máquinas de ordenha; - máquinas de pasteurização; - máquinas para coagulação; - máquinas para corte e moldagem; e máquinas para maturação.

Além das máquinas citadas, os entrevistados destacam os tratores e colheitadeiras que auxiliam no trabalho diário:

PQAS 2 “A mecanização acontece com trator. E tem ordenha, a prensa é mecanizada, o início da prensagem do queijo é tudo mecanizado. Em relação ao processo de fabricação, até botar o coalho é manual, depois que tira o soro aí vem com a presa automática”.

PQAS 4 “Sim, a produção de leite é toda mecanizada. A sala de ordem possui 6 conjuntos de ordem ou um transferidor, onde remete o leite diretamente através de mangueira. Aqui na queijaria a gente tem o tanque, que mantém o leite na temperatura ideal para produção de queijo e a energia elétrica contribui muito para esse processo todo”.

PQAS 7 “Somente a ordenha é mecanizada, o mais é tudo artesanal, o queijo é feito de forma artesanal, nos módulos que a gente aprendeu quando criança, e continuo mantendo aquela tradição. Para ser o tradicional queijo serrano mesmo, a gente mantém uma tradição para não mudar”.

De maneira geral a mecanização na produção é crescente e na medida que as tecnologias são implantadas nas propriedades, a garantia de qualidade e o cumprimento de exigências de órgãos reguladores estão mais presentes.

A pesquisa contribui com os achados de Medeiros et al. (2020), ao destacar a importância da mecanização para a agricultura familiar, a qual contribui para o aumento da produtividade, a melhoria do produto, a redução dos custos e da mão de obra, e o aumento da segurança alimentar. No entanto, é importante considerar os desafios da mecanização, como os custos de aquisição e manutenção, acesso ao crédito e capacitação dos agricultores.

Quanto ao nível de conhecimento das atividades desenvolvidas na propriedade, a produção contribui para a geração de renda para a família. O produtor é quem detém o conhecimento, é quem domina as técnicas e como é a distribuição das tarefas. Um ponto relevante a destacar: quando o entrevistado é do gênero feminino, as atribuições e tarefas diárias são maiores e por vezes mais complexas. A entrevistada PQAS 5 relata que intercala as atividades da produção com os afazeres domésticos e o cuidado com sua mãe que se encontra acamada. “A minha ocupação é na ordenha dos animais na parte da manhã e depois, na fabricação do queijo e de toda a higienização da queijaria. Todo o trabalho da casa que não é uma tarefa fácil, principalmente no interior, a gente tem muita ocupação. E ainda tenho minha mãe acamada, que tenho que cuidar muito bem dela”.

Porém, o conhecimento das atividades em muitas das propriedades é dividido, como relata a entrevistada PQAS 4, “Então, acho que o conhecimento aqui é igual. Tanto que, se um dos dois tiver que sair de casa, o outro substitui. Se eu precisar sair, meu marido faz queijo. Se ele precisar sair, eu tiro o leite. Eu busco o gado. Então o conhecimento aqui é dos dois, tem que ser igual, a gente é parceiro em todas as coisas aqui”.

É importante destacar que, como relatado pelos entrevistados, o conhecimento adquirido é familiar, PQAS 6 “Eu sempre via a minha mãe fazendo queijo”, e o PQAS 3 relata, “quem fazia o queijo era o meu avô, fazia o queijo tradicional mesmo, depois o meu pai e hoje sou eu, o conhecimento foi passando de geração em geração, mas hoje quem domina as formas de fazer sou eu.” A figura 30 traz a explanação quanto ao conhecimento trazido para a produção, traz a explanação de todos os entrevistados em relação ao conhecimento adquirido para tornar a produção possível.

Figura 30

Explicação quanto ao conhecimento trazidos para a produção

Entrevistad	Relato
-------------	--------

o	
PQAS 1	“O conhecimento é todo familiar e o aperfeiçoamento por meio das capacitações”.
PQAS 2	“Por mais que a produção do queijo seja de tradição, eu comecei do zero, precisei me capacitar para aprender e colocar o meu produto no mercado”.
PQAS 3	“Quem fazia o queijo era o meu avô, fazia o queijo tradicional mesmo, depois o meu pai e hoje sou eu, o conhecimento foi passando de geração em geração, mas hoje quem domina as formas de fazer sou eu.”
PQAS 4	“Quando voltei para o interior, precisei encontrar uma forma de manter a família, então busquei fazer o que meu pai fazia a alguns anos”.
PQAS 5	“O saber fazer vem de longa data, meus avós já produziam, mas eu precisei ajudar nas despesas da casa, comecei vendendo o leite e depois tive uma ajuda para aprender a fazer o queijo e fui aperfeiçoando com o tempo”.
PQAS 6	“Eu sempre via a minha mãe fazendo o queijo, quando vim a produzir na minha propriedade resgatei o saber fazer e fui aperfeiçoando e buscando conhecimento e novas técnicas”.
PQAS 7	“Eu nasci e me criei vendo minha mãe fazer o queijo, e quando criança já ajudava fazer o queijo que na época era somente para o consumo e depois iniciamos a produção para venda”.
PQAS 8	“Iniciamos com a intenção de agregar a renda da família e fomos aperfeiçoando, mas o conhecimento é de tradição”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Verifica-se no depoimento dos produtores, a importância da manutenção da identidade de sua produção, da manutenção da produção artesanal, da transmissão do conhecimento e das formas de se produzir ou ainda da mecanização das propriedades. Entretanto, entendem que o aperfeiçoamento se faz necessário para se manterem no mercado e ainda estarem em conformidade com a legislação atual, a importância de seguirem boas práticas de fabricação e de higiene, para agregar valor ao produto e torná-lo viável para a comercialização.

O estudo se alinha à teoria de Nonaka e Takeuchi (1997) ao destacar a importância do conhecimento tácito e explícito, da socialização e externalização do conhecimento, da criação de novo conhecimento e da gestão do conhecimento para o desenvolvimento da produção artesanal. A valorização e a gestão do conhecimento são ferramentas essenciais para que a produção artesanal se mantenha competitiva no mercado, preserve sua identidade e atenda às demandas dos consumidores.

Em seguida, perguntou-se como o conhecimento das técnicas de produção e o saber fazer são transmitidos na propriedade.

Os resultados mostram que tanto o compartilhamento, quanto o armazenamento do conhecimento nas propriedades não acontece de forma estruturada e tão pouco é visto como forma de gestão pelos produtores, apesar de transmitirem ou compartilharem o conhecimento; técnicas não são adotadas para que exista um registro do conhecimento interno das propriedades, conforme apresenta a figura 31 relatos quanto ao armazenamento do conhecimento, relatos quanto ao armazenamento do conhecimento.

Figura 31
Relatos quanto ao armazenamento do conhecimento

Entrevistado	Relato
PQAS 1	“Sou organizado e sempre realizo as minhas anotações, mas o conhecimento sempre e do saber fazer do que aprendi e dessa forma pretendo repassar aos meus, claro que muita coisa mudou, devido às tecnologias, mas a cultura é sempre a mesma”.
PQAS 2	“Sim, eu tenho o meu arquivo, de toda a capacitação que a gente faz, a gente vai guardando os documentos. Para que possa ser utilizado no futuro. Para a produção possuímos um manual de fabricação do queijo, do doce, tem tudo, registrado em um arquivo no computador, mas nada impresso nada visível, e de fácil acesso”.
PQAS 3	“O armazenamento do conhecimento é utilizado apenas na questão das prescrições do veterinário, de agrônomo, alguma coisa de veterinária, para saber qual animal teve qual tratamento no mais é o conhecimento, na prática, conhecimento de geração. Quando dá para fazer, tem que plantar nessa lua ou naquela lua. Mas é tudo passado de um para outro. Não anotamos nada, não utilizamos nenhuma forma de medir ou saber o que foi produzido e quanto”.
PQAS 4	“A gente tem tudo organizado aqui, a queijaria tem várias planilhas que a gente tem o controle de entrada de leite, a saída de queijo, por lote, essa é uma exigência da vigilância, controle da higienização da queijaria da ordenha. Tem o controle do gado, controle de reprodução. É, então é. É controle administrativo feito pela responsável técnica da queijaria. tem planilhas desde o ano que a gente foi legalizado, está tudo anotado na questão de produção”.
PQAS 5	“Realizamos anotações nas apostilas recebidas em cursos e capacitações no papel mesmo, A gente escreve bastante coisa ali, a gente vai deixando anotado a história, acredito que dessa forma compartilhamos o nosso conhecimento e vamos armazenando ao mesmo tempo”.
PQAS 6	“Então, eu acho que o armazenamento do conhecimento ele fica na memória das pessoas. Mas mesmo assim, temos alguma coisa escrita. Mas o conhecimento ele vai passando para as futuras gerações”.
PQAS 7	“A gente não tem um diário escrito, mas a gente tem alguma coisa que sempre precisa, aí vou anotando. Já tive minha história em publicações de

	jornais, e tem alguma coisa salva. O conhecimento é exemplo. Hoje eu faço queijo espelhado no que minha mãe fez, e espero que meus filhos e meus netos aprendam comigo e levem a queijaria depois de mim”.
PQAS 8	“Tudo que a gente sabe hoje é tudo que a gente vai passando é de pai para filho, então a gente não tem nenhum manual, essas coisas mais. Na questão da queijaria a gente tem documentos de quanto produz, quando recebe, mas na produção de pastagem na produção do milho para selagem, é tudo aprendido de geração em geração”

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

O armazenamento do conhecimento acontece de forma simples, é utilizado blocos de anotações e registros da produção, mas nenhuma técnica de gestão do conhecimento é utilizada conforme relatos dos entrevistados.

O estudo corrobora os achados de Moresi e Mendes (2010) ao destacar a falta de estruturação na gestão do conhecimento como um desafio para a agricultura familiar. A documentação do conhecimento é fundamental para a preservação, para o desenvolvimento e para o fortalecimento da agricultura familiar. No entanto, é importante considerar os desafios para a implementação da gestão do conhecimento nesse setor.

A próxima pergunta estava relacionada a cursos de capacitação, a busca por aperfeiçoamento, quanto eles contribuem para o aperfeiçoamento das atividades produtivas realizadas na propriedade e quais as instituições que apoiam e realizam essas capacitações, cursos e rodas de conversas.

Todos os entrevistados mencionaram o forte e importante papel da Epagri para os cursos, capacitações, apoio e incentivo, conforme apresenta a figura 32, instituições que promovem cursos e capacitações, com destaque as principais instituições promotoras de treinamentos e capacitações ofertados aos produtores.

As falas dos produtores certificam esse envolvimento das instituições. PQAS 2 “A Epagri traz bastante capacitação para a cidade. E traz palestrantes, traz muita gente de fora para nos ajudar”. PQAS 8 “Sim, a gente sempre tem os treinamentos através da Epagri, que é a nossa grande aliada das pequenas famílias, dos pequenos produtores”.

Figura 32

Instituições que promovem cursos e capacitações



Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Os produtores indicam que esses cursos e capacitações vem para somar a produção e aperfeiçoar o saber fazer, trazendo novas visões e contribuindo para manter a qualidade dos produtos, acompanhando as inovações e possibilitando agregar valor aos produtos.

O estudo constata os achados de Fossá (2022) ao destacar a importância da capacitação para o desenvolvimento da agricultura familiar. A capacitação em diferentes áreas, como produção, comercialização e gestão, pode trazer diversos benefícios para os produtores, como aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos produtos, agregação de valor e acesso a novos mercados.

Perguntados sobre a relação com propriedades vizinhas, a outros produtores, se existe um compartilhamento do conhecimento das técnicas de produção e de melhorias se acontece e de que forma ocorre:

PQAS 5 “Na comunidade a gente tem os encontros, de mulheres, uma vai passando o seu conhecimento para outra. Então a gente aprende muito assim, com a comunidade também”.

Muitos são os relatos referente ao compartilhamento do conhecimento entre os produtores, o saber fazer, as técnicas são transmitidas de forma tácita entre os produtores.

Esses dados levantados na pesquisa evidenciam os estudos de Moresi e Mendes (2010), o compartilhamento tácito do conhecimento entre os produtores é um elemento fundamental para a preservação da produção artesanal e sua adaptação às novas demandas.

“A inteligência está com as pessoas e o compartilhamento depende da sua motivação para ocorrer” (Moresi & Mendes, 2010, p. 31).

Quando questionados sobre como iniciou o interesse em desenvolver uma atividade rural, a produzir e como adquiriram o conhecimento necessário para iniciar a atividade produtiva e se geram renda para a família. A transcrição das falas está descrita na figura 33, relato das entrevistas quanto ao interesse para iniciar a produção, de acordo com os resultados da entrevista.

Figura 33

Relato das entrevistas quanto ao interesse para iniciar a produção

Entrevistado	Resposta
PQAS 1	“estava aposentado e procurando uma atividade para não ficar ocioso, lembrei dos tempos da infância, de ver meus pais meus avós e meus irmão a produzir o queijo então vi na queijaria uma oportunidade de agregar renda para a família, buscando nas raízes familiares”
PQAS 2	“Surgiu na busca de uma nova oportunidade do que fazer lá na fazenda, não ficar só na questão do gado de corte”.
PQAS 3	“É, tudo que a gente sabe é conhecimento herdado, meu pai herdou com meu avô, eu aprendo com meu pai e preendo passar os ensinamentos para meus filhos. Já na questão da maça vamos aprendendo uns com os outros, um produtor vai passando para o outro”.
PQAS 4	“Tanto eu quanto meu marido a gente já tinha relação com o interior, com a agricultura, só nunca focamos nisso porque existiam nossos pais que controlavam isso, mas depois de muito é pelhar, como diz o povo daqui a gente aprendeu. O conhecimento é só na prática, claro que a gente participa de cursos é de capacitação junto com o órgão público, através da Epagri, mas a prática do dia a dia, aí que vai te trazer conhecimento, fazem 4 anos que a gente está legalizada e nesses 4 anos aí foi muita prática que foi adquirido. Tem coisa que a gente já errou lá atrás, e aprendeu, praticando, errando. A teoria te traz uma base, mas a prática te traz o conhecimento, você vai fazendo da forma correta, como nunca me envolvi nas atividades até meu pai falecer tivemos que ir aprendendo sozinhos”
PQAS 5	“Começamos entregando leite porque a gente tinha bastante na propriedade, então a gente queria fazer alguma coisa, durante um tempo, a gente entregava o leite para o laticínio, depois não deu mais. Porque no interior você já sabe, as estradas não são muito boas. O queijo surgiu na nossa propriedade como uma brincadeira, de repente estávamos começando a fazer o queijo, para ter uma agregação de valor na propriedade. Muita coisa é comprada com o dinheirinho do queijo. E hoje nosso queijo já é o maior suporte da

	propriedade”.
PQAS 6	“Quando eu era uma menina de 12 anos a minha mãe fazia o queijo e eu pensava assim, ah, mas quando eu crescer, não vou fazer queijo porque a minha mãe fazia para o consumo, era uma família muito grande. E o excedente ela vendia para algumas comadres da praça que vinham, ela tinha uns clientes dos vilarejos. Mas eu não via como uma atividade lucrativa, uma atividade que tivesse retorno financeiro. E hoje, aqui a minha atividade é 70%, é o queijo, e eu já vejo o meu neto, as minhas netas de 12 anos. Dizendo que quando terminar os estudos, querem vir para o sítio fazer queijo, porque a avó faz o queijo, a avó vende”.
PQAS 7	“Como nasci e me criei aqui a produção do queijo sempre existiu na minha propriedade, mas depois de algum tempo ele passou a ser fonte de renda para a família e começamos a valorizar ainda mais esse trabalho”.
PQAS 8	“Olha, nós começamos a produzir queijo, pela necessidade de ter uma renda a mais junto na propriedade fomos nós aperfeiçoando, fomos melhorando, através da Epagri, a gente começou a participar dos treinamentos do queijo artesanal serrano foi evoluindo e fomos nos aperfeiçoando. Hoje temos a queijaria montada, legalizada, temos o SIM do município. E tudo pretendemos passar para as próximas gerações”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

A figura 34, percepção em relação a novas culturas de produção, descreve a resposta da pergunta relacionada às culturas existentes na propriedade e como os entrevistados veem a adoção de novas culturas e se pretendem adotar novas culturas em sua produção.

Figura 34

Percepção em relação a novas culturas de produção

Entrevistado	Relato quanto a percepção de novas culturas
PQAS 1	“Sim, pretendemos manter a nossa cultura, mas estamos dispostos a sempre aprender e inovar, principalmente prezando pela qualidade de nosso produto e pelo seu reconhecimento”.
PQAS 2	“Então, hoje, a gente quer aprimorar mais ainda o fazer o queijo e talvez a gente entrar com uma outra linha de queijo, dependendo da produção de leite que eu tiver. Porque hoje eu tenho a questão certificada, então as vacas só têm 50 ha. Quando a fazenda vier para mim de fato, aí a ideia é ampliar a produção. E aí, quem sabe, outro queijo, outros queijos”
PQAS 3	“É complicado porque a maçã depende de mão de obra. Hoje a mão de obra é muito cara e de má qualidade, teria que aumentar a mão de obra,

	tem a fiscalização, teria que contratar trabalhador com carteira assinada e isso se torna inviável. Quanto a produção do queijo, mesmo sendo um processo mecanizado, ainda tem muita coisa manual, que envolve muito tempo, então, a princípio a gente não tem ideia de aumentar muito a produção. Somente manter, o que produzimos em torno de 10 kg, diário”.
PQAS 4	“Quanto a novas culturas de produção já tentamos fazer esse ano inclusive, iniciamos a plantação da moranga cabotiá plantamos 5 há, ainda estamos vendendo a produção. Depois de 4 anos produzindo apenas o queijo resolvemos expandir um pouquinho e adicionar um novo produto. E, quem sabe, no futuro alguma coisa relacionado ao turismo. Na nossa região o turismo está crescendo muito, mas isso é uma ideia Futura”.
PQAS 5	“Gostamos do novo sempre estarei inovando, com outros métodos”.
PQAS 6	“A gente vê, vê a nossa atividade assim como lucrativa, que ela tem um retorno, ela nos devolve uma dignidade para a família. Então, assim, tudo tem que funcionar, e você tem que ser persistente, porque tem altos e baixos. Precisa cuidar da qualidade da sua produção”
PQAS 7	“Não podemos aumentar muito a nossa produção porque somos só nós dois. Então não tem como aumentar muito a produção, tem que manter”.
PQAS 8	“Hoje, pelo fato de ser uma pequena propriedade de não ter muito espaço para implementar novas culturas, mas a gente está sempre aberto a coisas novas. Não é pelo fato de estar trabalhando com vacas de leite e na produção de queijo que não estamos abertos para coisas novas, estamos sempre tentando colocar coisas novas e se aperfeiçoando sempre mais”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Levando em consideração os relatos dos entrevistados, percebe-se que estão dispostos a inovar e aperfeiçoar os seus produtos, mesmo com a limitação territorial ou de pessoas envolvidas na produção. Buscam aperfeiçoamento no sistema produtivo das propriedades.

As respostas dos entrevistados corroboram os achados de Picolatto (2014), ao destacar a abertura dos agricultores familiares à inovação e ao aperfeiçoamento, à disposição em adotar novas culturas e os desafios para a sua implementação. A assistência técnica é fundamental para auxiliar os agricultores nesse processo e contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar.

A tecnologia está presente em diversos setores produtivos. A figura 35, contribuições da tecnologia para a produção, aponta os principais benéficos apontados pelos entrevistados quanto a adoção de novas tecnologias para as propriedades rurais e a percepção em relação às contribuições da tecnologia para a produção realizada por eles.

Figura 35
Contribuições da tecnologia para a produção

Entrevistado	Contribuições da Tecnologia
PQAS 1	“Tudo vem para agregar valor e a tecnologia contribuir para que o trabalho se torne mais fácil e nossas propriedades sejam mais produtivas”.
PQAS 2	“Eu acredito que sim, apesar de que o queijo serrano é muito limitado no fazer não podemos estar entrando com muita tecnologia, porque se trata de um produto de origem cultural. A tecnologia já entrou e já mudou bastante essa questão do próprio queijo, ele era feito com madeira, com a vigilância sanitária não permite precisamos inovar utilizando o inox na produção, teve que entrar os tanques de inox teve que entrar outros processos no meio, em função da vigilância sanitária. Eu Acredito que deva melhorar. Acredito melhorar sim, mas estamos limitados em função da questão cultural do fazer o queijo, mas com certeza novas tecnologias iriam melhorar muito o processo”
PQAS 3	“Acredito que sim, como a gente tem maçã, e queijo, em relação a maçã a tecnologia ajuda bastante como aqui a gente sofre com geada, já estamos vendo que tem equipamentos que são capazes de diminuir o impacto até zerar o impacto gerado. Quanto às tecnologias na questão do queijo na melhoria de raça, vem melhorando cada vez mais. Acredito que seria mais neste sentido, porque como é manual e tem que ser assim, hoje já tem a ordenha mecanizada, a prensagem que é mecanizada o queijo que é embalado a vácuo que é mecanizado. Quanto ao gado tecnologia alguma coisa para aumentar, a produção, para diminuir a doenças no rebanho”.
PQAS 4	“Eu acho que se não tivesse tecnologia, ainda não estaria aqui no interior, então devido toda essa tecnologia, a gente conseguiu construir a queijaria e conseguiu legalizar, através da tecnologia da energia elétrica da internet, se não a gente não teria como fazer isso”.
PQAS 5	“Acredito que contribui e facilita o nosso trabalho, que é tão difícil e complicado aqui na área rural”
PQAS 6	“Como o queijo é a nossa principal atividade da propriedade. Então precisamos ter o cuidado, com esse produto, que é de forma artesanal, estamos dispostos sempre a aprender e a modernização vem para ajudar”.
PQAS 7	“Ah, com certeza, contribui, sim”.
PQAS 8	“A tecnologia ela tanto pode ajudar, como pode atrapalhar. A gente tem que saber usá-la na medida certa”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

De acordo com os dados coletados nas entrevistas, observa-se que os produtores se preocupam com o aspecto cultural no modo de fazer, o que pode ser uma barreira para a implantação de tecnologias nas propriedades, apesar de concordarem que a utilização da tecnologia iria contribuir para que a sua produção seria beneficiada assim como facilitaria o seu trabalho diário.

As percepções dos produtores corroboram os achados de Resende e Mafra (2016), ao destacar a importância da identidade cultural no modo de fazer dos agricultores familiares, a ambivalência em relação à tecnologia e os fatores que influenciam sua adoção. A participação dos agricultores é fundamental para o desenvolvimento e adoção de tecnologias que sejam adequadas à sua realidade e que contribuam para o desenvolvimento da agricultura familiar.

A figura 36, mudanças na forma de produzir, apresenta um quadro comparativo com dados obtidos nas entrevistas em relação ao modo de trabalhar e, de produzir na percepção dos entrevistados. As principais mudanças na produção rural e a relação do significado dessas mudanças ou ainda o que contribuíram em pontos positivos ou negativos para as propriedades rurais.

Figura 36
Mudanças na forma de produzir

Como era	O que mudou	Contribuição
A ordenha era manual	Ordenha mecanizada	A redução no trabalho, e a redução da contaminação
AS propriedades não possuíam fornecimento de energia elétrica	Tem o fornecimento de energia elétrica.	A possibilidade de utilizar máquinas elétricas em diversos setores de produção
Armazenamento em madeira	Mesas e tanques de inox	A garantia de um produto de qualidade e que pode ser consumido sem medo de contaminação
Cura do queijo era feito em geladeira	Hoje a cura do queijo é realizada em lugar apropriado	
Transferia o leite em baldes	Transferidor mecanizado	Não tem contato com o leite, o que garante que o leite não vai sofrer contaminação e o produto está livre de bactérias.
Os queijos eram produzidos nas cozinhas das casas	Local apropriado para a manipulação do queijo	Caracterizando a produção como um verdadeiro sistema produtivo
O queijo era manipulado em panelas	Caldeiras elétricas para produção	Consegue-se produzir uma quantidade maior sem precisar transferir de recipientes
O queijo era moldado de diversas formas	Prensa automática	Possibilita uma padronização dos produtos.
Não existia legalização	Lei específica	Valorização do produto, visibilidade no mercado

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Percebe-se que muitos foram os avanços nas formas de produzir, na cultura das propriedades, mas é relevante ressaltar que todos os entrevistados comungam da mesma percepção que a forma de fazer o queijo artesanal não muda, essa continua igual, é tradição.

O achado da pesquisa certifica o estudo de Rodrigues (2019), ao destacar a persistência da tradição na produção artesanal de queijo como elemento fundamental da identidade cultural dos produtores. A valorização do queijo artesanal serrano como produto cultural e gastronômico é essencial para a preservação da tradição, mas enfrenta desafios que exigem soluções inovadoras. Ainda neste sentido, Rodrigues (2019, p. 45) descreve que “Não é possível pensar em alternativas de desenvolvimento que desconsiderem a realidade rural, uma vez que este espaço e o urbano interligam-se e complementam-se, numa relação dialética”.

A questão seguinte está relacionada às organizações não governamentais, os entrevistados foram questionados se a propriedade está inserida em alguma associação, cooperativa ou grupo formal.

A Associação de Produtores de Queijo Serrano, APROSERRA, está presente nas propriedades entrevistadas, como um suporte, além de cooperativas de crédito e associações de produtores.

Diversos estudos destacam a importância de entidades não governamentais como suporte aos agricultores familiares, e o estudo corrobora com os achados de Feitosa et al. (2022), ao destacar a importância da participação dos produtores em organizações como a APROSERRA para o desenvolvimento da produção de queijo serrano.

4.1.4 Produção do Queijo Artesanal Serrano

Os entrevistados afirmam que o queijo artesanal serrano é considerada a principal fonte de renda da família. Nesse sentido, buscou-se conhecer como surgiu a ideia de se produzir o queijo artesanal serrano, quais as expectativas que a família tem em relação a sua produção e qual a importância do queijo para a família.

De maneira geral o queijo surgiu pela tradição familiar e cultural, em algumas propriedades surgiu da necessidade de agregar valor à produção que já existia na propriedade ou ainda para o custeio das despesas mensais.

O entrevistado PQAS 1 destaca que “A produção do Queijo Artesanal Serrano Catarinense surgiu da necessidade de aprender mais sobre o Saber-fazer ancestral e o resgate da receita, que os açorianos e portugueses trouxeram e fizeram chegar até a 13ª geração”.

Como descrito pela PQAS 2, “Surgiu na busca de uma nova oportunidade do que fazer na propriedade, para não ficar só no gado de corte. Estamos trabalhando para manter, porque hoje temos somente a queijaria. E como toda empresa tem que se manter, tem que se viabilizar e crescer”.

O estudo certifica os achados de Buralli et al. (2021), ao destacar a importância da tradição, da agregação de valor e da geração de renda como fatores que motivam a produção de queijo artesanal, a qual representa um importante instrumento de desenvolvimento rural, especialmente para as famílias agricultoras em áreas com poucas alternativas de trabalho.

As questões seguintes estavam relacionadas às certificações. Qual a certificação do queijo artesanal serrano produzido naquela propriedade? Qual a importância que a certificação tem para a propriedade e para a produção? E o que mudou depois da certificação? A figura 37 selos e certificações, aponta as certificações que os produtores possuem e a contribuição que trouxe para a propriedade.

Figura 37
Selos e certificações

Entrevistado	Certificações	Contribuição
PQAS 1	Selo de Inspeção Municipal - SIM Selo Arte Selo Verde Indicação geográfica – IG	“A garantia que o consumidor terá um produto de qualidade, e ter uma visibilidade além das porteiras da propriedade”.
PQAS 2	Selo de Inspeção Municipal - SIM	“Trouxe a possibilidade de comercializar da forma correta, trouxe ainda o reconhecimento e a visibilidade de nosso produto”.
PQAS 3	Selo de Inspeção Municipal – SIM Selo Arte	“Melhorou a renda, até pela valorização, pela comercialização fora do estado sem risco, então isso

		ajudou bastante”.
PQAS 4	Selo de Inspeção Municipal - SIM	“A legalização foi bem importante porque os supermercados grandes, se o produto não for legalizado certificado, não aceita para revenda. Nesse sentido, ajudou muito para manter o nosso produto no mercado, tornar um produto conhecido e, além disso, um produto que tenha excelência em qualidade”.
PQAS 5	Selo de Inspeção Municipal - SIM	“Permitiu que pudéssemos comercializar o nosso produto em todas as cidades da região da Amures”.
PQAS 6	Selo de Inspeção Municipal - SIM	“O conhecimento do produto, a valorização do queijo que já é tradição”.
PQAS 7	Selo de Inspeção Municipal - SIM	“Com certeza contribuem, porque até então, a gente trabalhava na informalidade, e agora, com o projeto do que o serrano, isso aqui veio dar uma dimensão maior. O queijo, era um pouco restrito e com a legalização veio ser conhecido pela mídia, então ele contribuiu bastante”.
PQAS 8	Selo de Inspeção Municipal - SIM	“É muito importante, que agrega bastante valor”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Todas as propriedades possuem a certificação do SIM – Selo de Inspeção Municipal, que garante que o produto é inspecionado em sua produção primária, armazenamento e distribuição dos produtos de origem animal, com a finalidade de observar as normas sanitárias a fim de permitir que o consumidor possa adquirir alimentos de origem animal de qualidade.

Somente duas propriedades têm a certificação do Selo Arte, que se trata de uma certificação de identidade e qualidade, a qual possibilita que o produto produzido de forma artesanal possa ser comercializado em todo o território nacional, criado pelo Decreto n.º 9.918/2019. E somente uma propriedade possui a Indicação Geográfica, fato este se deve pelas exigências da legislação vigente.

O estudo constata os achados de Pachoud e Coy (2018), ao destacar a importância da certificação para a produção de queijo artesanal, oferece diversos benefícios aos produtores, mas que enfrenta desafios que exigem o apoio do Estado e a mobilização dos produtores para o desenvolvimento da produção do queijo artesanal serrano.

Por conseguinte, a pergunta estava relacionada à importância que a Indicação Geográfica trouxe para os produtores do queijo artesanal serrano, mesmo que não possuam a certificação.

Constatou que a IG trouxe um reconhecimento para as queijarias, para a realização da produção do queijo artesanal serrano, veio para somar e foi muito importante.

Observa-se que, mesmo as propriedades que não possuem a indicação geográfica, ela contribuiu para o crescimento, para o reconhecimento e para a valorização dos queijos produzidos nas demais propriedades.

A IG trouxe um marketing gratuito para o produto, fortalecendo toda a dedicação e a história dos produtores de queijo artesanal serrano.

O estudo corrobora os achados de Yamaguchi et al. (2023), ao destacar a importância da IG para o reconhecimento, valorização e desenvolvimento da produção de queijo artesanal serrano. A IG beneficia todas as propriedades da região, inclusive as que não possuem a certificação, e depende da participação ativa dos produtores para o seu sucesso.

No intuito de complementar a análise, foram questionados para os demais entrevistados, qual o motivo de não possui a indicação geográfica e o que impede para que busquem ter a IG em sua produção. Na percepção dos entrevistados a indicação geográfica exige algumas questões que são inviáveis na propriedade. Uma das questões está relacionada ao tipo de gado, para obter a IG, o gado deve ser o gado de corte e a propriedades possuem gado de leite. Outra questão está relacionada ao trato dos animais, que devem ser alimentos apenas com pastagem nativa, o que torna um pouco inviável devido que as propriedades utilizam outras formas no trato dos animais.

Foi questionado quais as contribuições que a IG trouxe para a única propriedade certificada com IG, PQAS 1. “Sempre percebemos a necessidade de uma legalização para o nosso produto, nosso objetivo sempre foi a legalização. A comercialização de nosso produto sempre foi com o queijo legalizado e sempre buscamos mais em relação a certificação. Nosso produto é considerado o próprio queijo artesanal serrano, produzido na serra e hoje

podemos comercializar ele no Brasil todo. A IG é a certeza que o nosso produto é reconhecido como um produto único, exclusivo e só produz nos campos de cima da serra. Ela agrega valor ao produto e traz o reconhecimento para todas as propriedades, mesmo para aqueles que não possuem a certificação, foi muito significativo”.

4.1.5 Síntese do Resultado da Pesquisa

De acordo com o resultado da pesquisa, conclui-se que as propriedades pertencentes à agricultura familiar são fundamentais como fontes de renda para as famílias e como portadoras de tradições e conhecimentos transmitidos ao longo de gerações. A agricultura familiar desempenha um papel vital nessas comunidades, proporcionando sustentabilidade econômica e preservando práticas culturais.

Outro ponto observado nas entrevistas é a diversificação das atividades nas propriedades, como produção de queijo, leite, vegetais e criação de animais, o que reflete uma abordagem estratégica para otimizar as fontes de renda.

A comercialização dos produtos muitas vezes ocorre em mercados locais, destacando-se a importância das redes comunitárias.

Os entrevistados demonstraram uma forte ligação com a terra, que muitas vezes é herança de gerações passadas; dessa forma, demonstram o conhecimento tradicional, enraizado na experiência familiar, coexiste com a adoção de novas tecnologias e capacitações, refletindo uma abordagem equilibrada entre tradição e inovação.

A participação em programas governamentais, como o PRONAF e o Programa mais alimentos, destaca a importância do apoio institucional para fortalecer as atividades da agricultura familiar. Outro ponto relevante está ligado à educação e capacitação continuada, muitas vezes fornecidas por entidades como a Epagri, que desempenham um papel crucial na melhoria das práticas e no desenvolvimento sustentável.

Observa-se ainda, a resiliência das famílias aos desafios, sejam eles econômicos, climáticos ou até mesmo de melhoria nos processos, evidencia a natureza adaptativa e perseverante dos agricultores familiares.

Quanto à preservação do conhecimento, que é transmitido oralmente e por meio de práticas diárias. É uma prioridade, e que na concepção dos entrevistados é a garantia que as

tradições sejam preservadas para as futuras gerações, a figura 38, nuvem de palavras de destaque dos achados da pesquisa, ilustra graficamente os achados da pesquisa.

Figura 38

Nuvem de palavras de destaque dos achados da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa 2023

O estudo destaca a importância de abordagens holísticas ao examinar as propriedades rurais da agricultura familiar e produtoras do queijo artesanal serrano, considerando os aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais. E observa-se ainda que a manutenção das famílias nas propriedades, a realização de suas rendas está intrinsecamente ligada à interconexão entre sustentabilidade, respeito às tradições e busca contínua por aprimoramento.

Os resultados das entrevistas revelam uma realidade complexa e multifacetada das propriedades rurais pertencentes à agricultura familiar. Várias questões emergem dessas discussões, destacando a resiliência, a adaptação e a busca contínua por equilíbrio entre tradição e inovação, conforme demonstra a figura 39, percepção da análise das entrevistas, que aponta as questões analisadas nas entrevistas referente a sete percepções, da análise das entrevistas.

Figura 39

Percepções da análise das entrevistas

Resiliência e Adaptabilidade	
Os agricultores familiares enfrentam diversos desafios, incluindo condições climáticas diversas, pressões econômicas e a necessidade de se adaptarem às mudanças no setor agrícola.	A diversificação de atividades, como a produção de queijo, surge como uma estratégia para mitigar riscos e otimizar fontes de renda.
Conhecimento tradicional e inovação	
A transição intergeracional do conhecimento é evidente, com as práticas sendo passadas de pais para filhos.	A introdução de tecnologias modernas, como a mecanização da ordenha, coexiste com métodos tradicionais na produção de queijo, ilustrando uma abordagem híbrida e equilibrada.
Sustentabilidade Econômica e Ambiental	
As propriedades rurais são, em grande parte, sustentáveis economicamente, contribuindo significativamente para a renda das famílias.	A participação em programas governamentais e a busca por certificações refletem o compromisso com a sustentabilidade e o reconhecimento do valor dos produtos locais.
Redes Comunitárias e Apoio Institucional	
A venda local em mercados e a relação com entidades como Epagri destacam a importância das redes comunitárias e de apoio institucional para o sucesso das propriedades.	Rede de apoio e troca de conhecimento e experiências entre moradores da mesma localidade.
Preservação da Terra e do Patrimônio familiar	
A relação emocional e histórica com a terra é evidente, muitas vezes sendo herança de gerações passadas.	Mesmo que não exista a titulação, existe a espera para consolidar a posse.
Educação e Capacitação	
A participação em cursos e treinamentos oferecidos por instituições como a Epagri é uma estratégia proativa para aprimorar habilidades e manter-se atualizado sobre práticas agrícolas modernas.	A intenção é que as futuras gerações tenham capacitações e estrutura escolar adequada.
Desafios e Perspectivas Futuras	
Limitações na capacidade de expansão da produção devido a estrutura familiar são reconhecidas. A discussão sobre a sucessão e o envolvimento dos filhos nas atividades agrícolas é um ponto	O reconhecimento da importância de certificações, como o SIM, IG e o Selo Arte, para agregar valor aos produtos indica uma conscientização sobre o mercado e as oportunidades de crescimento.

relevante.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

As discussões sugerem que o equilíbrio delicado entre manter tradições e adotar inovações é crucial para o sucesso e a manutenção dessas famílias em suas propriedades rurais. A resiliência, a sustentabilidade e a preservação do conhecimento tradicional emergem como pilares fundamentais.

Outro fato, é que a interação entre a comunidade local e o suporte institucional é essencial para enfrentar desafios e explorar oportunidades futuras.

Algumas observações sobre a gestão do conhecimento são observadas nas entrevistas realizadas nas propriedades rurais da agricultura familiar, conforme descrito na figura 40, estrutura das propriedades quanto ao conhecimento conforme análise da entrevista, a qual aponta os principais achados na pesquisa.

Figura 40

Estrutura das propriedades quanto ao conhecimento conforme análise da entrevista



A gestão do conhecimento nessas propriedades é baseada em práticas tradicionais transmitidas de geração em geração, o que destaca a importância do conhecimento tácito, não formalizado em manuais, mas incorporado nas práticas diárias.

Entretanto, o conhecimento é frequentemente transmitido dentro das famílias, destacando um aspecto informal e oral da gestão do conhecimento, isso é evidente quando os agricultores mencionam que aprenderam com seus pais e agora estão transmitindo aos seus filhos.

E ainda, a gestão do conhecimento é promovida por meio da participação em cursos e capacitações, onde surge uma abertura para aprender novas práticas e métodos, integrando conhecimento externo ao contexto local, a figura 41, espiral do conhecimento nas propriedades rurais pertencentes a agricultura familiar, apresenta a espiral do conhecimento existente nas propriedades pertencentes a agricultura familiar.

Quanto a gestão documental, constatou-se que é limitada, com destaque para a transmissão oral e prática. Embora tenham participado de cursos e treinamentos, não foi enfatizado um registro formal do conhecimento adquirido.

A troca de experiências entre vizinhos e agricultores da comunidade é mencionada como uma forma de aprendizagem, e essa interação entre pares destaca uma dimensão social na gestão do conhecimento.

A adaptação a mudanças pode ser observada em virtude da busca por cursos e a adaptação a práticas modernas, como certificações, o que indica uma consciência da necessidade mesmo que involuntária de gestão do conhecimento, para acompanhar as mudanças do setor.

Quanto ao conhecimento empírico, observa-se que especialmente na produção de queijo artesanal serrano, é valorizado, pois é observado que os agricultores expressam o seu orgulho na tradição e na qualidade do produto, e que isso é resultado direto do conhecimento acumulado ao longo do tempo.

Outro ponto observado é o desafio da sucessão nas propriedades, onde se destaca uma preocupação com a transferência de conhecimento entre as futuras gerações, e a eficácia da gestão do conhecimento deve incluir estratégias para garantir a continuidade da produção.

O compartilhamento do conhecimento emergiu como um elemento crucial nas entrevistas, sendo que, muitos dos entrevistados destacaram que o conhecimento sobre a produção e as boas práticas de produção do queijo artesanal serrano é transmitido de geração em geração, sendo compartilhados na família, criando uma continuidade nas técnicas de produção.

Outra forma de compartilhamento, está relacionado a outros agricultores, e essas trocas acontecem durante eventos, cursos e nas interações cotidianas.

Outro ponto importante em relação ao compartilhamento do conhecimento que pode ser observado nas entrevistas está relacionado a preservação da tradição e segredos de fabricação, na concepção dos agricultores a preservação das técnicas irá guardar e proteger garantindo a autenticidade dos produtos.

Desta forma, o compartilhamento do conhecimento é um componente vital para a manutenção das propriedades, para o êxito dos negócios, mantendo as práticas tradicionais e facilitando a integração de métodos mais recentes e exigências da legislação atual. E, ainda, o aprendizado contínuo é fundamental para aprimorar a produção e enfrentar os desafios em evolução na agricultura familiar. Em relação a certificação, todos os entrevistados, mencionam a obtenção da Certificação SIM, para suas queijarias, garantindo que os seus produtos atendam a padrões de segurança e qualidade local.

Quanto à identificação geográfica, apesar de apenas umas das propriedades possuir, os entrevistados destacam como sendo uma certificação valiosa para todos os produtores, pois ela posiciona os produtos como únicos de uma determinada região, agregando valor a toda a produção local.

De forma geral, as certificações são reconhecidas como uma forma de obter reconhecimento e agregar valor aos produtos e que podem abrir portas para novos mercados e consumidores. E ainda, que a obtenção de certificação representou uma mudança significativa na produção, sendo que as queijarias evoluíram de operações informais para estabelecimentos legais, proporcionando maior confiança aos consumidores. Destacam ainda que a relação com órgãos governamentais, são essenciais para garantir a conformidade com regulamentações e padrões.

Outro fator importante observado está relacionado a renda, de acordo com as entrevistas realizadas, foi recorrente indicando sua importância central para as propriedades pertencentes à agricultura familiar.

Como fonte de renda às famílias precisavam se reinventar ou até mesmo resgatar as tradições familiares e a produção de queijos emergiu como a principal fonte de renda nas propriedades, e a comercialização desses produtos, especialmente após a certificação, contribuiu significativamente para a geração de receita.

Outro ponto importante mencionado é a diversificação de produtos para o consumo próprio, como leite, ovos, carnes, e vegetais cultivados na horta, e essa diversificação tem um impacto positivo nas despesas domésticas.

Como perspectiva futura relacionada à renda, vários dos entrevistados expressaram o desejo de alcançar estabilidade financeira por meio de suas atividades nas propriedades rurais, planejando aposentadorias e a transmissão do conhecimento para as próximas gerações são estratégias mencionadas para garantir a continuidade de seus trabalhos realizados e o sucesso financeiro da propriedade.

Quanto a mecanização e tecnologias nas propriedades pode-se destacar pontos como, ordenha mecanizada e equipamentos agrícolas. Em várias das propriedades a ordenha é uma atividade mecanizada, o que melhora a eficiência operacional, e que contribui para aumentar a produtividade e facilitar o manejo do gado leiteiro, essa prática é uma das exigências para a certificação.

A modernização das instalações da produção do queijo foi mencionada pelos entrevistados, como por exemplo a construção de local apropriado para a fabricação dos queijos, para atender os padrões sanitários de fabricação mais rigorosos.

A utilização de equipamentos agrícolas é outro ponto presente nas propriedades, que possuem tratores e equipamentos agrícolas, como grade de pastagem, isso sugere a utilização de maquinários na preparação do solo e na produção, indicando uma abordagem moderna para a gestão da terra.

Porém existem desafios com a tecnologia, em algumas situações, os agricultores enfrentam desafios com a implementação e adoção de tecnologias mais avançadas, que podem incluir limitações financeiras ou resistência à mudança.

E ainda, embora existam elementos de mecanização, as propriedades geralmente destacam a abordagem artesanal e tradicional na produção do queijo, o que sugere um equilíbrio entre a incorporação de tecnologia e a preservação das práticas tradicionais.

Sendo que existe uma compreensão da necessidade de equilibrar o uso da tecnologia na agricultura, é percebido pelos agricultores que a tecnologia pode tanto ajudar quanto atrapalhar, destacando a importância de usá-la de forma consciente.

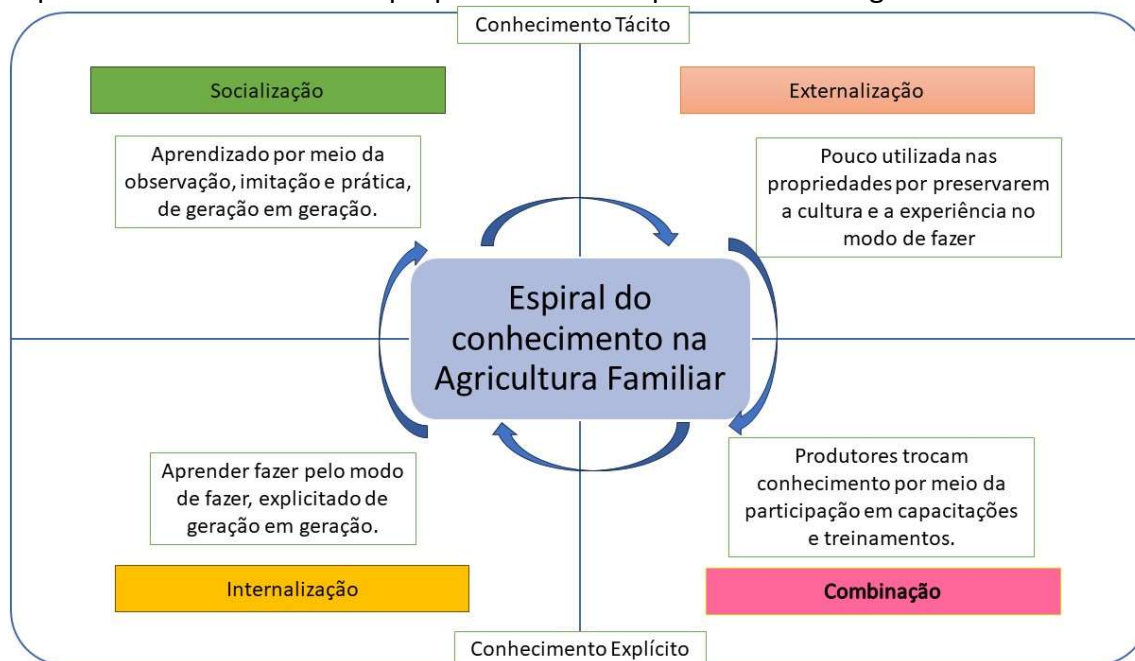
Quanto à estrutura familiar e a participação nas atividades, muitas das propriedades contam com a participação ativa de membros da família nas atividades de produção, como ordenha e fabricação, quanto na gestão e tomada de decisões.

Diante dos achados na pesquisa pode-se concluir que a estrutura familiar é uma parte essencial da dinâmica das propriedades pertencentes a agricultura familiar, influenciando a continuidade das tradições, o compartilhamento do conhecimento e o desenvolvimento futuro da propriedade. A gestão eficaz muitas vezes envolve a colaboração e o envolvimento ativo de membros da família em todas as fases do trabalho na propriedade.

Quanto à tradição familiar emerge como um fio condutor que liga o passado ao presente, fornecendo uma base sólida para o modo de vida e as atividades das propriedades. O respeito pelas práticas tradicionais muitas vezes coexiste com a adaptação às demandas e mudanças do mundo contemporâneo.

Figura 41

Espiral do conhecimento nas propriedades rurais pertencentes a agricultura familiar



Fonte: Adaptado de Nonaka & Takeuchi (1997; página 80-81)

A análise quanto a gestão do conhecimento nas propriedades da agricultura familiar entrevistadas é um aspecto significativo, a figura 42, tratamento do conhecimento nas propriedades conforme achados na pesquisa apresenta várias observações que podem ser feitas sobre como essas famílias tratam o conhecimento relacionado a produção, em particular, à produção de queijo e à administração da propriedade.

A elaboração da figura 42, se baseou a partir dos estudos de (Amante & Petri, 2017; Binotto et al., 2013; Diniz et al., 2020; Freire et al., 2012; Rech et al., 2012; Zidora et al., 2022)

Figura 42

Tratamento do conhecimento nas propriedades conforme achados na pesquisa

Transmissão oral e prática	Grande parte do conhecimento é transmitido oralmente de geração em geração. A prática direta muitas vezes desde a infância, é uma forma essencial de aprendizado, a experiência é valorizada tanto quanto a teoria.
Capacitação e treinamento	As famílias reconhecem a importância da educação contínua. A participação em cursos e treinamentos, é uma prática comum para aprimorar habilidades específicas, como a produção de queijo.
Alianças estratégicas	Parcerias com instituições como Epagri, Senai e Sebrae são

	citadas como cruciais para a obtenção de treinamento e assistência técnica. Essas instituições são vistas como aliadas que contribuem para a inovação e o aprimoramento.
Adaptação tecnológica	A introdução de tecnologias é percebida de maneira equilibrada. A mecanização é adotada de acordo com as necessidades e praticidade, especialmente na ordenha e em algumas etapas da produção do queijo.
Registro Informal	O conhecimento muitas vezes é mantido de maneira informal, sem documentação formal. Visitas de instituições, como a Epagri, muitas vezes envolvem compartilhamento verbal de práticas e conhecimentos.
Envolvimento Familiar na Gestão	A gestão do conhecimento está intimamente ligada à gestão da propriedade como um todo. A família muitas vezes trabalha como uma unidade coesa, onde os membros compartilham responsabilidades e conhecimentos.
Repasse de Experiências	Além de treinamentos formais, o compartilhamento de experiências entre vizinhos e agricultores locais é comum. Há uma cultura de repassar dicas práticas e “segredos” que foram aprendidos ao longo dos anos.
Integração de Novos Conhecimentos	A gestão do conhecimento não é apenas sobre a tradição, mas também sobre a integração de novos aprendizados. A busca por melhores práticas e o aprimoramento contínuo são aspectos essenciais.
Perspectiva Geracional	A transição geracional não se limita à transferência de propriedade, mas também à transferência de conhecimento. Os mais jovens são incentivados a aprender e contribuir com novas ideias.
Valorização do saber Prático	O conhecimento prático, como segredos na fabricação do queijo, é valorizado tanto quanto o conhecimento técnico. Há uma compreensão de que a combinação dos dois é essencial para o sucesso.

Desta forma observa-se que a gestão do conhecimento nas propriedades pertencentes a agricultura familiar não é apenas uma prática técnica, mas uma parte integrante da dinâmica familiar e operacional. A abordagem equilibrada entre tradição e inovação contribui para a sustentabilidade e o sucesso contínuo dessas atividades agrícolas.

Considerando o contexto das propriedades pertencentes à agricultura familiar estudadas, várias ferramentas e práticas da gestão do conhecimento podem ser implementadas para aprimorar as operações e sustentar o conhecimento ao longo do tempo.

Conforme estudos realizados alguns autores trazem ferramentas e práticas que podem ser inseridas nas organizações, desta forma as famílias da agricultura familiar podem utilizar dessas ferramentas e práticas para contribuir para o aprimoramento da produção em suas propriedades, conforme apresenta a figura 43, a qual sugere a implantação de algumas dessas ferramentas e práticas nas propriedades rurais, baseados nos estudos de (Alvares et al., 2021; Amante & Petri, 2017; Guimarães et al., 2009; Ikujiro Nonaka & Hirotaka Takeuchi, 1997; Kaveny, 2013; Vasconcelos et al., 2012).

Figura 43

Sugestão de ferramentas e práticas da gestão do conhecimento

Plataformas Digitais de Registro	
Introduzir sistemas digitais simples para registrar práticas e conhecimentos valiosos.	Poderia ser uma base de dados ou um sistema de gestão do conhecimento que permita às famílias documentar e acessar informações importantes.
Treinamento Online	
Aplicar os recursos de treinamento online para fornecer acesso fácil a cursos e material educativo.	Pode ser útil para os membros das famílias que não podem participar presencialmente de treinamentos pelo trabalho excessivo.
Redes Sociais Agrícolas	
Participar de redes sociais específicas para agricultores.	Pode auxiliar no compartilhamento de experiências, dicas e informações de incentivo, um espaço valioso para a troca de conhecimentos.
Workshops Interativos	
Realizar Workshops interativos nas propriedades incentivando a participação ativa.	Pode envolver a demonstração prática de novas técnicas, seguida de discussões para integrar o aprendizado.
Mentoria formal	
Estabelecer programas formais de mentoria, onde agricultores mais experientes orientam os mais jovens.	Pode ajudar na transferência estruturada de conhecimento e promover a continuidade geracional.
Incentivar o Registro Formal	
Estabelecer a prática de registrar formalmente os processos e práticas de produção.	Pode ser útil para certificação e conformidade com regulamentos.
Eventos de Benchmarking	
Organizar eventos de benchmarking, nos quais agricultores podem visitar propriedades de destaque para aprender e compartilhar práticas eficazes.	Estimula a troca de conhecimento entre comunidades agrícolas.

Aplicativos Móveis	
Desenvolver ou adotar aplicativos móveis específicos para a agricultura.	Oferecendo recursos como previsões climáticas, lembretes de práticas agrícolas sazonais e acesso a recursos educativos.
Reconhecimento de Boas Práticas	
Estabelecer um sistema de reconhecimento de boas práticas agrícolas.	Pode incentivar a implementação de métodos eficazes e promover uma cultura de aprendizado contínuo.
Programas de Certificação Conjunta	
Participar de programas de certificação conjunta, onde várias propriedades agrícolas podem buscar certificações juntas.	Essa prática não apenas simplifica o processo, mas também cria uma comunidade de práticas sustentáveis.

A implementação dessas ferramentas e práticas deve ser adotada considerando as necessidades específicas de cada propriedade. A abordagem deve ser adaptada para garantir que seja prática, eficaz e alinhada com os valores e métodos de trabalho das famílias.

A figura 44, apresenta como essas ferramentas e práticas podem ser adotadas seguindo alguns critérios os quais podem auxiliar as propriedades de forma a contribuir para os sistemas produtivos, baseado nos estudos de (Alvares et al., 2021; Amante & Petri, 2017; Guimarães et al., 2009; Kaveny, 2013; Takeuchi & Nonaka, 2008; Vasconcelos et al., 2012).

Figura 44

Critérios para auxiliar na implantação das ferramentas de gestão do conhecimento

Ferramentas ou práticas	O que fazer	Como fazer	Resultado esperado
Plataformas Digitais de Registro	Implementar uma plataforma digital simples e intuitiva	Registrar informações importantes sobre práticas agrícolas, como datas de plantio, métodos específicos, condições climáticas e resultados obtidos.	Criar um histórico valioso para que possa ser compartilhado e referenciado no futuro.
Treinamento online	Facilitar o acesso a treinamentos online	Por meio de parcerias com instituições educacionais ou desenvolvimento de cursos próprios.	Aprender no próprio ritmo e revisar materiais sempre que necessário.
Redes sociais agrícolas	Incentivar a participação em grupos específicos.	Participar de grupos de redes sociais voltadas para agricultores.	Compartilhar experiências, fazer perguntas, e aprender com os

			desafios e sucessos dos outros.
Workshops Interativos	Realizar workshops práticos nas próprias propriedades.	Envolver demonstração ao vivo de novas técnicas, seguidas de discussões abertas.	Todos podem contribuir com suas observações e sugestões.
Mentoria formal	Estabelecer um programa estruturado de mentoria.	Agricultores mais experientes possam orientar os mais jovens.	Envolver sessões regulares de mentoria, abordando temas específicos e fornecendo orientação personalizada.
Incentivar o registro formal	Criar um sistema incentivando o registro formal de práticas agrícolas.	Vinculado a incentivos ou certificações.	Apoiar a gestão do conhecimento, ser útil em processos de certificação e conformidade.
Eventos de Benchmarking	Organizar visitas programadas a propriedades	Em propriedades que têm destaque no setor.	Fornecer oportunidade para aprender observando a aplicação prática em outros contextos.
Aplicativos móveis	Desenvolver ou adotar aplicativos móveis.	Aplicativos que forneçam funcionalidades específicas para agricultores, como alertas meteorológicos, calendários agrícolas personalizados e acesso fácil a recursos educativos.	Manter os agricultores informados, compartilhar práticas e conhecimentos.
Reconhecimento de boas práticas	Estabelecer um sistema que premie práticas agrícolas sustentáveis e inovadoras.	Reconhecer publicamente métodos eficazes e a dedicação dos produtores.	Fazer com que mais produtores adotem métodos e se dediquem à produção.
Programas de certificação conjunta	Participar de programas que reúnem várias propriedades agrícolas.	Simplificar processos de certificação.	Criar economias de escala e fortalecer a comunidade agrícola como um todo.

A implementação dessas estratégias deve ser flexível e adaptável à realidade de cada propriedade. A gestão do conhecimento eficaz é uma jornada contínua, e a colaboração entre as famílias pertencentes a agricultura familiar e as instituições de apoio são fundamentais para o sucesso dessas práticas.

Essas práticas não apenas melhoram a eficiência e a qualidade da produção, mas também fortalecem a resiliência da comunidade e das famílias pertencentes a agricultura familiar.

4.2 APLICABILIDADE DO ESTUDO

O estudo contribuiu com relevância científica e social, levando em consideração que na visão dos produtores para que eles sejam vistos, reconhecidos e valorizados, estudos precisam ser realizados. Na percepção dos entrevistados o trabalho deles é árduo e, por muitas vezes, não reconhecido.

Nas falas dos produtores, observou-se, ainda, que são conhecedores de sua produção, primam pela qualidade de seu produto e pela garantia de que os consumidores estejam satisfeitos. Porém, ainda são críticos quando se fala em mudança ou no uso de novas tecnologias em suas propriedades.

Conforme os dados coletados, a sobrevivência financeira das famílias está diretamente ligada à sua produção e ao trabalho realizado nas propriedades, sendo que muito do que se consome diariamente vem da produção realizada por eles.

Neste sentido, o presente estudo é importante para que os produtores vejam as suas propriedades como uma organização, que são empreendedores e precisam se organizar como tal.

Outro fato que se observou, foi a transmissão do conhecimento realizada na propriedade, que acontece na maioria das vezes somente de forma tácita, não sendo levado em consideração uma outra prática ou a utilização de ferramentas adequadas para que o conhecimento seja transmitido.

De maneira geral, a organização não acontece e o único ponto levado em consideração é referente às exigências das certificações quanto ao modo de fazer e as normas sanitárias.

Sendo assim, o presente estudo colabora para uma outra percepção a cerca de uma gestão melhor estruturada e que os produtores se sintam valorizados diante do cenário ao qual estão inseridos. E ainda, na importância socioeconômica que as propriedades representam para a região da serra catarinense.

Pois, a decisão de permanecer nas propriedades rurais, ou ainda, de retornar para o interior com a finalidade de se manter por meio da produção realizada na propriedade, e ainda de buscar a formalização da produção do queijo artesanal serrano é uma questão socioeconômica, mas que depende de diversos fatores entre eles as características da família produtora e as relações que a mesma mantém com a sociedade.

Por outro lado, o presente estudo acadêmico permite que a sociedade conheça a história do queijo artesanal serrano, que faz parte da história de nossa região e que por muitas vezes não é conhecida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se iniciou com o objetivo geral de analisar ferramentas e práticas da gestão do conhecimento que podem contribuir para o aprimoramento dos sistemas produtivos da agricultura familiar na Serra Catarinense. Para atingir o objetivo geral alguns objetivos específicos foram traçados. Primeiramente verificou-se na literatura as ferramentas e práticas da gestão do conhecimento, organizou-se o entendimento na literatura a respeito do tema proposto, mediante as referências adotadas. Conclui-se que para adotar as ferramentas e práticas da gestão do conhecimento é necessário analisar aspectos da dimensão das organizações, porém podem ser adotadas por todo e qualquer tipo de seguimento desde que adaptadas ao mesmo.

Para dar continuidade ao estudo foi estabelecido o segundo objetivo de caracterizar o perfil sociodemográfico dos participantes, para que se possa conhecer mais sobre a população que se encontra nas propriedades da agricultura familiar, analisando variáveis relacionadas à idade, gênero, escolaridade e qual a principal ocupação dos entrevistados na propriedade.

Na sequência e atendendo ao terceiro objetivo específico, foram descritos como são desenvolvidos os processos produtivos das famílias da agricultura familiar na Serra Catarinense, desta forma analisa-se que existe a necessidade de adaptação e de estruturação.

A agricultura familiar é organizada e produtiva, inserida em pequenas propriedades tendo as suas especificidades e potenciais, pois ao mesmo tempo que o produtor rural é o responsável pela produção é o gestor da propriedade. Observa-se que esses agricultores não se veem como gestores ou empreendedores, a formação profissional ou os treinamentos e capacitações voltadas para a gestão necessita ser adaptada à realidade da agricultura familiar. Atualmente os processos de produção são realizados com o uso de equipamentos e de mecanização, porém as famílias ainda têm dificuldades em adaptação às novas práticas e a adotar o uso de tecnologias.

Na visão dos entrevistados a introdução a novas tecnologias é vista como uma possibilidade, desde que respeite a natureza e a cultura local.

As famílias necessitam de orientação e apoio para gerir os seus negócios, e esses

auxílios vêm de instituições governamentais e da comunidade. Existe, ainda, a necessidade de apoio na forma de comercialização dos produtos, recomenda-se que sejam ampliadas as técnicas de comercialização com acesso a novas tecnologias de comercialização online, ampliando assim a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

A renda das famílias é, em sua maioria, advinda da produção realizada nas propriedades, a manutenção das famílias no campo é oriunda da produção realizada nas propriedades e uma das alternativas de se manter é na busca por sair da informalidade e seguir os critérios exigidas pelos sistemas de regulamentação, a fim de obter a certificação para que possam comercializar os produtos de forma legal.

Observou-se ainda que as estruturas das propriedades quanto a gestão do conhecimento é passada de geração em geração, somente de forma tácita, e na percepção dos agricultores é dessa forma para manter a tradição e a cultura local.

Atendendo o quarto objetivo específico nos resultados do estudo foi demonstrando algumas ferramentas ou práticas que podem ser adaptadas ao setor da agricultura familiar, com foco na produção do queijo serrano, essas ferramentas podem estar ligadas à produção ou a gestão da propriedade, entre eles se pode destacar as rede de apoio e compartilhamento de informação a utilização de ferramentas de tecnologia que aproxima os agricultores e o compartilhamento das boas práticas utilizadas nas propriedades.

A presente pesquisa evidenciou que a aplicação das ferramentas e práticas da gestão do conhecimento na agricultura familiar desempenha um papel crucial no fortalecimento da sustentabilidade, eficiência e resiliência desse importante setor que é base da economia local e regional.

Ao facilitar o compartilhamento do conhecimento, o acesso a informações técnicas, a capacitação e o uso inovador da tecnologia, essas abordagens contribuem para aprimorar as práticas da agricultura familiar, promover a tomada de decisões informadas e fortalecer as comunidades agrícolas.

A gestão do conhecimento capacita os agricultores familiares e, também, cria redes colaborativas que fomentam a inovação e a resolução conjunta de desafios.

Portanto, investir na gestão do conhecimento na agricultura familiar, adotando ferramentas e práticas contribui para a melhoria imediata da produção estabelece bases sólidas para o desenvolvimento sustentável a longo prazo para garantir a prosperidade das

comunidades rurais e a preservação das práticas agrícolas tradicionais e eficientes. E ainda, a adoção dessa gestão pode auxiliar na manutenção da cultura e na preservação da história das comunidades agrícolas.

O estudo desempenhou um papel importante ao fornecer evidências, orientações e soluções práticas para fortalecer a gestão do conhecimento e os sistemas produtivos da agricultura familiar. Na premissa que todos os setores sofrem mudanças constantes, a pesquisa contínua e a aplicação desses conhecimentos podem impulsionar a agricultura familiar. Sendo assim, a gestão do conhecimento, quando aplicada de forma eficaz na agricultura familiar, pode melhorar a resiliência, promover a sustentabilidade e impulsionar o desenvolvimento econômico nas comunidades rurais.

Nesta pesquisa a gestão do conhecimento emerge como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento da produção do queijo artesanal serrano, impulsionando a qualidade, a produtividade, a sustentabilidade e a valorização do produto.

E, para alcançar todo o potencial, desafios como acesso à informação, recursos financeiros e resistência à mudança precisam ser superados.

Como sugestão para estudos futuros recomenda-se realizar estudos de avaliação de impacto para medir os resultados das práticas de gestão do conhecimento na agricultura familiar. Isso inclui analisar como a implementação de novas tecnologias ou métodos de compartilhamento de conhecimento influencia a produtividade, sustentabilidade e resiliência.

A gestão do conhecimento eficaz na agricultura familiar emerge como um elemento essencial para a construção de comunidades rurais resilientes, sustentáveis e prontas para enfrentar os desafios, proporcionando não apenas prosperidade no presente, mas ainda preservando a riqueza do conhecimento das famílias da agricultura familiar para as gerações futuras. E a gestão do conhecimento é a chave para o futuro da produção de queijo artesanal serrano, garantindo a qualidade, a competitividade, a sustentabilidade do setor e a permanência das famílias no meio rural.

REFERÊNCIAS

- Alvares, L. M. A. de R., Itaborahy, A. L. C., & Machado, R. P. M. (2021). Modelo de Maturidade em Inteligência Organizacional: uma visão integrada à gestão da informação, gestão do conhecimento e inteligência competitiva. *Informação & Sociedade: Estudos*, 30(4), 1–21. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57352>
- Alves, R. R., & Campos, F. C. de. (2021). Gestão do conhecimento e práticas de explicitação de tácito para explícito: Uma revisão sistemática da literatura dos últimos 20 anos. *Exacta*, 19(4), 911–932. <https://doi.org/10.5585/exactaep.2021.16057>
- Amante, C. J., & Petri, C. A. (2017). Técnicas E Ferramentas De Gestão Do Conhecimento & Inovação: O Caso Do Instituto Federal De Santa Catarina. *XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária*, 16. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/181200%0Ahttp://files/61/Amante - TÉCNICAS E FERRAMENTAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO &.pdf>
- AMURES. (2017). *Queijo Artesanal Serrano abre caminho para Indicação Geográfica*. <https://amures.org.br/2017/08/07/noticia-438706/>
- AMURES. (2022). *AMURES - Associação de Municípios da Região Serrana*. <https://www.amures.org.br/>
- Arruda, U. De, & Schlickmann, A. D. M. D. F. B. F. (2012). *O queijo artesanal serrano nos altiplanos do Sul do Brasil* (Issue 49).
- Barbosa, A. S. (2023). *Experiência na legalização para queijos artesanais Histórico do CISAMA*.
- Barral, C. E., Ravaglia, C. C., Chaves, R. F., Reis, A. D. C., & Magnani, T. (2019). AS ORGANIZAÇÕES POTENCIALIZAM A GAMIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA GESTÃO DO CONHECIMENTO. *South American Development Society Journal*, 5(14), 161. <https://doi.org/10.24325/issn.2446-5763.v5i14p161-175>
- Batista, E. C., Matos, L. A. L. de, & Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11(3), 23–38. <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17910/11692>
- Benincá, T., Sant'Anna, V., Dos Santos Ramos Berreta, M., & Fortunel, F. (2020). Queijo de leite cru: estudos de caso com agroindústrias e vigilância sanitária no Departamento de Sarthe, França. *Revista Do Instituto de Laticínios Cândido Tostes*, 75(3), 168–177. <https://doi.org/10.14295/2238-6416.v75i3.812>
- Binotto, E., Nakayama, M. K., & Siqueira, E. S. (2013). A criação de conhecimento para a gestão de propriedades rurais no Brasil e na Austrália. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(4), 681–698. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400004>

LEI N° 11.326, de 24 de julho de 2006, 3 (2006).

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/paa/legislacao#:~:text=Lei n° 11.326%2F2006 – Estabelece,Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.>

LEI N° 11.947, DE 16 DE JUNHO, Pub. L. No. 11.947 de 16 de junho de 2009, 1 (2009).

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm

Brasil. (2010). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/>

Lei N° 12.512, de 14 de Outubro de 2011, 1 (2011).

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm

Brasil. (2015). *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ONU*. ONU Brasil.

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=9>

LEI NO 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017, (2017).

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19173773/do1-2017-07-14-lei-no-13-467-de

Certificado de Registro de Indicação Geográfica - BR 412017000006-3, (2020).

Brasil. (2022a). Atos do Poder Executivo. In *Diário oficial da união seção 1: Vol. N° 239* (Issue Atos do Poder Executivo). <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152019121100004

Brasil. (2022b). *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA*.

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br>

Brasil. (2022c). *Ministério da Cidadania*. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social>

Brasil. (2022d). *Ministério da Educação*. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>

Bruch, K. L., Vieira, A. C. P., & Barbosa, P. M. da S. (2015). O direito fundamental à proteção dos signos distintivos: uma análise comparativa entre marcas coletivas e indicações geográficas no ordenamento jurídico brasileiro. *Balcão Do Consumidor: Constitucionalismo, Novas Tecnologias e Sustentabilidade*, November, 231–256. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.1059.5926>

Buralli, R. J., Ribeiro, H., Leão, R. S., Marques, R. C., Silva, D. S., & Guimarães, J. R. D. (2021). Conhecimentos, atitudes e práticas de agricultores familiares brasileiros sobre a exposição aos agrotóxicos. *Saúde e Sociedade*, 30(4), 1–13. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902021210103>

CAPES. (2019). Documento de Área Área 45 : Interdisciplinar. MEC - Ministério Da Educação, 0–22.

CAPES. (2020a). CAPES. CAPES.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/conselho-tecnico-cientifico-da-educacao-superior/atas-ctc-es/ata-198.pdf>

CAPES. (2020b). *Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação*. Tabela de Áreas Do Conhecimento/Avaliação.

<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>

Carbonera, R., Fernandes, S. B. V., Oliveira, F. G. de, Mello, J. B., Uhde, E. M., & Rigo, D. S. (2020). Diversidade de sistemas produtivos e sustentabilidade na agricultura. *DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate*, 10, 98–118.

<https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2505>

Carneiro, S. M. M. (1994). Interdisciplinaridade: um novo paradigma do conhecimento?

Educar Em Revista, 10, 99–109. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.132>

Castro, A. B. C. de, Miranda, A. L. B., Nodari, C. H., & Andrade, T. B. F. (2021). Transferência de conhecimento: contribuições da gestão do conhecimento e da capacidade absorptiva.

Innovar, 32(84), 123–140. <https://doi.org/10.15446/innovar.v32n84.99864>

Ceolin, L. V., Alvim, L., & Ambrosini, L. B. (2020). *Queijo artesanal serrano nos campos de cima da serra (RS): análise da dimensão institucional de um sistema agroalimentar localizado*. 81–99.

Córdova, U. de A., & Schlickmann, A. de F. de M. B. F. (2015). A CONTRIBUIÇÃO DO QUEIJO ARTESANAL SERRANO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PRESERVAÇÃO DOS CAMPOS DE ALTITUDE DO SUL DO BRASIL. *Cadernos de Prospecção*, 8(1), 150–157.

<https://doi.org/10.9771/S.CPROSP.2015.001.017>

Cruz, F. T. da. (2020). Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(2). <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.190965>

Cruz, N. B. da, Jesus, J. G. de, Bacha, C. J. C., & Costa, E. M. (2021). Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 59(3), 1–20. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.226850>

Dallabrida, V. R. (2023). SIGNOS DISTINTIVOS TERRITORIAIS E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: BASE TEÓRICA E UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA AVALIAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS / TERRITORIAL DISTINCTIVE SIGNS AND GEOGRAPHICAL INDICATION: THEORETICAL BASIS AND A METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR EVALUATING EXP. *Informe GEPEC*, 27(2), 389–413. <https://doi.org/10.48075/igepec.v27i2.31161>

Dallabrida, V. R., Baukart, K. S., & Guinzani, W. (2020). Signos - distintivos territoriais e indicação geográfica: uma avaliação de experiências com a aplicação de instrumental metodológico. *Interações (Campo Grande)*, 27(Abril), 195–211.

<https://doi.org/10.20435/inter.v21i1.2635>

- De Lima, J. B. G. (2015). A Inserção da Pesquisa Científica no Meio Social. *Mundo Da Saude*, 39(1), 7–10. <https://doi.org/10.15343/0104-7809.20153901710>
- Delgado, G. costa, & Bergamasso, S. M. P. P. (2017). AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE FUTURO. In *Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro*.
[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura Familiar_WEB_LEVE.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura_Familiar_WEB_LEVE.pdf)
- Dias, P. C., Barbosa, I. R. de O., Barbosa, R. M. S., Ferreira, D. M., Soares, K. C. B., Soares, D. D. S. B., Henriques, P., & Burlandy, L. (2020). Purchases from family agriculture for school feeding in Brazilian capitals. *Revista de Saúde Pública*, 54(73), 73. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054001963>
- Diniz, D. M., Mendonça, F. M. de, Oliveira, F. B. de, & Sant'Anna, A. de S. (2020). Mecanismos de transferência de conhecimento interorganizacional: um estudo na maior instituição brasileira de pesquisa agropecuária. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(spe), 713–728. <https://doi.org/10.1590/1679-395175538>
- Dos Santos Facco, H., Diska, N. M., & Pinto da Silva, G. (2021). As vivências como metodologia de ensino da extensão rural: a aproximação entre estudantes e agricultores para a compreensão da realidade social. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 102(262), 821–838. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102i262.4531>
- Elias, L. de P., Belik, W., Cunha, M. P. da, & Guilhoto, J. J. M. (2019). Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(2), 215–233. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.171266>
- Epagri/Cepa. (2021). *Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI*. <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2021/04/28/impacto-do-valor-da-producao-agropecuaria-catarinense-tem-reflexo-na-arrecadacao-de-impostos-e-geracao-de-empregos/>
- Fazenda, I. (2008). O que é interdisciplinaridade? In Cortez Editora (Ed.), *News.Ge*.
- Feitosa, E. R. M., Nunes, E. M., Andrade, H. D. de, Schneider, S., & Rocha, A. B. da. (2022). Nexus: Agricultura Familiar, Energias Renováveis e Construção de Mercados nos Territórios Rurais do Rio Grande do Norte. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 60(3), 1–25. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.238969>
- Feliciano, A. M., Simon, Á. A., & Lapolli, É. M. (2015). Novas Abordagens Para O Conhecimento Nas Organizações De Extensão Rural. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, 4(1), 27–44.
- Fernandez, A. C. F., & Filho, A. C. B. (2019). Agricultura familiar urbana: Limites da política pública e das representações sociais. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 39(39), 141–145. <https://doi.org/10.15847/citiescommunitiesterritories.dec2019.039.art06>

- Ferreira, D. L., Saldanha, M. C. W., Silva, E. D., Silva, D. F. da, & Ferreira, O. D. L. (2022). Compreendendo o contexto socioeconômico e as estratégias de subsistência de agroecossistemas: Um caminho para a sustentabilidade na agricultura familiar. *Research, Society and Development*, 11(3), e21311326354. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i3.26354>
- Flaviano, V., Zajons, B. T., Langbecker, T. B., & Arbage, A. P. (2019). EMPREENDEDORISMO RURAL: OLHARES EM CONTEXTOS DIVERSOS. *Revista Conexão UEPG*, 15(3), 301–309. <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.15.i3.0010>
- Fonjong, L. N., & Gyapong, A. Y. (2021). Plantations, women, and food security in Africa: Interrogating the investment pathway towards zero hunger in Cameroon and Ghana. *World Development*, 138, 105293. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105293>
- Fossá, J. L. (2022). ALTERAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA A PARTIR DO PRONAF. *Rev. Econ. NE*, 168–185.
- Freire, P. de S., Tosta, K. C. B. T., Helou Filho, E. A., & Da Silva, G. G. (2012). Memória organizacional e seu papel na gestão do conhecimento. *Revista de Ciências Da Administração*, 41–51. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2012v14n33p41>
- Garcia, O., & Coltre, S. (2017). Knowledge Management as a Determining Factor in the Retention of Professionals in the Industry: A Case Study in an Organization in the Furniture Industry. *Brazilian Business Review*, 14(1), 182–203. <https://doi.org/10.15728/bbr.2017.14.2.3>
- Goulart, L. N., Vieira, D. M., & Bittencourt, D. M. de C. (2021). A rede da Política Nacional de Agricultura Familiar no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(1), 96–110. <https://doi.org/10.1590/1679-395120190125>
- Guimarães, A. D. A., Lamas, J. E. G., Lourenção, P. T. D. M., Boscolo, P. G., & Kruglianskas, I. (2009). PRÁTICAS E FERRAMENTAS UTILIZADAS PARA A GESTÃO DO CONHECIMENTO EM DEPARTAMENTOS DE P&D DE EMPRESAS BRASILEIRAS DE GRANDE PORTE. *Revista Gestão Industrial*, 5(ESPECIAL), 87–104. <https://doi.org/10.3895/S1808-04482009000300005S1>
- Hoffmann, R. (2015). A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? *Segurança Alimentar e Nutricional*, 13(1), 417. <https://doi.org/10.20396/san.v21i1.1386>
- IBGE. (2017). *Resultados definitivos | Brasil. 2017*. https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/genero.pdf
- Jorge, C. F. B., & Faléco, L. L. (2016). Aplicação da Gestão do Conhecimento como estratégia de competitividade organizacional. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 10(3), 69–75. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2016.v10n3.08.p69>
- Jr., A. P., & Fernandes, V. (2021). Ciência e tecnologia à luz da interdisciplinaridade. *Ciência, Inovação e Ética: Tecendo Redes e Conexões Para a Sustentabilidade*, 189–200.

<https://atual.sistemafaep.org.br/boletim/tecendo-redes-e-conexoes-para-a-sustentabilidade/>

- Kaveny, C. (2013). Law's virtues: fostering autonomy and solidarity in American society. *Choice Reviews Online*, 50(10), 50-5878-50-5878. <https://doi.org/10.5860/CHOICE.50-5878>
- Laird, J. R., Carter, A. J., Kufs, W. M., Hoopes, T. G., Farb, A., Nott, S. H., Fischell, R. E., Fischell, D. R., Virmani, R., & Fischell, T. A. (1996). Inhibition of neointimal proliferation with low-dose irradiation from a beta-particle-emitting stent. *Circulation*, 93(3), 529-536. <https://doi.org/10.1161/01.cir.93.3.529>
- Machado, C. P., & Tatto, L. (2019). DIAGNÓSTICO EM GESTÃO DO CONHECIMENTO: POSSIBILIDADES E LIMITES NO CAMPO DAS ORGANIZAÇÕES. *Revista Administração Em Diálogo - RAD*, 21(3), 49-73. <https://doi.org/10.23925/2178-0080.2019v21i3.40477>
- Machado, H. P. V., & Elias, M. L. G. G. R. (2020). Gestão do conhecimento: constituição do campo, temas e perspectivas de pesquisas. *Transinformação*, 32. <https://doi.org/10.1590/2318-0889202032e200037>
- Machili, B. J. (2020). As mudanças climáticas na Província do Niassa e seu impacto para a agricultura. *HOLOS*, 7, 1-15. <https://doi.org/10.15628/holos.2020.10281>
- Maffessoni, E. C., Colonetti, charlie T., & Mecca, M. S. (2017). *O Queijo Serrano inserido na Economia Criativa sob a variável ambiental*. 3, 2017.
- MAPA. (2020). *Queijo serrano é o primeiro produto artesanal a receber o Selo Arte em Santa Catarina*. Publicado Em 17/09/2020. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/queijo-serrano-e-o-primeiro-produto-artesanal-a-receber-o-selo-arte-em-santa-catarina>
- Mapas, B. (2021). *Baixar Mapas*. Mapa de Santa Catarina. <https://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-santa-catarina-mesorregioes/>
- Marschner, P. F., Ávila, L. V., & Sommer, A. T. (2016). GESTÃO DO CONHECIMENTO E GESTÃO DA INOVAÇÃO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO NA WEB OF SCIENCE (1945-2015). *Estudos Do CEPE*, 44, 113. <https://doi.org/10.17058/cepe.v0i44.8251>
- Martinelli, L., & Anjos, F. S. dos. (2023). *Valorização dos queijos artesanais brasileiros: Aplicabilidade de três sinais distintivos de qualidade para o queijo coalho a partir da visão de especialistas*. 68-104. <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria>
- Matte, A., & Machado, J. A. D. (2017). Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. *Revista de Estudos Sociais*, 18(37), 130. <https://doi.org/10.19093/res.v18i37.3981>
- Medeiros, M., Cazella, A. A., Tecchio, A., & Marques, F. C. (2020). A constituição de uma novidade organizacional no Sul do Brasil: avanços e limites da participação da agricultura familiar. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(3), 1-16.

<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.209211>

- Mendonça, L. (2017). *Gestão do conhecimento e inovação* (E. Poisson (ed.); 1ª Edição, Vol. 3). 10.5935. <https://doi.org/10.5935/978-85-93729-20-1.2017B001>
- Menezes, S. de S. M., Cruz, F. T. da, & Menasche, R. (2010). Queijo de Coalho e Queijo Artesanal Serrano: identidades de produtores e de consumidores associadas a atributos de qualidade. *VIII Cong. Latinoamericano de Socio. Rural, Viii*.
- Moraes, M. D. de, & Sant'Ana, A. L. (2015). Características Socioeconômicas do Assentamento Banco da Terra, Nova Xavantina (MT): uma análise sob a ótica da adoção ou construção de conhecimentos. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(4), 589–606. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005304002>
- Moraes, J. G., & Pires, M. L. L. e S. (2019). Agricultura familiar e mercados atacadistas: dinâmicas sociais da Central de Comercialização da Agricultura Familiar (Cecaf/Ceasa) em Recife – Pernambuco. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(2), 309–325. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.181152>
- Morais, M. D. O., & Costa Neto, P. L. D. O. (2020). COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO COMO ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL. *South American Development Society Journal*, 5(15), 51. <https://doi.org/10.24325/issn.2446-5763.v5i15p51-65>
- Moresi, E. A. D., & Mendes, S. P. (2010). Compartilhamento do conhecimento em portais corporativos. *Transinformação*, 22(1), 19–32. <https://doi.org/10.1590/S0103-37862010000100002>
- Neto, R. J., Junior, A. V. de L., Varvakis, G., & Santos, N. dos. (2012). Práticas De Compartilhamento Do Conhecimento No Instituto De Pesquisas Ambientais E Tecnológicas (Ipat). *VIII Congresso Internacional de Excelência Em Gestão*, 1–16.
- Nonaka, I., & Takeuchi, H. (1997). *Criação de Conhecimento na Empresa* (A. B. R. P. M. Celeste (ed.); 16th ed.). Elsevier.
- Oliveira, A. P. W. L. C. de. (2021). *Metodologia científica* (Contentus (ed.); 1° (2021)).
- Oliveira, L. F. T., & Silva, S. P. (2012). Mudanças institucionais e produção familiar na cadeia produtiva do leite no Oeste Catarinense. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 50(4), 705–720. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000400007>
- ONU, O. das N. U. (2015). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Brasília. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs%0Ahttp://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>
- Pachoud, C., & Coy, M. (2018). Relações De Proximidade Entre Atores Locais E As Dinâmicas De Desenvolvimento Territorial: Análise Da Cadeia Produtiva Do Queijo Artesanal Serrano Nos Campos De Cima Da Serra/Rs. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*.

- Pasqualotto, N., Kaufmann, M. P., & Wizniewsky, J. G. (2019). Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. In *Reforma agrária* (Vol. 28).
http://www.usp.br/feaecon/media/fck/File/Agricultura_familiar.pdf
- Pereira, A., Shitsuka, D., Parreira, F., & Shitsuka, R. (2018). Método Qualitativo, Quantitativo ou Quali-Quanti. In *Metodologia da Pesquisa Científica*.
https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1. Acesso em: 28 março 2020.
- Pereira, M., Fernandes Freire, Í. S., Colletti Escatolin, L., Da Silva, J. R., & Caon, S. (2018). Qualidade do queijo artesanal serrano catarinense quanto à contagem fúngica, aflatoxina M1 e sujidades. *Pubvet*, 12(07), 1–8.
<https://doi.org/10.22256/pubvet.v12n7a121.1-8>
- Perrotti, E., & Vasconcellos, E. P. G. de. (2005). ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E GESTÃO DO CONHECIMENTO. *Revista Eletrônica de Ciências Administrativas*, 4(2), 1–18.
<https://doi.org/10.5329/RECADM.20050402002>
- Peterson, P. (2009). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. AS.PTA agricultura familiar e agroecologia.
- Picolotto, E. L. (2014). Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(supl 1), 63–84.
<https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>
- Provdanov, C. C., & Freitas, E. C. De. (2014). Summary for Policymakers. In *Climate Change 2013 – The Physical Science Basis* (pp. 1–30). Cambridge University Press.
<https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Raynaut, C. (2014). Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 11(1), 1.
<https://doi.org/10.5007/interthesis.v11i1.33919>
- Rech, J., Fachinelli, A. C., & Flores, S. P. (2012). *Comunidades de Prática: reflexões a partir da comunicação e da cultura organizacionais - Communities of Practice: reflections on communication and organizational culture*.
- Resende, C. M., & Mafra, R. L. M. (2016). Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 54(2), 261–280.
<https://doi.org/10.1590/1234.56781806-947900540204>
- Ribeiro, G. C., & Mondo, T. S. (2019). Pluriatividade Rural: a percepção de agricultores de Lages, Santa Catarina, sobre a oferta de hospedagem. *Turismo e Sociedade*, 12(2), 23–44. <https://doi.org/10.5380/tes.v12i2.63978>
- Rodrigues, G. M. (2019). O Pronaf na Zona da Mata Mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(1), 29–48.
<https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570102>

Salgado, R. J. dos S. F., Souza, W. J. de, & Ferreira, M. A. M. (2022). Compra institucional de produtos da agricultura familiar: avaliando a execução do Programa de Aquisição de Alimentos pelas universidades federais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 60(spe), 1–21. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.248030>

LEI Nº 17.003, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016, 1 (2019).

LEI Nº 18.355, DE 17 DE MARÇO DE 2022, 18 (2022).

http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2022/18355_2022_lei.html#:~:text=LEI Nº 18.355%2C DE 17 de março de 2022&text=Dispõe sobre a aquisição de,do Estado de Santa Catarina.

Santa Catarina. (2022). *Secretaria da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural de Santa Catarina*. 2022. <https://www.agricultura.sc.gov.br/>

Santos, C. D., & Valentim, M. L. P. (2021). Modelos de Gestão do Conhecimento e as Inter-Relações com a Cultura Organizacional. *Revista Brasileira de Educação Em Ciência Da Informação*, 8, 1–11. <https://doi.org/10.24208/rebecin.v8i.246>

Santos, G. P. dos, Reis Junior, P., & Reis, M. A. F. (2019). Uso do LED na eficiência energética e na sustentabilidade da produção de aves. *Saúde e Meio Ambiente: Revista Interdisciplinar*, 8, 42–57. <https://doi.org/10.24302/sma.v8i0.1900>

Santos, J. C. dos, & Valentim, M. L. P. (2021). Gestão documental e gestão da informação como ferramentas da memória organizacional: foco na memória repositório. *Ágora: Arquivologia Em Debate*, 31(62), 1–25. <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/957/922>

Schneider, S. (org). (2009). A diversidade da Agricultura Familiar. In *Editora da UFRGS* (2. ed.).

Schneider, S., Cassol, A., Leonardi, A., & Marinho, M. de M. (2020). Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. *Estudos Avançados*, 34(100), 167–188. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>

Shinyashiki, G. T., Trevizan, M. A., & Mendes, I. A. C. (2003). Sobre a criação e a gestão do conhecimento organizacional. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 11(4), 499–506. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692003000400013>

Silva, E. L. da, & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. <http://www.mendeley.com/research/metodologia-da-pesquisa-e-elaborao-de-dissertao-4a-edio-revisada-e-atualizada/>

Silva, R. M. A. da, & Nunes, E. M. (2021). AGRICULTURA FAMILIAR ASSOCIADA EM COOPERATIVAS NO BRASIL: UMA CARACTERIZAÇÃO A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017. *Anais Do 59º Congresso Da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) e 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores Em Cooperativismo (EBPC)*, 61(2), 1–22. <https://doi.org/10.29327/soberebpc2021.343588>

- Sousa, C. V. e, Prata, F. S., & Pereira, J. R. (2018). Gestão do conhecimento como fonte de vantagem competitiva em uma paraestatal mineira. *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 154–173. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3165>
- Souza, P. M. de, Fornazier, A., Souza, H. M. de, & Ponciano, N. J. (2019). Diferenças regionais de tecnologia na agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(4), 594–617. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.169354>
- Souza, E. O., Santos, R. C., & Machado, S. T. (2022). Programa Nacional de Alimentação Escolar e os Gargalos Logísticos: Estudo de Caso da Região do Alto Tietê – São Paulo. In *Alimentação Escolar: Vamos Colocar os Pratos à Mesa: Uma Obrigação do Estado, um Dever da Sociedade* (pp. 111–138). Editora Blucher. <https://doi.org/10.5151/9786555501520-06>
- Sveiby, K. E. (2008). *A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento* (Vol. 11).
- Tagliapietra, O. M., Carniatto, I., & Bertolini, G. (2021). A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO LOCAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DEMAIS POPULAÇÕES RURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 18(2), 178–199. <https://doi.org/10.25112/rgd.v18i2.2470>
- Takeuchi, H., & Nonaka, I. (2008). *Gestão do Conhecimento* (Bookman (ed.)).
- Tenório, N., Massuda, E. M., & Vidotti, A. F. (2020). influência das emoções positivas no compartilhamento do conhecimento organizacional. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 14(2 Abr-Jun), 104–127. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2020.v14n2.06.p104>
- Vasconcelos, M. C. R. L., Carvalho, R. B., & Neves, J. T. R. (2012). Práticas e Ferramentas de Gestão do Conhecimento no Âmbito da Administração Tributária de Minas Gerais: Oportunidade para uma Política Institucional. *Revista de Gestão e Projetos*, 3(2), 235–259. <https://doi.org/10.5585/gep.v3i2.96>
- Vieira Filho, J. E. R., & Silveira, J. M. F. J. da. (2012). Mudança tecnológica na agricultura: uma revisão crítica da literatura e o papel das economias de aprendizado. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 50(4), 721–742. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000400008>
- Vieira, V. F., & Dortzbach, D. (2017). *Caracterização ambiental e delimitação geográfica dos Campos de Cima da Serra*.
- Yamaguchi, C. K., Vieira, A. C. P., Watanabe, M., Freire, P. de S., & Facó, J. F. B. (2023). Indicação geográfica no processo de criação de conhecimento para o desenvolvimento de novas competências. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, 16(4), 1867–1885. <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.4-025>
- Zahaikevitch, E. V., Medina Macedo, L., Telles, L. B., Bittencourt, J. V. M., & Zahaikevitch, A. G. V. (2022). Contemporary Public Policies to Strengthen Family Farming in the

International Perspective: A Bibliometric Study. *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity*, 8(1), 8. <https://doi.org/10.3390/joitmc8010008>

Zanin, A., Dal Magro, C. B., Kleinibing Bugalho, D., Morlin, F., Afonso, P., & Sztando, A. (2020). Driving Sustainability in Dairy Farming from a TBL Perspective: Insights from a Case Study in the West Region of Santa Catarina, Brazil. *Sustainability*, 12(15), 6038. <https://doi.org/10.3390/su12156038>

Zidora, C. B. M., Rocha Jr, W. F. da, Santoyo, A. H., & Uribe-Opazo, M. A. (2022). Fatores determinantes para o acesso à informação por produtores de hortaliças na região sul de Moçambique. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 60(spe), 1–21. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.238628>

APÊNDICES

APÊNDICES 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE (Resoluções 510/2016 CNS/CONEP)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO SUPORTE AO APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR”. O objetivo deste trabalho é “Analisar ferramentas e práticas da gestão do conhecimento que podem contribuir para o aprimoramento dos sistemas produtivos da agricultura familiar na Serra Catarinense”. Para realizar o estudo será necessário que se disponibilize a participar por meio de entrevistas semiestruturadas, previamente agendadas a sua conveniência. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para analisar as práticas e as ferramentas da gestão do conhecimento que são praticadas nas propriedades da agricultura familiar e ainda o que pode ser melhorado e aprimorado com a utilização da gestão do conhecimento. De acordo com a resolução 510/2016. “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados”. A sua participação terá risco mínimo, podendo ocorrer mobilização emocional, e se estes ocorrerem serão solucionados/minimizados através do encaminhamento para atendimento psicológico ao Serviço – Escola do Curso de Psicologia no Centro de Ciências e da Saúde da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, de forma gratuita. Em virtude de as informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual receberá uma cópia. Mesmo após assinar este documento o participante tem o direito de pleitear indenização por reparação de danos que apresente nexo causal com a pesquisa.

Os benefícios da pesquisa são os agricultores de propriedades rurais da agricultura familiar e a sociedade em geral.

Você terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº 510/2016 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: (49-999161352), ou pelo endereço Rua Prudente José de Freitas, 59 – Bairro Vila Comboni, Lages-SC, CEP 88506-145. Se necessário também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense UNIPLAC, Av. Castelo Branco, 170, bloco 1, sala 1226, Lages SC, (49) 32511086, e-mail: cep@uniplaclages.edu.br. Desde já agradecemos!

Eu _____ (CPF
_____) declaro que após ter sido esclarecido (a) pelo(a)
pesquisador(a), lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo
em participar da Pesquisa.

(nome e assinatura do sujeito da pesquisa e/ou responsável legal)

Lages, _____ de _____ de _____

Responsável pelo projeto: Deise Lourdes Godoi Cardoso

Endereço para contato: Rua Prudente José de Freitas, 59 – Bairro Vila Comboni – Lages/SC –
CEP 88506-145

Telefone para contato: 49 999161352

E-mail: deisecardoso@uniplaclages.edu.br

APÊNDICES 2 – Roteiro da Entrevista

Roteiro da entrevista semiestruturada da pesquisa do tema - **GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO SUPORTE AO APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**, desenvolvida(o) por DEISE LOURDES GODOI CARDOSO. A pesquisa é coordenada / orientada por PROFA. DRA. CRISTINA KEIKO YAMAGUCHI, e coorientado por PROFA. DRA. MARI AURORA FAVERO REIS.

A presente pesquisa tem objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar ferramentas e práticas da gestão do conhecimento que podem contribuir para o aprimoramento dos sistemas produtivos da agricultura familiar na Serra Catarinense. A entrevista é realizada mediante autorização prévia do entrevistado através do Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento – TCLE.

Em relação às questões de pesquisa, o roteiro de entrevista contemplará perguntas vinculadas às seguintes categorias:

- a) Perfil do entrevistado
- b) Estrutura da propriedade
- c) Questões relacionadas ao conhecimento tanto individual quanto da família.

Perfil do entrevistado

Idade	
Gênero	
Escolaridade	
Ocupação na propriedade	

Estrutura da Propriedade

Número de pessoas que residem na propriedade?	
Quantas pessoas estão diretamente ligadas a produção?	
É proprietário do local?	
Caso não, que vínculo possui?	
Atividades produtivas para geração de renda?	
Qual a principal forma de comercialização dos produtos?	
Atividades produtivas para autoconsumo?	
Produção animal para autoconsumo?	
A propriedade é a única fonte de renda?	
A propriedade está inserida em algum programa governamental?	
Tamanho da propriedade em hectares?	
Experiência da família com a atividade rural?	
A propriedade possui algum tipo de mecanização na produção?	

Quais perspectivas futuras a família possui com relação ao seu trabalho na agricultura?	
---	--

Nível de Conhecimento

Quem possui maior nível de conhecimento sobre as atividades que são desenvolvidas na propriedade para contribuir na geração de renda?	
Para o aperfeiçoamento dos conhecimentos o agricultor já participou de algum treinamento, capacitação, curso, rodas de conversa, extensionistas da EPAGRI?	
Quais instituições promovem esses treinamentos, capacitações?	
Os treinamentos, cursos, capacitações trouxeram alguma melhoria para os trabalhos realizados na propriedade?	
é utilizado no seu dia a dia os aprendizados obtidos nos cursos, treinamentos e capacitações?	
Os agricultores costumam compartilhar seus conhecimentos com outros agricultores da comunidade?	
De onde se originou os conhecimentos utilizados nas atividades desenvolvidas pela família?	
A escolha de uma nova cultura ou produção na propriedade parte do interesse do agricultor?	
Pretendem ampliar a cadeia produtiva da propriedade?	
A aplicação de tecnologias pode melhorar a questão de produtividade da propriedade?	
Percebe modificações nas formas de trabalho na agricultura desde o tempo de seus avós até o de seus filhos? Quais as principais?	
Você faz parte de uma ou mais organizações da agricultura familiar (cooperativa, associação, grupo informal)? Por quê?	
Perspectivas relacionadas a ferramenta que possam ser implementadas na propriedade?	

Perguntas relacionadas a produção de queijo

Como surgiu a ideia de produzir o queijo artesanal serrano?	
Quais as expectativas da família têm em relação a sua produção?	
Qual a importância o queijo tem para a família?	
Qual certificação o queijo produzido na propriedade possui?	
Qual a importância que a certificação tem para a produção?	
O que mudou depois da certificação?	
O que o IG trouxe de benefícios para as propriedades produtoras do queijo artesanal serrano?	

Apêndice 3 – Termo de Autorização de Imagem e Som e Documentos

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM E DOCUMENTO

Eu, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente _____ à _____ Av./Rua _____, nº. _____, município de _____/Santa Catarina. **A U T O R I Z O** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na pesquisa intitulada: **“GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO SUPORTE AO APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR”**, da pesquisadora **Deise Lourdes Godoi Cardoso**, autorizo ainda, armazenar e exibir a minha imagem por meio de foto ou vídeo, com o fim específico de inseri-la nas informações que serão geradas na pesquisa, aqui citada, e em outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais.

A presente autorização abrange, exclusivamente, o uso de minha imagem para os fins aqui estabelecidos e deverá sempre preservar o meu anonimato. Qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução deverá ser por mim autorizada.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

_____, dia _____ de _____ de _____.

(Assinatura)

Telefone p/ contato: _____

ANEXOS

ANEXOS 1 – Parecer Consubstanciado do CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Gestão do Conhecimento como suporte ao aprimoramento da agricultura familiar.

Pesquisador: DEISE LOURDES GODOI CARDOSO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 68452123.6.0000.5368

Instituição Proponente: Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.069.691

Apresentação do Projeto:

GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO SUPORTE AO APRIMORAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Pesquisa exploratória descritiva, qualitativa a ser realizada com os agricultores da Agricultura Familiar na Serra Catarinense.

Projeto de Dissertação vinculada ao Programa de Pós-graduação em Sistemas Produtivos – PPGSP

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar ferramentas e práticas da gestão do conhecimento que podem contribuir para o aprimoramento dos sistemas produtivos da agricultura familiar na Serra Catarinense.

Objetivo Secundário:

- Caracterizar o perfil sociodemográfico dos participantes;
- Descrever como são desenvolvidos os processos produtivos das famílias da agricultura familiar na Serra Catarinense;
- Demonstrar as ferramentas da gestão do conhecimento que possam contribuir para o aprimoramento dos sistemas produtivos nas propriedades rurais da agricultura familiar

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 - Prédio da Retitoria - 2º andar, sala 10

Bairro: Universitário

CEP: 88.509-900

UF: SC

Município: LAGES

Telefone: (49)3251-1086

E-mail: cep@uniplaclages.edu.br

Continuação do Parecer: 6.069.691

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os proponentes o presente projeto apresenta os seguintes riscos e benefícios:

Riscos:A pesquisa não apresenta riscos significativos a integridade dos participantes. A exposição dos participantes será de risco mínimo, uma vez que não será realizada qualquer intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais dos indivíduos, pois não é invasivo à intimidade deles. Assim sendo, não haverá qualquer risco de ordem física para os participantes. Entretanto, poderá ocasionar desconforto

psicológico, uma vez que propõe uma reflexão sobre seu cotidiano. Caso isso venha acontecer, o pesquisador deverá ser informado e, prestará o suporte necessário, sem ônus ao participante. Caso isso se mantenha, o pesquisador encaminhará o participante para atendimento especializado, algo que não representará qualquer custo ao pesquisado. Mesmo após assinar este documento o participante tem o direito de pleitear indenização por reparação de danos que apresente nexa causal com a pesquisa.

Benefícios:Em relação aos benefícios, estes serão indiretos, pois a pesquisa possibilitará aos participantes refletir sobre as perspectivas e desafios da gestão do conhecimento no território pesquisado. Além disso, a produção de conhecimentos acerca da temática pesquisada representará benefício à comunidade científica e à sociedade de modo geral.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está de acordo com a Resolução CNS 510/2016

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não há pendências

Recomendações:

Não há pendências

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 - Prédio da Retitoria - 2º andar, sala 10
Bairro: Universitário CEP: 88.509-900
UF: SC Município: LAGES
Telefone: (49)3251-1086 E-mail: cep@uniplacages.edu.br

UNIVERSIDADE DO PLANALTO
CATARINENSE - UNIPLAC

Continuação do Parecer: 6.069.691

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

O desenvolvimento da pesquisa, deve seguir os fundamentos, metodologia e preposições, do modo em que foram apresentados e avaliados por este CEP, qualquer alteração, deve ser imediatamente informada ao CEP-UNIPLAC, acompanhada de justificativa.


O pesquisador deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme descrito na Resolução nº 466/2012.

- Desenvolver o projeto conforme delineado;
- Elaborar e anexar na Plataforma Brasil os relatórios parcial e final;
- Apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;
- Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;
- Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e
- Justificar fundamentalmente, perante o CEP ou a CONEP. Interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2112408.pdf	15/05/2023 18:51:19		Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	15/05/2023 18:50:53	DEISE LOURDES GODOI CARDOSO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoRevisado.pdf	04/05/2023 22:06:11	DEISE LOURDES GODOI CARDOSO	Aceito
Outros	Roteiro_da_entrevista.pdf	03/04/2023 15:15:29	DEISE LOURDES GODOI CARDOSO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_de_compromisso_do_pesquisador_responsavel assinado.pdf	01/04/2023 15:15:35	DEISE LOURDES GODOI CARDOSO	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_de_ciencia_e_concordancia assinados.pdf	01/04/2023 15:15:06	DEISE LOURDES GODOI CARDOSO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOASSINADA.pdf	01/04/2023 15:13:21	DEISE LOURDES GODOI CARDOSO	Aceito

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 - Prédio da Retorta - 2º andar, sala 10
 Bairro: Universitário CEP: 88.509-900
 UF: SC Município: LAGES
 Telefone: (49)3251-1086 E-mail: cep@uniplaclages.edu.br

UNIVERSIDADE DO PLANALTO
CATARINENSE - UNIPLAC 

Continuação do Parecer: 6.069.691

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/03/2023 20:09:22	DEISE LOURDES GODOI CARDOSO	Aceito
---	----------	------------------------	--------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LAGES, 19 de Maio de 2023

Assinado por:

Elisa Maria Rodriguez Pazinato Telli
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 - Prédio da Reitoria - 2º andar, sala 10
Bairro: Universitário CEP: 88.509-900
UF: SC Município: LAGES E-mail: cep@uniplaclages.edu.br
Telefone: (49)3251-1086

ANEXOS 2 – Imagens de Selos e Certificações

Indicação Geográfica



Selo Arte



Exemplo de Selo SIM



ANEXOS 3 – Imagens do sistema produtivo do Queijo Artesanal Serrano



